Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2010, a Cia. Hering apresentou mais um ano de resultados expressivos, com uma combinação de (i) crescimento de vendas, (ii) aumento de margens e (iii) ampliação do retorno sobre o capital investido. Encerramos o ano com receita bruta de R$ 1,2 bilhão, montante 40,8% superior em relação a 2009, com crescimento de vendas de dois dígitos em todas as nossas marcas. O EBITDA totalizou R$ 276,5 milhões no ano (+79,0% sobre 2009), com margem EBITDA de 27,3% (+5,9 p.p. sobre 2009).

Com aumento de 44,2% nas vendas, a marca Hering permanece como a principal plataforma de crescimento da Companhia. Seguimos explorando o alto potencial da marca a partir (i) da expansão da rede Hering Store, tanto no aumento do numero de lojas quanto no crescimento de vendas no conceito mesmas lojas, (ii) da distribuição no canal varejo multimarca e (iii) também por meio do promissor canal *online* (www.heringwebstore.com.br). Esse desempenho está relacionado à força da marca Hering, que vem se consolidando como uma solução de vestuário de excelente relação custo-benefício que oferece moda acessível, básicos de qualidade e novidades constantes, mantendo-se fiel ao posicionamento democrático e casual que sempre foi associado à marca. Apesar do forte crescimento registrado desde 2007, estamos confiantes no alto potencial que ainda temos a explorar com a marca Hering.

Na rede Hering Store, finalizamos 2010 com 347 lojas, sendo 71 inaugurações, ou seja, 22 a mais que o previsto no plano de expansão original. Também elaboramos durante o ano um estudo de mercado no qual avaliamos o potencial da rede Hering Store em 604 lojas, levando-se em consideração as atuais premissas socioeconômicas de consumo, distribuição de renda e de penetração da marca. Dessa forma, o potencial tende a ser maior caso haja uma evolução nesses indicadores.

No mercado infantil, desenvolvemos uma nova estratégia de negócios para Hering Kids e PUC. Promovemos ajustes no posicionamento das duas marcas, com mudanças no sortimento de produtos e faixas de preços, de forma a focar a marca Hering Kids nos segmentos '*Value*' e '*Moderate*', em um conceito definido como a versão mini-adulto da Hering. Já na marca PUC reforçamos seu posicionamento nos segmentos '*Better*' e '*Premium*', de forma a explorar a já reconhecida qualidade e design de seus produtos para ocasiões de uso especiais. A nova estratégia também prevê a abertura de quatro lojas piloto Hering Kids, das quais duas já foram inauguradas no 4T10. A avaliação do desempenho das lojas piloto nos dará indicações quanto à viabilidade de uma rede de lojas Hering Kids.

A marca dzarm. também apresentou desempenho positivo em 2010. Dando sequência ao novo posicionamento adotado desde agosto de 2009, a marca apresentou crescimento de 27,1% nas vendas brutas em 2010, demonstrando a assertividade da nova estratégia, que reforça o conceito da dzarm. como uma marca focada no público jovem, com atitude e antenado nas tendências de moda. No 4T10, inauguramos a primeira loja '*flagship*' da marca, com o objetivo de reforçar seu posicionamento e reintroduzir a marca em shoppings centers.

Em 2010, enfrentamos ainda desafios relacionados à produção e à logística. O crescimento de vendas se mostrou superior às nossas expectativas, porém nosso modelo de produção híbrido e flexível mais uma vez nos permitiu atender à demanda do mercado.

Diante de tanta superação e conquistas em 2010, a Cia. Hering segue confiante em relação às perspectivas de crescimento de vendas e de resultado para 2011. Seguiremos com a atual estratégia de negócios, de forma a explorar o potencial de crescimento de nossas quatro marcas, principalmente da marca Hering. Pressões de curto prazo em função da escalada do preço do algodão podem gerar alguma pressão sobre margens nos próximos trimestres. Entretanto, estamos confiantes de que nossas marcas e nosso modelo de negócios serão capazes de gerar crescimento de vendas aliados à melhoria tanto de margens quanto de retorno sobre o capital investido. Nosso objetivo é crescer de forma sustentável, com controle de custos, rigidez na gestão de riscos, cautela aos movimentos do mercado e atenção às oportunidades de negócio.

A Administração

1. DESEMPENHO DE VENDAS

Receita Bruta - R$ mil	2009	2010	Var. 2010/2009
Receita Bruta Total	**876.951**	**1.235.121**	**40,8%**
Mercado Interno	861.568	1.213.951	40,9%
Mercado Externo	15.383	21.170	37,6%
Receita Bruta Mercado Interno	**861.568**	**1.213.951**	**40,9%**
Hering	**652.601**	**941.080**	**44,2%**
Varejo	271.252	382.140	40,9%
Franquias	246.306	380.339	54,4%
Webstore	2.060	4.301	108,8%
Lojas Próprias	132.983	174.299	31,1%
Hering Kids	**58.373**	**82.199**	**40,8%**
Varejo	49.184	70.468	43,3%
Franquias (Hering Store)	9.039	11.102	22,8%
Webstore	151	393	160,9%
Lojas Próprias	-	235	N.D
PUC	**78.354**	**98.776**	**26,1%**
Varejo	51.437	61.698	19,9%
Franquias	23.514	30.657	30,4%
Webstore	41	449	994,4%
Lojas Próprias	3.362	5.973	77,7%
dzarm.	**54.241**	**68.932**	**27,1%**
Varejo	54.241	68.501	26,3%
Franquias	-	-	N.D
Webstore	-	292	N.D
Lojas Próprias	-	139	N.D
Outras	**17.999**	**22.964**	**27,6%**

Receita por Canal (Mercado Interno)	Hering		Hering Kids		PUC		Dzarm.		Total	
	12M09	12M10	12M09	12M10	12M09	12M10	12M09	12M10	12M09	12M10
Varejo Multimarcas	41,6%	40,6%	84,2%	85,7%	65,6%	62,4%	100,0%	99,4%	51,5%	49,9%
Lojas Próprias ou Franquias	58,1%	58,9%	15,5%	13,8%	34,3%	37,1%	-	0,2%	48,2%	49,7%
Webstores	0,3%	0,5%	0,3%	0,5%	0,1%	0,5%	-	0,4%	0,3%	0,4%

No ano de 2010 as quatro marcas da Cia. Hering apresentaram crescimento em vendas de dois dígitos, com destaque para o desempenho da Hering, que representou 76,2% das vendas totais da Empresa.

Marca Hering

A Hering destaca-se por ser uma marca democrática entre os consumidores, com ampla aceitação em todas as classes sociais e faixas etárias, que oferece produtos de qualidade com boa relação custo-benefício. O crescimento expressivo em receita bruta apresentado pela marca de 44,2% em 2010 – é resultado da conjugação dos seguintes fatores:

- Alto valor percebido pelos clientes – marca desejada por oferecer produtos básicos com qualidade e moda acessível, e boa relação custo-benefício;
- Inovação constante – apresentação de seis coleções no ano, divididas em dois ciclos, com lançamento de novidades constantes;
- Expansão da rede de distribuição – com a abertura de 71 lojas Hering Store (próprias e franqueadas), 10 acima da meta revisada para 2010, a marca ampliou sua atuação no mercado brasileiro. A expansão também aumentou a visibilidade e contribuiu para a expansão do varejo multimarcas, com o incremento do número de clientes neste canal de distribuição.
- Campanhas de marketing – a campanha com o conceito "Eu sou, eu uso Hering desde sempre" teve continuidade ao longo do ano, com a participação de celebridades que se identificam com a Hering, reforçando a identidade da marca a partir dos atributos: moda, jovem e acessível.

Marca Hering Kids

A Hering Kids é a extensão da marca Hering, focada no conceito 'mini adulto', que oferece produtos casuais e básicos, com boa relação custo-benefício.

Em 2010, foi elaborado um estudo sobre o potencial do mercado infantil que, além de analisar o comportamento deste segmento no Brasil, identificou oportunidades de crescimento específicas a serem exploradas em cada uma das marcas infantis da Companhia. Em linha com este estudo, foi definida uma nova estratégia para a marca Hering Kids, com foco em ajustes no sortimento de produtos e faixas de preço, suportados por investimentos em campanhas de marketing que reforçam o novo posicionamento.

Em 2010, a marca registrou crescimento de 40,8%, encerrando o ano com uma participação de 6,7% no faturamento total da Companhia. Entre os fatores que contribuíram para esse desempenho destacam-se os primeiros resultados do novo posicionamento, com o lançamento da coleção Alto Verão, no 4T10. Além disso, em 2010 foram inauguradas duas lojas próprias piloto Hering Kids, na cidade de São Paulo. Para o 1S11, está prevista a inauguração de mais duas lojas.

Marca PUC

A marca PUC oferece produtos de alta qualidade, para uso em ocasiões especiais, voltados para o público infantil das classes A e B. Em linha com o estudo realizado sobre o mercado infantil, a PUC manterá o posicionamento nos segmentos *'Better'* e *'Premium'*, com foco na expansão entre as classes onde já possui forte penetração. Para isso, foram promovidos ajustes nos produtos, que ganharam estilo mais *fashion*, conservando, ao mesmo tempo, a imagem colorida e alegre da marca.

As vendas da PUC cresceram 26,1% no ano, representando 8,0% do faturamento total da Empresa. No mesmo período, as lojas PUC foram responsáveis por 37,1% das vendas da marca, com destaque para o '*same store sales*' da rede, que cresceu 13,4% em comparação a 2009.

No resultado do ano, a expansão no número de clientes do varejo multimarcas bem como o aumento do volume de vendas para os mesmos clientes colaboraram para o crescimento de 19,9% das vendas deste canal em 2010.

Marca dzarm.

Com estilo *jeanswear* casual, a marca dzarm. apresenta coleções modernas, que seguem tendências de moda e são focadas no público jovem das classes A e B.

No ano de 2010, a marca apresentou crescimento de 27,1% na receita bruta, reflexo dos resultados da estratégia iniciada em agosto de 2009. No 4T10, também foi inaugurada a primeira loja *flagship* dzarm., com o objetivo de reforçar o posicionamento e reintroduzir a marca em shoppings centers.

Webstore

Em 2010, com o lançamento da loja virtual da marca dzarm., a Cia. Hering consolidou sua operação de *e-commerce*, que engloba todas as quatro marcas e vem registrando resultados significativos em vendas.

As vendas *online* da marca Hering apresentaram o maior crescimento dentre os demais canais de distribuição. Embora pouco representativo em relação ao faturamento total da Companhia, este resultado demonstra o grande potencial de crescimento da *webstore*.

Mercado Internacional

A estratégia de atuação da Cia. Hering no mercado externo é focada na comercialização das marcas Hering, PUC e dzarm. para a América Latina.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 1

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pelfran 11 3885.9696

[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_DOESC_RELATORIO.indd 1 3/3/2011 10:32:55

...Continuação

A distribuição é feita pela rede de 15 lojas franqueadas (localizadas no Uruguai, Paraguai, Bolívia e Venezuela) e pelos clientes de varejo multimarcas presentes em diversos países latinoamericanos.

Em 2010 as vendas ao mercado externo representaram 1,7% do faturamento total da Companhia.

2. REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A rede de distribuição da Cia. Hering é formada por três canais de venda, que dão capilaridade e garantem a distribuição das marcas em todo o território nacional: i) redes de lojas Hering Store e PUC; ii) lojas de varejo multimarcas; e iii) *webstores*. No exterior, a Empresa comercializa produtos de todas as marcas para franquias e lojas de varejo multimarcas.

Para avaliar o potencial de expansão da rede Hering Store no Brasil, foi elaborado um estudo que teve como base premissas de penetração da marca Hering e dados socioeconômicos recentes como renda, potencial de consumo e distribuição geográfica. A partir dos resultados levantados, o potencial atual da rede foi estimado em 604 lojas. Confirmando o otimismo em relação às perspectivas de crescimento da rede Hering Store, a Companhia adicionou 12 lojas ao plano inicial previsto para 2010, alterando a meta para 337 lojas – número que foi superado em 10 lojas, o que permitiu encerrar o ano com 347 lojas.

No 4T10, foram abertas 44 Hering Stores, totalizando 71 inaugurações no ano. Com isso, a rede finaliza o ano com 347 lojas, sendo 43 próprias. A rede PUC encerra 2010 com 78 lojas, sendo seis próprias. Durante o ano, também foram inauguradas duas lojas próprias piloto Hering Kids e a primeira loja *flagship* dzarm.

Quantidade de Lojas	2009	1T10	2T10	3T10	2010
Hering - Própria	40	40	41	42	43
Hering - Franquia	236	238	251	261	304
Total Hering Store	**276**	**278**	**292**	**303**	**347**
PUC - Própria	6	6	7	7	6
PUC - Franquia	68	67	68	68	72
Total PUC	**74**	**73**	**75**	**75**	**78**
Hering Kids - Própria	-	-	-	-	2
Total Hering Kids	**-**	**-**	**-**	**-**	**2**
dzarm. - Própria	-	-	-	-	1
Total dzarm.	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**
Brasil	350	351	367	378	428
Total Mercado Internacional	15	15	15	15	15
Total	**365**	**366**	**382**	**393**	**443**

O varejo multimarcas garante maior capilaridade de distribuição aos produtos Hering, Hering Kids, PUC e dzarm. em todo o território nacional, ao atingir localidades onde as redes próprias e franqueadas não estão presentes e ao complementar a distribuição nas localidades que já possuem lojas exclusivas das marcas. Ao final de 2010, a Companhia contava com 15.853 clientes, dos quais 12.461 somente da marca Hering.

3. DESEMPENHO DA REDE HERING STORE

A rede Hering Store é o principal canal de distribuição da marca Hering. Composta por lojas próprias e franquias, localizadas nos principais shoppings centers, corredores comerciais e também em bairros, a rede comercializa exclusivamente as linhas de produtos da marca Hering. Além de contar com um projeto arquitetônico inovador que oferece aos consumidores uma experiência de compra diferenciada, o novo formato de loja introduzido em 2007 tem contribuído para melhorar a produtividade das lojas a partir de diversas melhorias técnicas introduzidas. Assim, a rede Hering Store tem se mostrado fundamental para a estratégia de crescimento de vendas e também para o fortalecimento da marca Hering.

Em 2010 o destaque ficou para o crescimento das vendas totais da rede, resultante principalmente do incremento de 24,4% das vendas no conceito 'mesmas lojas' e da abertura de 71 lojas no período.

O crescimento expressivo apresentado nas vendas '*same store sales*' é resultado do aumento no tráfego de clientes nas lojas e, em menor intensidade, do incremento no ticket médio, em decorrência de um melhor mix de venda. O maior tráfego, por sua vez, está relacionado a uma combinação de diversos fatores tais como alto valor percebido da marca Hering, qualidade dos produtos, inovações e experiência de compra diferenciada, que têm contribuído para conquistar novos consumidores para a marca além de atrair os atuais clientes com mais frequência às lojas.

Com a reforma de 35 lojas em 2010 (11 no 4T10), a rede encerra o ano com 87,3% das lojas no novo projeto arquitetônico. A reforma é um importante impulsionador de vendas – lojas reformadas apresentam desempenho superior às unidades ainda no projeto antigo.

O cartão de crédito Hering Store, administrado pela Financeira Losango (pertencente ao Banco HSBC), finalizou o ano com 172,9 mil cartões ativos. A Companhia acredita que este cartão é uma ferramenta adicional para alavancar as vendas, fidelizar clientes e aumentar o ticket médio nas lojas da rede Hering Store.

Desempenho Hering Store	2009	2010	Var.
Número de Lojas	**276**	**347**	**25,7%**
Franquias	236	304	28,8%
Próprias	40	43	7,5%
Faturamento da Rede (R$ mil) *(1)*	**645.999**	**926.021**	**43,3%**
Franquias	512.777	751.722	46,6%
Próprias	133.222	174.299	30,8%
Crescimento *Same Store Sales (2)*	**27,2%**	**24,4%**	**-2,8 p.p.**
Área de Vendas (m²)	35.415	44.815	26,5%
Faturamento (R$ por m²)	19.861	23.638	19,0%
Atendimentos	7.391.080	10.324.417	39,7%
Peças	16.851.285	23.029.290	36,7%
Peças por Atendimento	2,28	2,23	(2,2%)
Preço Médio (R$)	38,34	40,21	4,9%
Ticket Médio (R$)	87,40	89,69	2,6%

(1) Os valores se referem ao faturamento das lojas para o cliente final (conceito *sell out*).
(2) Comparado a igual período do ano anterior.

4. PROCESSO PRODUTIVO

O modelo de produção híbrido – caracterizado pela combinação de produção própria, terceirizada e *outsourcing* (compra de produto acabado) – garantiu à Cia. Hering flexibilidade e velocidade para atender à demanda do mercado em 2010. Com a adoção deste modelo, a Companhia escolhe a melhor opção entre produzir internamente, terceirizar etapas do processo produtivo ou comprar o produto acabado (*make or buy*). Como consequência, é capaz de reduzir custos com ganho de escala, garantindo mais agilidade aos processos produtivos e mantendo a qualidade dos produtos já reconhecida pelos consumidores das marcas.

Em 2010, foram promovidos investimentos na ampliação e atualização de todos os parques fabris, com o objetivo de garantir o volume de produção para atender à demanda do mercado. Com isso, ao final do ano, foi alcançada a marca de 49,6 milhões de peças produzidas (internamente e por terceirização), sendo que o pico de produção ocorreu no último trimestre, entre os meses de outubro e novembro. Além disso, 9,3 milhões de peças foram adquiridas por *outsourcing*.

A Cia. Hering encerrou 2010 com nove unidades de produção, localizadas em Santa Catarina (5), Rio Grande do Norte (1) e Goiás (3), além de dois centros de distribuição em GO e SC.

Processo Produtivo*	2009	2010	Var.
Produção	**85,3%**	**84,3%**	**-1,0 p.p.**
Interna	47,1%	41,4%	-5,7 p.p.
Terceirização	38,2%	42,9%	4,7 p.p.
Outsourcing	**14,7%**	**15,7%**	**1,0 p.p.**
Mercado Interno	5,5%	3,7%	-1,8 p.p.
Importação	9,2%	12,0%	2,8 p.p.

* Refere-se a volume de peças vendidas.

5. CONCILIAÇÃO DE ACORDO COM NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS)

A Cia. Hering reapresenta os resultados do ano de 2009 de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), conforme determinam as instruções CVM nº 457/07 e CVM nº 485/10.

As tabelas abaixo apresentam as principais conciliações entre as práticas contábeis anteriores e as práticas de acordo com os novos pronunciamentos.

Conciliação do Lucro Líquido

R$ mil	2009
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	**114.554**
- Variação cambial sobre os estoques	1.070
- Ajustes de despesas com contratos de aluguel	(91)
- Ajustes plano de pensão - resultado ano	151
- Ajustes de depreciação correção monetária	(377)
- Reversão de IR/CS diferidos sobre variação cambial de eurobônus	22.556
- IR/CS diferidos sobre ajustes	(333)
- Participação dos acionistas não controladores	(1)
Lucro líquido de acordo com os novos pronunciamentos	**137.529**

Conciliação do Patrimônio Líquido

R$ mil	2009
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	**316.427**
- Variação cambial sobre os estoques	643
- Ajustes de despesas com contratos de aluguel	(234)
- Ajustes plano de pensão - resultado ano	151
- Plano de pensão - ganhos ou perdas atuariais	3.179
- Ajustes de correção monetária	9.161
- Reversão de IR/CS diferidos sobre variação cambial de eurobônus	28.463
- IR/CS diferidos sobre ajustes	(139)
- Reclassificação dividendos adicionais propostos	11.759
- Reclassificação participação acionistas não-controladores	4
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos	**369.414**

Continua...

...Continuação

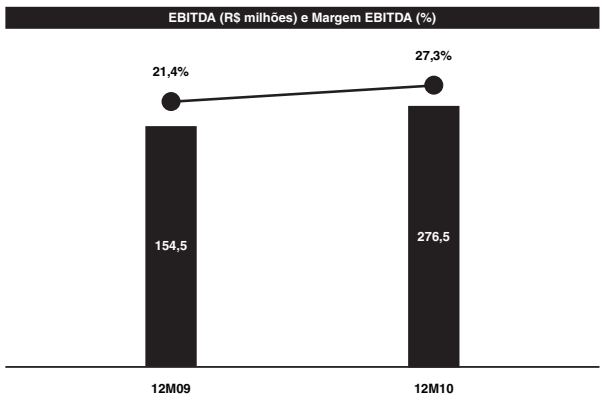
Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

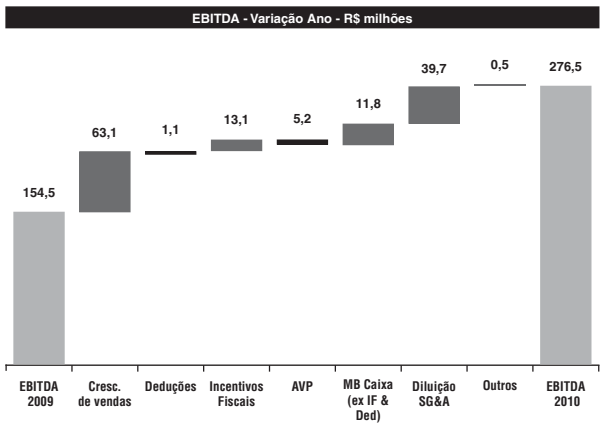
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

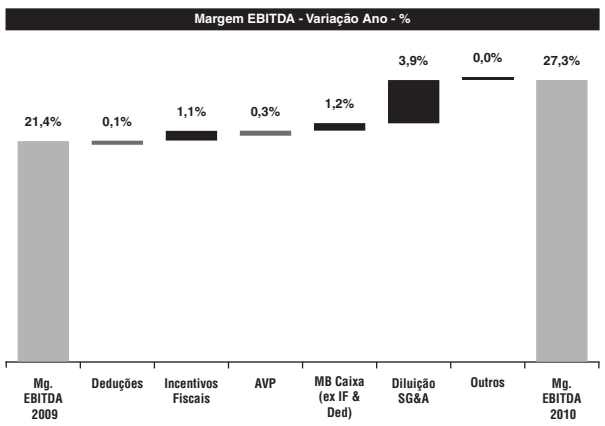
R$ mil	12M09	Part. (%)	12M10	Part. (%)
Receita Bruta de Vendas	**876.951**	**121,6%**	**1.235.121**	**121,9%**
Deduções de Venda	(156.003)	(21,6%)	(221.635)	(21,9%)
Deduções de Venda Impostos	(187.167)	(26,0%)	(264.664)	(26,1%)
Ajuste a Valor Presente	(8.981)	(1,2%)	(22.392)	(2,2%)
Deduções de Venda Incentivos	40.145	5,6%	65.421	6,5%
Receita Líquida de Vendas	**720.948**	**100,0%**	**1.013.486**	**100,0%**
Total Custo dos Produtos Vendidos	(369.992)	(51,3%)	(500.529)	(49,4%)
Custo dos Produtos Vendidos	(373.847)	(51,9%)	(514.706)	(50,8%)
Ajuste a Valor Presente	1.539	0,2%	6.722	0,7%
Subvenção para Custeio	2.316	0,3%	7.455	0,7%
Lucro Bruto Caixa	**350.956**	**48,7%**	**512.957**	**50,6%**
Depreciação e Amortização	(10.100)	(1,4%)	(11.025)	(1,1%)
Lucro Bruto	**340.856**	**47,3%**	**501.932**	**49,5%**
Despesas Operacionais	**(206.019)**	**(28,6%)**	**(248.563)**	**(24,5%)**
Vendas	(142.013)	(19,7%)	(170.098)	(16,8%)
Empresa	(101.335)	(14,1%)	(121.401)	(12,0%)
Fixa	(48.578)	(6,7%)	(58.919)	(5,8%)
Variável	(52.757)	(7,3%)	(62.482)	(6,2%)
Lojas	(40.678)	(5,6%)	(48.697)	(4,8%)
Gerais, Administrativas e Rem. dos Administradores	(29.085)	(4,0%)	(32.951)	(3,3%)
Depreciação e Amortização	(9.563)	(1,3%)	(12.106)	(1,2%)
Participação nos Resultados	(17.874)	(2,5%)	(23.364)	(2,3%)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(7.484)	(1,0%)	(10.044)	(1,0%)
Lucro Antes das Financeiras	**134.837**	**18,7%**	**253.369**	**25,0%**
Receitas financeiras	65.217	9,0%	38.236	3,8%
Despesas financeiras	(38.776)	(5,4%)	(28.125)	(2,8%)
Valor justo dos derivativos	24.842	3,4%	(13)	-
Total resultado financeiro	**51.283**	**7,1%**	**10.098**	**1,0%**
Lucro Operacional	**186.120**	**25,8%**	**263.467**	**26,0%**
Impostos Correntes - CSSL e IRPJ	(22.584)	(3,1%)	(49.332)	(4,9%)
Impostos Diferidos - CSSL e IRPJ	(26.007)	(3,6%)	(2.122)	(0,2%)
Lucro Líquido	**137.529**	**19,1%**	**212.013**	**20,9%**
Atribuível aos acionistas da Companhia	137.530	19,1%	212.017	20,9%
Atribuível aos acionistas não controladores	(1)	-	(4)	-
EBITDA	**154.500**	**21,4%**	**276.500**	**27,3%**



A Cia. Hering registrou no ano de 2010 crescimento expressivo de EBITDA (+79,0%), com incremento de 5,9 pontos percentuais na margem EBITDA. Os principais fatores associados a estes resultados são:

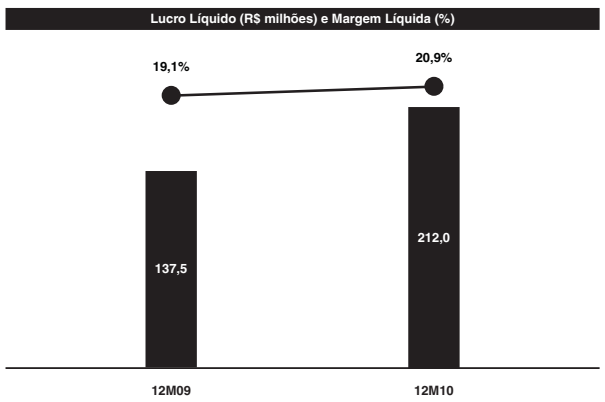
- Crescimento da **receita bruta de vendas**, de 40,8% no ano.
- Crescimento do **lucro bruto**, de 47,3% no ano, com expansão de 2,2 pontos percentuais na margem bruta, principalmente em função da diluição dos custos fixos, da melhoria no mix de produtos, do aumento nos incentivos fiscais e da recuperação de margem nos artigos importados.
- Diluição das **despesas com vendas, gerais e administrativas** em 2010, em função da alta alavancagem operacional associada ao modelo de negócios da Companhia.





Reconciliação EBITDA

Reconciliação EBITDA - R$ mil	12M09	12M10	Var.
Lucro Líquido	**137.529**	**212.013**	**54,2%**
(–) IR e CSLL	(48.591)	(51.454)	5,9%
(–) Despesa Financeira Líquida	51.283	10.098	(80,3%)
(–) Depreciações e Amortizações	(19.663)	(23.131)	17,6%
(=) EBITDA	**154.500**	**276.500**	**79,0%**
Margem EBITDA	**21,4%**	**27,3%**	**5,9 p.p.**



A Cia. Hering registrou crescimento de lucro líquido de 54,2%, com incremento de 1,8 ponto percentual na margem líquida. Os principais fatores associados a estes resultados são:

- Melhor desempenho operacional no ano, refletido nos crescimentos tanto de EBITDA quanto de margem EBITDA no período;
- Crescimento da receita financeira no ano de 2010, principalmente em função do aumento da receita de AVP (Ajuste a Valor Presente), mas que no 4T10 apresentou decréscimo de R$ 19,5 milhões em relação ao 4T09 em função da receita financeira não-recorrente de R$ 23,7 milhões no 4T09, como consequência da adesão da Companhia ao REFIS IV.
- Menor incidência de imposto de renda e contribuição social, em função da constituição de subvenções para investimentos no 4T10 que deixaram de compor a base de cálculo destes tributos nesse período.

7. GERAÇÃO DE CAIXA

No ano de 2010, a Cia. Hering registrou redução de R$ 3,1 milhões na geração de caixa livre. Apesar dos crescimentos expressivos no EBITDA, a geração de caixa livre foi afetada pelo maior volume de investimentos (CAPEX), pela recomposição de estoques em função dos mesmos estarem em patamares muito baixos ao longo dos últimos trimestres e pelo aumento do estoque de matérias-primas em função da antecipação da compra de fios no 4T10.

DFC Gerencial - Consolidado (R$ mil)	12M09	12M10	Var.
EBITDA	**154.500**	**276.500**	**122.000**
Itens Não caixa	27.400	3.086	(24.314)
IR&CS Corrente	(22.584)	(49.332)	(26.748)
Investimento em Capital de Giro	**(46.343)**	**(82.027)**	**(35.684)**
Redução (Aumento) em contas a receber de clientes	(45.710)	(79.965)	(34.255)
(Aumento) nos estoques	(15.080)	(86.674)	(71.594)
(Redução) em Impostos diferidos - REFIS	31.773	-	(31.773)
Aumento em fornecedores	36.372	54.700	18.328
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(67.856)	10.827	78.683
Outros	14.158	19.085	4.927
CapEx	**(31.229)**	**(69.629)**	**(38.400)**
Geração de Caixa Livre	**81.744**	**78.598**	**(3.146)**

Continua...

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

petran 11 3885.9696

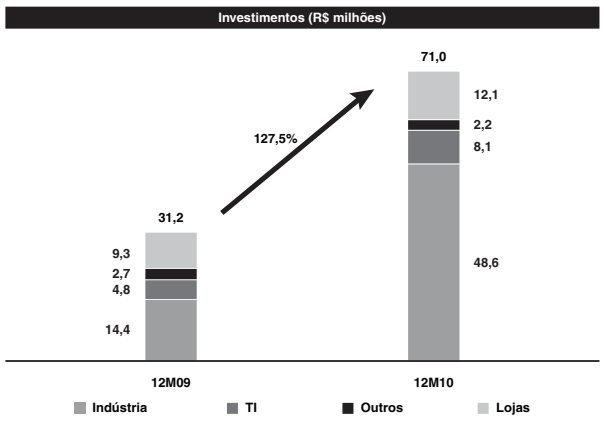
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_DOESC_RELATORIO.indd 3 3/3/2011 10:32:58

...Continuação

Conciliação DFC Gerencial e Contábil	12M09	12M10	Var.
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (contábil)	**92.910**	**157.763**	**64.853**
Ajuste - Itens Financeiros alocados ao caixa operacional	**20.063**	**(9.536)**	**(29.599)**
Variações monetária, cambial e juros não realizados	(11.005)	(6.308)	4.697
Resultado Financeiro	(2.073)	(10.111)	(8.038)
Caixa Pago (Recebido) em Operações de Derivativos	21.850	-	(21.850)
Juros pagos por empréstimos	11.291	6.883	(4.408)
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades de Investimento	**(31.229)**	**(69.629)**	**(38.400)**
Geração de Caixa Livre	**81.744**	**78.598**	**(3.146)**

8. INVESTIMENTOS

No ano de 2010, além dos R$ 48,6 milhões destinados à área industrial, R$ 12,1 milhões foram investidos nas lojas, sendo 99,0% em abertura de lojas e 1,0% em reformas das lojas próprias da rede.



9. ENDIVIDAMENTO

Em 2010, a redução da dívida total da Cia. Hering foi de R$ 23,7 milhões, em linha com a estratégia adotada de não renovar empréstimos e financiamentos bancários com juros elevados e concentrar foco nas operações que apresentam condições de prazo e taxas de juros mais atrativas.

Em função da geração de caixa operacional, a Companhia encerrou o ano de 2010 com R$ 115,8 milhões em caixa e aplicações financeiras e um caixa líquido de R$ 61,9 milhões. O plano de investimentos para 2011 bem como as necessidades de recursos para capital de giro será financiado a partir do caixa disponível, da geração de caixa futura bem como da contratação de novos financiamentos atrelados a investimentos produtivos.

Endividamento - R$ mil	31/12/09	Part. (%)	31/12/10	Part. (%)
Curto Prazo	(36.926)	48%	(27.799)	52%
Longo Prazo	(40.632)	52%	(26.105)	48%
Total da Dívida	**(77.558)**	**100%**	**(53.904)**	**100%**
(–) Caixa e Aplicações Financeiras	102.718		115.806	
(=) (Endivid. Líquido) Caixa Líquido	**25.160**		**61.902**	

10. RECONHECIMENTOS

Em 2010, a Cia. Hering recebeu importantes premiações que refletem o reconhecimento do mercado à sua atuação:

– Empresa do Ano, pela Revista Exame: a Cia. Hering foi escolhida a empresa do ano entre as melhores de 18 setores da economia, na premiação Melhores e Maiores promovida anualmente pela Revista Exame. Também recebeu o título de melhor empresa do setor têxtil.

– Prêmio Abrasca de Criação de Valor: a Companhia conquistou o prêmio destaque de criação de valor oferecido pela Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), dentre as 14 empresas escolhidas em seus respectivos segmentos.

– Prêmio 100 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa: a Cia. Hering recebeu o prêmio promovido pela "Gestão & RH Editora", como uma das 50 melhores do país, destacando-se no pilar de Responsabilidade Social.

Além destes, outros prêmios também foram importantes para destacar o bom desempenho da Companhia: i) "Empresas mais Admiradas do Brasil" (Revista Carta Capital); ii) marcas brasileiras mais valiosas 2010 (*BrandAnalytics*); iii) prêmio "Melhor Franquia do Brasil 2010", no segmento de Vestuário, Calçados e Acessórios para a Hering Store, (Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios – Ed.Globo); iv) prêmio Top of Mind.

11. AVISOS AOS ACIONISTAS E PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JCP

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/10/2010, foi aprovado o desdobramento das ações da Companhia, mediante a emissão de 02 (duas) novas ações para cada ação existente, passando o capital social a ser representado por 162.722.079 ações ordinárias.

Em 2010, foi aprovada a distribuição de dividendos e JCP referentes ao exercício no montante total de R$ 56,4 milhões (R$ 0,68 por ação).

12. COLABORADORES

Na Cia. Hering, os colaboradores são reconhecidos como um dos pilares de valor da Empresa, que investe na capacitação e no desenvolvimento profissional de sua equipe. Em 2010, além de promover a disseminação do novo momento do negócio, esse posicionamento assegurou promoções internas, alinhamento, comprometimento e qualificação necessários à superação de desafios presentes e futuros. A Companhia finalizou o ano com 7.939 colaboradores e fortaleceu sua imagem como uma empresa de oportunidades.

13. PERSPECTIVAS

A Cia. Hering segue confiante em relação às perspectivas de crescimento para 2011. O ambiente macroeconômico segue propício e a estimativa é de um cenário positivo tanto para o varejo como para a Cia. Hering. A Empresa continuará focada em explorar o potencial de crescimento orgânico de suas marcas dentro do atual modelo de negócios.

A marca Hering continuará sendo a principal alavanca de crescimento, com ações voltadas tanto para o aumento de vendas da rede Hering Store quanto do canal varejo multimarcas. Na rede de lojas, as perspectivas de crescimento se realizarão com a aceleração do plano de expansão da rede Hering Store e com o incremento das vendas na base atual de lojas.

Entendemos que, diante das condições econômicas e demográficas atuais, a rede Hering Store apresenta um potencial de 604 lojas. Atentos a esse cenário nosso plano é alcançar 418 lojas Hering Store ao final de 2011.

Quantidade de Lojas	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
Hering Store	151	181	230	276	347	418

* estimado

Ainda que a marca Hering e a rede Hering Store permaneçam sendo as principais alavancas de crescimento em 2011, também temos planos para explorar o nosso potencial no mercado infantil com as marcas Hering Kids e PUC, além das perspectivas criadas para a marca dzarm., a partir do reposicionamento iniciado em meados de 2009.

Com o lançamento da coleção Alto Verão, no 4T10, detectamos os primeiros resultados positivos da estratégia para as marcas Hering Kids e PUC. Neste sentido, daremos continuidade ao reposicionamento de ambas as marcas, com ajustes no sortimento de produtos e faixas de preço, suportados por investimentos em campanhas de marketing. Com duas lojas inauguradas no 2S10, a rede Hering Kids contará com mais duas novas lojas no 1S11, para então avaliarmos a performance do formato de lojas exclusivas.

Na marca dzarm., daremos continuidade à execução do plano estratégico de reposicionamento, com o lançamento de coleções alinhadas ao conceito *casual jeans* e de campanhas de marketing associando celebridades jovens à marca.

Diante dos bons resultados já alcançados pelas *webstores*, reavaliaremos o formato do *business online* para melhor explorar o potencial deste canal.

Desafios quanto à pressão de custos de matéria-prima são esperados, podendo influenciar a margem bruta nos próximos trimestres. Ainda assim, as perspectivas para 2011 seguem positivas pois acreditamos que nossa alavancagem operacional será suficiente para manter a margem EBITDA nos mesmos níveis de 2010. Continuaremos acreditando em nosso potencial de crescimento orgânico, combinado com um modelo de negócios que gera alto retorno sobre o capital investido, o que tem permitido à Cia. Hering registrar crescimento, acompanhado sempre de incremento de margem e rentabilidade.

14. AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2010 a Companhia contratou seus auditores independentes para projeto de assessoria no planejamento, a implementação e treinamento para a harmonização das normas contábeis brasileiras com as normas contábeis internacionais (IFRS), sendo R$ 200 mil o valor contratado para este serviço.

15. ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Continua...

...Continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009

(Em milhares de Reais)

		Controladora BR-GAAP			Consolidado IFRS/CPC		
Ativo	**Nota**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	110.901	92.642	62.698	114.549	96.198	65.009
Aplicações financeiras	6	394	5.800	37.344	394	5.800	37.344
Contas a receber de clientes	7	295.422	215.451	169.745	295.422	215.457	169.747
Estoques	9	176.692	90.018	74.938	176.692	90.018	74.938
Impostos a recuperar	10	6.985	4.306	5.369	7.015	4.336	5.394
Outras contas a receber	8	10.139	6.318	16.169	10.315	6.494	16.484
Despesas antecipadas		340	363	626	339	363	626
		600.873	**414.898**	**366.889**	**604.726**	**418.666**	**369.542**
Não circulante							
Realizável em longo prazo							
Partes relacionadas	21	398	1.616	1.250	-	130	90
Aplicações financeiras	6	863	720	28.397	863	720	31.726
Impostos a recuperar	10	8.048	4.807	4.303	8.190	4.975	4.472
Empréstimos compulsórios	12	58	4.530	2.756	85	4.557	2.756
Impostos diferidos	11	18.041	20.546	87.311	18.041	20.546	87.311
Plano de pensão	22	1.773	3.445	2.073	1.773	3.445	2.073
Outras contas a receber	8	8.680	16.334	16.707	8.702	16.356	16.764
		37.861	**51.998**	**142.797**	**37.654**	**50.729**	**145.192**
Investimentos							
Empresas controladas	13	5.229	6.731	10.444	-	-	-
Outros investimentos		-	988	988	8	1.013	1.013
Imobilizado	14	224.225	181.411	175.362	224.226	181.411	175.362
Intangível	15	**26.089**	**21.807**	**20.077**	**26.089**	**23.172**	**20.077**
		255.543	**210.937**	**206.871**	**250.323**	**205.596**	**196.452**
		894.277	**677.833**	**716.557**	**892.703**	**674.991**	**711.186**

		Controladora BR-GAAP			Consolidado IFRS/CPC		
Passivo	**Nota**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**
Circulante							
Financiamentos e empréstimos	16	27.799	36.926	85.351	27.799	36.926	84.171
Fornecedores		108.770	54.070	17.698	108.770	54.070	17.698
Salários e encargos sociais		26.707	20.591	20.297	26.708	20.600	20.318
Parcelamentos tributários e previdenciários	17	8.104	7.164	8.204	8.104	7.164	8.204
Imposto de renda e contribuição social	18	8.660	219	7.836	8.673	219	7.836
Obrigações tributárias	18	11.757	11.067	13.624	11.759	11.072	13.635
Provisões para contingências e outras provisões	20	29.773	25.104	17.481	29.773	25.104	17.481
Obrigações por incentivos fiscais	19	2.896	2.228	2.071	2.896	2.228	2.071
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	25	14.883	14.557	4.810	14.883	14.557	4.810
Outras contas a pagar		7.947	5.645	21.133	9.088	6.560	21.387
		247.296	**177.571**	**198.505**	**248.453**	**178.500**	**197.611**
Não circulante							
Financiamentos e empréstimos	16	26.105	40.632	60.913	26.105	40.632	60.913
Partes relacionadas	21	2.600	2.703	3.628	-	-	-
Parcelamentos tributários e previdenciários	17	28.804	30.645	39.089	28.804	30.645	39.089
Obrigações tributárias	18	530	684	54.482	530	684	54.482
Impostos diferidos	11	5.229	5.612	14.597	5.229	5.612	14.597
Provisões para contingências e outras provisões	20	11.215	6.748	8.805	11.215	6.748	8.805
Obrigações por incentivos fiscais	19	40.931	38.858	33.406	40.931	38.858	33.406
Outras contas a pagar		3.343	4.970	37.457	3.212	3.898	36.603
		118.757	**130.852**	**252.377**	**116.026**	**127.077**	**247.895**
Patrimônio líquido	24						
Capital social		226.293	223.845	223.220	226.293	223.845	223.220
Reserva de capital		2.091	906	256	2.091	906	256
Reserva de lucros		251.593	91.676	19.289	251.593	91.676	19.289
Ajuste de avaliação patrimonial		8.784	9.161	9.538	8.784	9.161	9.538
Dividendos adicionais propostos		39.463	11.759	5.768	39.463	11.759	5.768
Lucros acumulados		-	32.063	7.604	-	32.063	7.604
Atribuído aos acionistas controladores		528.224	369.410	265.675	528.224	369.410	265.675
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	4	5
		528.224	**369.410**	**265.675**	**528.224**	**369.414**	**265.680**
		894.277	**677.833**	**716.557**	**892.703**	**674.991**	**711.186**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

		Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC	
	Nota	**31/12/10**	**31/12/09**	**31/12/10**	**31/12/09**
Receita operacional líquida	28	**1.012.845**	**720.727**	**1.013.486**	**720.948**
Custo dos produtos vendidos		**(511.554)**	**(380.092)**	**(511.554)**	**(380.092)**
Lucro bruto		**501.291**	**340.635**	**501.932**	**340.856**
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	29	(170.095)	(141.546)	(170.098)	(142.013)
Administrativas e gerais	30	(26.777)	(23.943)	(26.855)	(24.171)
Honorários da administração	21	(6.083)	(4.902)	(6.096)	(4.914)
Depreciação e amortização		(12.106)	(9.563)	(12.106)	(9.563)
Participação nos resultados	26	(23.364)	(17.874)	(23.364)	(17.874)
Outras despesas operacionais líquidas	31	(8.522)	(7.466)	(10.044)	(7.484)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		**254.344**	**135.341**	**253.369**	**134.837**
Receitas financeiras	32	38.444	67.702	38.236	65.217
Despesas financeiras	32	(27.809)	(36.174)	(28.125)	(38.776)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos, líquido		(13)	24.842	(13)	24.842

		Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC	
	Nota	**31/12/10**	**31/12/09**	**31/12/10**	**31/12/09**
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**10.622**	**56.370**	**10.098**	**51.283**
Equivalência patrimonial	13	(1.324)	(2.947)	-	-
Variação cambial sobre investimentos no exterior	13	(227)	(2.643)	-	-
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		**263.415**	**186.121**	**263.467**	**186.120**
Imposto de renda e contribuição social correntes	33	(49.276)	(22.584)	(49.332)	(22.584)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33	(2.122)	(26.007)	(2.122)	(26.007)
Lucro líquido do exercício		**212.017**	**137.530**	**212.013**	**137.529**
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		212.017	137.530	212.017	137.530
Não controladores		-	-	(4)	(1)
Lucro por ação - R$					
Básico	34	1,3052	0,8500		
Díluído	34	1,2897	0,8459		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 5

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_DOESC_QUADROS_NOTAS.indd 5 3/3/2011 10:32:25

...Continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009

(Em milhares de Reais)

	Controladora											
			Reservas de lucros			Dividendos					Participação de	Total do
	Capital social	Reserva de capital	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros	adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Total	acionistas não controladores	patrimônio líquido
Saldos em 1 de janeiro de 2009	**223.220**	**256**	**929**	**1.736**	**16.624**	**5.768**	**7.604**	**9.538**	**-**	**265.675**	**5**	**265.680**
Aumento de capital	625	-	-	-	-	-	-	-	-	625	-	625
Ajuste atuarial de plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	1.106	1.106	-	1.106
Tranferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	1.106	-	(1.106)	-	-	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	650	-	-	-	-	-	-	-	650	-	650
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	377	(377)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos 2008	-	-	-	-	-	(5.768)	-	-	-	(5.768)	-	(5.768)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	137.530	-	-	137.530	-	137.530
Destinações:												
Reserva legal (nota explicativa 24.c)	-	-	-	5.728	-	-	(5.728)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (nota explicativa 25)	-	-	-	-	-	-	(30.408)	-	-	(30.408)	-	(30.408)
Dividendos e juros sobre capital próprio adicionais propostos	-	-	-	-	-	11.759	(11.759)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.c)	-	-	-	-	66.659	-	(66.659)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**223.845**	**906**	**929**	**7.464**	**83.283**	**11.759**	**32.063**	**9.161**	**-**	**369.410**	**4**	**369.414**
Aumento de capital	2.448	-	-	-	-	-	-	-	-	2.448	-	2.448
Ajuste atuarial de plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.095)	(2.095)	-	(2.095)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	(2.095)	-	2.095	-	-	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	1.185	-	-	-	-	-	-	-	1.185	-	1.185
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	377	(377)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos 2009	-	-	-	-	-	(11.759)	-	-	-	(11.759)	-	(11.759)
Constituição de reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.c)	-	-	55.663	-	(55.663)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	212.017	-	-	212.017	(4)	212.013
Destinações:												
Reserva legal (nota explicativa 24.c)	-	-	-	10.601	-	-	(10.601)	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.c)	-	-	31.368	-	-	-	(31.368)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.d e 25)	-	-	-	-	-	-	(42.982)	-	-	(42.982)	-	(42.982)
Dividendos e juros sobre capital próprio adicionais propostos (nota explicativa 24.d)	-	-	-	-	-	39.463	(39.463)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.c)	-	-	-	-	117.948	-	(117.948)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**226.293**	**2.091**	**87.960**	**18.065**	**145.568**	**39.463**	**-**	**8.784**	**-**	**528.224**	**-**	**528.224**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de Reais)

	Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**212.017**	**137.530**	**212.017**	**137.530**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	2.122	26.007	2.122	26.007
Variações monetária, cambial e juros não realizados	6.183	10.010	6.308	11.005
Depreciação e amortização	23.131	19.663	23.131	19.663
Provisão créditos liquidação duvidosa	(4.666)	4.485	(4.666)	4.485
Resultado na venda de ativos permanentes	112	2.382	144	2.382
Plano de opção de compra de ações	1.185	650	1.185	650
Provisão para *impairment* de intangível	-	-	1.757	-
Equivalência patrimonial e variação cambial sobre investimentos	1.551	5.590	-	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	(4)	(1)
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) em contas a receber de clientes	(75.305)	(50.191)	(75.299)	(50.195)
(Aumento) nos estoques	(86.674)	(15.080)	(86.674)	(15.080)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(5.920)	559	(5.894)	555
Redução em impostos diferidos	-	31.773	-	31.773
Redução em outros ativos	7.908	8.447	7.920	8.594
Aumento em fornecedores	54.700	36.372	54.700	36.372
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	16.851	(42.333)	17.072	(41.683)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	10.830	(67.847)	10.827	(67.856)
Juros pagos por empréstimos	(6.883)	(11.341)	(6.883)	(11.291)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**157.142**	**96.676**	**157.763**	**92.910**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimento	(989)	(1.661)	-	-
Recebimento na venda de investimento	1.178	-	1.178	-
Aquisições de ativo imobilizado	(59.726)	(20.996)	(59.726)	(20.996)
Adições de ativo intangível	(10.819)	(8.828)	(11.211)	(10.193)
Partes relacionadas	1.218	(366)	130	(40)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(69.138)**	**(31.851)**	**(69.629)**	**(31.229)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	2.448	625	2.448	625
Aplicações financeiras	5.263	59.221	5.263	62.550
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(54.415)	(26.428)	(54.415)	(26.428)
Empréstimos tomados	16.180	17.093	16.180	17.093
Pagamentos de empréstimos	(39.259)	(85.392)	(39.259)	(84.332)
Partes relacionadas	38	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(69.745)**	**(34.881)**	**(69.783)**	**(30.492)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**18.259**	**29.944**	**18.351**	**31.189**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	92.642	62.698	96.198	65.009
No fim do exercício	110.901	92.642	114.549	96.198
	18.259	**29.944**	**18.351**	**31.189**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 6

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

perfran 11 3885.9696

[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_DOESC_QUADROS_NOTAS.indd 6 3/3/2011 10:32:33

...Continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de Reais)

	Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receitas				
Vendas de mercadoria	1.234.442	876.702	1.235.121	876.951
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.596	(7.045)	1.596	(7.045)
Resultados não operacionais	(1.351)	(403)	(3.108)	(403)
	1.234.687	**869.254**	**1.233.609**	**869.503**
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Matérias-primas consumidas	(248.814)	(168.450)	(248.814)	(168.450)
Custos das mercadorias vendidas	(137.145)	(89.406)	(137.145)	(89.406)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(216.254)	(192.432)	(216.332)	(192.788)
	(602.213)	**(450.288)**	**(602.291)**	**(450.644)**
Retenções				
Depreciação e amortização	(23.131)	(19.663)	(23.131)	(19.663)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**609.343**	**399.303**	**608.187**	**399.196**
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial e variação cambial sobre investimentos	(1.551)	(5.590)	-	-
Receitas financeiras	40.898	89.200	39.121	87.468
Aluguéis e *royalties*	3.011	1.256	3.011	1.256
	42.358	**84.866**	**42.132**	**88.724**
Valor adicionado total a distribuir	**651.701**	**484.169**	**650.319**	**487.920**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	137.292	111.237	137.304	111.419
Benefícios	19.074	14.355	19.076	14.398
FGTS	9.097	7.575	9.097	7.586
	165.463	**133.167**	**165.477**	**133.403**
Tributos				
Federais	184.865	157.096	184.946	157.250
Estaduais	50.948	42.982	50.948	42.982
Municipais	829	721	843	726
	236.642	**200.799**	**236.737**	**200.958**
Remuneração do capital de terceiros				
Juros	8.141	11.693	8.141	11.693
Aluguéis	16.675	14.091	16.675	14.091
Outros	12.763	(13.110)	11.272	(9.754)
	37.579	**12.674**	**36.088**	**16.030**
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos e juros sobre o capital próprio	42.982	30.408	42.982	30.408
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	39.463	11.759	39.463	11.759
Lucros retidos	129.572	95.362	129.572	95.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de Reais)

	Controladora BR-GAAP		Consolidado IFRS/CPC	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido do período	**212.017**	**137.530**	**212.013**	**137.529**
Outros resultados abrangentes	**(2.095)**	**1.106**	**(2.095)**	**1.106**
Plano de pensão benefícios a empregados	(2.095)	1.106	(2.095)	1.106
Resultado abrangente do período	**209.922**	**138.636**	**209.918**	**138.635**
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Atribuído a sócios da Companhia controladora	**209.922**	**138.636**	**209.922**	**138.636**
Atribuído a sócios não controladores	**-**	**-**	**(4)**	**(1)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Norte, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral.

As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGTX3.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Cia. Hering, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Cia. Hering e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 foi aplicado.

A Companhia estabeleceu 1º de janeiro de 2009 como "data de transição" para a adoção das novas práticas contábeis, emitidas em 2009 e cuja adoção mandatória para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia e suas controladas prepararam seus balanços patrimoniais ajustados por esses novos dispositivos contábeis.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM nº 609/09 (CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os pronunciamentos foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as informações contábeis, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis emitidas pelo CPC.

Uma explicação de como a transição para as normas IFRS e CPCs afetou a posição patrimonial e financeira, o desempenho financeiro da Companhia está apresentada na nota explicativa 38.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2011.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- o ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 11 - Realização de imposto de renda diferido
Nota 20 - Provisão para contingências e outras provisões
Nota 22 - Benefícios a empregados
Nota 23 - Valorização de instrumentos financeiros
Nota 27 - Mensuração de pagamento baseado em ações
Nota 35 - Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPCs, exceto nos casos indicados em contrário.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

		Participação (%)		
	País	2010	2009	01/01/09
Têxtil Santa Catarina Ltda.	Brasil	100	100	100
VH Serviços e Construções S.A.	Brasil	94,16	94,16	94,16
Garema Malhas Ltda.	Brasil	100	100	100
HRG Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.	Brasil	99,99	99,99	99,99
Hering Internacional SAFI	Uruguai	100	100	100
Hering Overseas Ltda.	Ilhas Cayman	100	100	100

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas;

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 7
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_DOESC_QUADROS_NOTAS.indd 7
3/3/2011 10:32:33

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de Reais)

- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

O saldo de investimento da controlada Hering Overseas, está sendo apresentado líquido de itens monetários conforme previsto no CPC 02 (R1) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10, parágrafo 17, considerando que a liquidação não está planejada nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível. Para fins de apresentação, os saldos comparativos estão sendo reapresentados, seguindo essa prática.

b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa nº 07), incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez opção de não utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado, tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores, já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos de ativo na área de ativo imobilizado já compreendiam na data de transição (1º de janeiro de 2009) revisões periódicas quanto a melhor estimativa de vida útil; e (ii) os procedimentos de valorização dos ativos imobilizados conforme as práticas contábeis anteriores foram revisados e confirmados quanto à aderência aos requisitos de valorização do CPC 27 (IAS 16), inclusive, não indexação em períodos onde a economia do país foi considerada hiper-inflacionária.

Além disto, a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o período corrente estão demonstradas abaixo:

Descrição do Grupo	Vida útil (em anos)
Edifícios e benfeitorias	15 a 50
Instalações e equipamentos de produção	5 a 30
Móveis e utensílios	15 a 20
Bens de Informática	15 a 20
Veículos	7
Benfeitorias em imovéis de terceiros	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível

(i) Composição

A Companhia possui marcas e patentes, fundo de comércio e software como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 8
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_DOESC_QUADROS_NOTAS.indd 8 3/3/2011 10:32:33

...Continuação

(ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	10 anos
Fundo de comércio	5 anos
Software	5 anos

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de aluguel de lojas, onde atua como arrendadora. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não transfere substancialmente os riscos e benefícios do ativo alugado ao arrendatário.

k) Benefícios a empregados

(i) Planos de benefícios definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

(ii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(iii) Transações de pagamento baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

m) Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,838% a.m. que representa o custo médio de captação da Companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 90 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 45 dias. O incentivo fiscal "PRODECIII ", para os quais há incidência de juros de 4% a.a. foram ajustados a valor presente pela taxa média de captação da Companhia.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo e a sua reversão são registrados no resultado financeiro.

n) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

o) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

p) Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 19. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade no regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas, nos custos dos produtos vendidos e os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

q) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

Continua...

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de Reais)

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.
Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.
Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.
Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.
A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

s) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

t) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.
A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na nota 36.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(ii) Derivativos

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Os métodos e premissas adotados pela Companhia para estimar a divulgação do valor justo de seus derivativos estão descritos abaixo:
Operações de *forward*: Determinação das curvas de mercado que impactam estes instrumentos conforme posição informada pelas instituições financeiras contratadas.
Swap cambial e de taxas de juros: Estimados com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares informada pelas instituições financeiras contratadas.
Para operações de *swap* com componente de opções foi utilizado o modelo *Black & Scholes* suportado por laudo de empresas terceirizadas especializadas no cálculo de valor justo dessas operações.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iv) Transações de pagamentos baseado em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula *Black-Scholes*.
Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).
Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.
Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 27).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Controladora			Consolidado		
Circulante	**Rendimentos**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**
Caixa e bancos		8.158	5.124	6.138	8.198	5.199	6.138
Caixa e bancos - Moeda estrangeira		2.682	1.153	2.726	6.290	4.634	5.037
Aplicações financeiras:							
Renda fixa - CDB	100% a 110% da variação do CDI	43.241	32.775	13.198	43.241	32.775	13.198
Renda fixa - Operações compromissadas	100,2% a 104,5% da variação do CDI	56.820	53.590	40.636	56.820	53.590	40.636
		110.901	**92.642**	**62.698**	**114.549**	**96.198**	**65.009**

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23 d.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		Controladora			Consolidado		
Circulante	**Rendimentos**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**
Renda fixa - CDB	100% a 110% da variação do CDI	394	5.800	16.067	394	5.800	16.067
Renda fixa - Operações compromissadas	104,5% da variação do CDI	-	-	21.277	-	-	21.277
		394	**5.800**	**37.344**	**394**	**5.800**	**37.344**
Não circulante							
Fundo de renda fixa	8,0% a.a.	-	-	-	-	-	3.329
Renda fixa - CDB	100% a 110% da variação do CDI	863	720	28.397	863	720	28.397
		863	**720**	**28.397**	**863**	**720**	**31.726**

Refere-se à aplicação em Certificado de Depósito Bancários - CDB que serão mantidas até o vencimento. Parte dessas aplicações financeiras está vinculada a operações de empréstimos realizadas pela Companhia.
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23 d.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
Circulante	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**
No país	304.293	227.124	171.418	304.293	227.130	171.420
No exterior	3.387	3.422	8.001	3.387	3.422	8.001
	307.680	**230.546**	**179.419**	**307.680**	**230.552**	**179.421**
Ajuste a valor presente	(4.563)	(2.734)	(1.798)	(4.563)	(2.734)	(1.798)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.695)	(12.361)	(7.876)	(7.695)	(12.361)	(7.876)
	295.422	**215.451**	**169.745**	**295.422**	**215.457**	**169.747**

A realização do valor do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 90 dias.
A exposição da companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 23 a.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Circulante					
	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	**31/12/09**	**01/01/09**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**
Adiantamento a fornecedores externos	5.503	1.921	8.296	5.503	1.921	8.296
Adiantamento a fornecedores internos	1.833	1.232	2.692	1.833	1.232	2.692
Contas a receber pela venda de imobilizado	611	971	532	611	971	532
Adiantamento a funcionários	1.886	1.610	1.476	1.886	1.610	1.476
Indenização seguros	-	-	2.500	-	-	2.500
Outros	306	584	673	482	760	988
	10.139	**6.318**	**16.169**	**10.315**	**6.494**	**16.484**

Continua...

...Continuação

	Não circulante					
	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Fomentar - Bolsa Garantia	1.053	1.053	1.372	1.053	1.053	1.372
Depósito Tare 197/06 (nota explicativa 19.d)	-	1.843	1.843	-	1.843	1.843
Depósitos Judiciais						
COFINS 1% (a)	-	6.066	5.146	-	6.066	5.146
INSS	1.326	1.320	692	1.326	1.320	692
Outros	484	474	440	484	474	440
IPTU	496	496	496	496	496	496
Depósitos trabalhistas						
Garantia para reclamatórias trabalhistas	2.967	2.480	3.645	2.967	2.480	3.645
Contas a receber pela venda de imobilizado	1.781	2.279	2.668	1.781	2.279	2.668
Outros	573	323	405	594	345	462
	8.680	**16.334**	**16.707**	**8.701**	**16.356**	**16.764**

(a) Esses depósitos foram levantados em dezembro de 2010.

9. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Produtos acabados	32.762	23.773	25.966
Produtos para revenda	36.795	15.248	10.196
Produtos em elaboração	38.965	20.103	13.238
Estoque em poder de terceiros	13.913	6.937	4.740
Matérias-primas e almoxarifado	54.830	24.198	21.043
Provisão para ajuste a valor de realização	(573)	(241)	(245)
	176.692	**90.018**	**74.938**

Em 2010, matérias-primas e materiais secundários de produção, reconhecidos nos custos dos produtos vendidos, totalizavam R$ 330.800 (R$ 220.348 em 2009). O aumento dos estoques em 2009 com relação a 1º de janeiro de 2009 se deu para o atendimento da demanda prevista e pedidos em carteira para o primeiro semestre de 2010. O aumento dos estoques observado em 2010 deu-se, principalmente, para atendimento de pedidos em carteira para 2011 e também em função de compra adicional de estoques de fios como parte da estratégia de gerenciamento de estoques.
Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização.
A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia possui créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

	Circulante					
	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
IPI (a)	955	749	2.356	955	749	2.356
ICMS a recuperar	5.054	3.040	2.443	5.054	3.040	2.444
Outros	976	517	570	1.006	547	594
	6.985	**4.306**	**5.369**	**7.015**	**4.336**	**5.394**

	Não circulante					
	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
INCRA (b)	601	601	601	601	601	601
IPTU (c)	817	1.098	1.368	817	1.098	1.368
ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado	6.630	3.079	2.334	6.630	3.079	2.334
Outros	-	29	-	142	197	169
	8.048	**4.807**	**4.303**	**8.190**	**4.975**	**4.472**

(a) IPI - origina-se do saldo credor de IPI relativo à aquisição de matérias-primas, materiais intermediários e materiais de embalagem, em função da não tributação do IPI (tributado à alíquota zero) sobre artigos do vestuário. O saldo está sendo utilizado para compensação/quitação de PIS e COFINS. Não há atualização monetária por se tratar de crédito escritural.
(b) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - a Cia. Hering registrou em 2007 o crédito fiscal referente ao INCRA, devido ao ganho de ação judicial que visava à declaração de inexigibilidade da contribuição ao INCRA, com trânsito julgado em 21 de novembro de 2006.
(c) Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) - a Cia. Hering registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade nas exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Composição e movimentação das diferenças temporárias

A Companhia possui créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social de exercícios anteriores, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias. Os impostos diferidos estão demonstrados como a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativo			
Prejuízos fiscais e base negativa	-	4.220	59.113
Ajuste a valor presente - clientes	1.551	930	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosos	2.616	4.203	2.678
Provisão para despesas administrativas	1.263	1.871	1.816
Provisão para PPR	6.024	5.027	3.092
Provisão para despesas variáveis de vendas	2.585	2.156	1.824
Provisão riscos civeis e trabalhistas	2.197	1.681	1.564
Tributos com exigibilidade suspensa	1.247	-	15.404
Provisão para investimentos	-	-	553
Outras diferenças temporárias	558	458	1.267
Total do ativo	**18.041**	**20.546**	**87.311**
Passivo			
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(705)	(674)	(2.280)
Tributos com exigibilidade suspensa (reversão)	-	-	(7.403)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(4.524)	(4.719)	(4.914)
Outras diferenças temporárias	-	(219)	-
Total do passivo	**(5.229)**	**(5.612)**	**(14.597)**

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensadas com lucros tributáveis.
As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b) Movimentação dos impostos diferidos no período

	Controladora e Consolidado				
	Saldo em 01/01/09	Movimentação	Saldo em 31/12/09	Movimentação	Saldo em 31/12/10
Prejuízos fiscais e base negativa	59.113	(54.893)	4.220	(4.220)	-
Tributos com exigibilidade suspensa	15.404	(15.404)	-	1.247	1.247
Ajuste a valor presente - clientes	-	930	930	621	1.551
Provisões temporárias	12.794	2.602	15.396	(153)	15.243
Total do ativo	**87.311**	**(66.765)**	**20.546**	**(2.505)**	**18.041**
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(2.280)	1.606	(674)	(31)	(705)
Tributos com exigibilidade suspensa (reversão)	(7.403)	7.403	-	-	-
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(4.914)	195	(4.719)	195	(4.524)
Outras diferenças temporárias	-	(219)	(219)	219	-
Total do passivo	**(14.597)**	**8.985**	**(5.612)**	**383**	**(5.229)**
Líquido	**72.714**	**(57.780)**	**14.934**	**(2.122)**	**12.812**

No ano de 2009, a Companhia aderiu ao REFIS IV e utilizou prejuízos fiscais para a compensação de parte dos débitos apurados no montante de R$ 31.773.

12. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Em função de ação judicial transitada em julgada, a Companhia no ano 2000, relativo ao período 1987 a 1994, e em 2001, para o período 1977 a 1986, constituiu créditos decorrentes de diferenças do pagamento de juros e atualização monetária sobre o Empréstimo Compulsório efetuado em favor da Eletrobrás. Os valores incontroversos que a Companhia estimava receber em decorrência da ação judicial foram realizados em abril de 2007 e janeiro de 2010, restando ainda em poder da Companhia parcela remanescente de 2.159 ações de emissão da Eletrobrás (ELET6), no montante de R$ 57. A Companhia permanece com a ação de execução judicial contra à Eletrobrás, buscando a realização de valores cujos montantes ainda não foram definidos pela Justiça Federal.

13. INVESTIMENTOS

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício.

	Têxtil Santa Catarina Ltda.	VH Serviços e Construções S.A.	Garema Malhas Ltda.	HRG Interm. de Serviços Financeiros Ltda.	Hering Internacional S.A. - SAFI	Hering Overseas Ltd.	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Total de ativos circulante e não circulante	**164**	**193**	**23**	**68**	**7.662**	**5.764**	**13.874**	**15.684**	**50.373**
Total de passivos circulante e não circulante	**-**	**190**	**47**	**174**	**6.619**	**1.745**	**8.775**	**10.020**	**40.780**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	164	3	(24)	(106)	1.043	4.019	5.099	5.664	9.593
Receitas líquidas do período	-	-	-	641	-	-	641	221	513
Resultado do período	(28)	(73)	(1.812)	576	43	(34)	(1.328)	(2.948)	(924)
Participação no capital em %	100,00%	94,16%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	-	-	-
Saldo no início do período	(388)	71	1.380	(683)	1.045	4.235	5.660	9.589	8.030
Aumento de capital	581	-	407	-	-	-	988	1.661	-
Equivalência patrimonial - Resultado	(28)	(69)	(1.812)	576	43	(34)	(1.324)	(2.947)	(922)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	(44)	(183)	(227)	(2.643)	2.481
Investimento pela equivalência patrimonial	165	2	(25)	(107)	1.044	4.018	5.097	5.660	9.589

Continua...

pefran 11 3885.9696

...Continuação

Durante o exercício não foram recebidos dividendos das investidas. O total dos investimentos com valores negativos em função do passivo a descoberto das controladas no montante de R$ 132 (R$ 1.071 em 2009 e R$ 855 em 2008), foi classificado na rubrica de passivo a descoberto no passivo não circulante.
Conforme orientado pelo CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, parágrafo 15, o investimento mantido na controlada Hering Overseas está apresentado pelo valor líquido de um empréstimo devido pela Companhia àquela empresa pois foi considerado, em essência, como parte do investimento líquido. Essa apresentação foi efetuada considerando, principalmente, que a liquidação não está planejada nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível.

14. ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

	Consolidado				
			31/12/10	31/12/09	01/01/09
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	97.690	(11.540)	86.150	85.015	84.019
Instalações e equipamentos de produção	129.691	(42.277)	87.414	52.524	45.950
Móveis e utensílios	12.707	(7.115)	5.592	5.082	5.172
Bens de informática	14.077	(3.997)	10.080	5.207	4.325
Veículos	1.217	(693)	524	361	365
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.150	(890)	4.260	3.740	2.208
Terrenos	28.636	-	28.636	28.636	28.636
Obras em andamento	1.569	-	1.569	846	4.687
	290.737	**(66.512)**	**224.225**	**181.411**	**175.362**

b) Movimentação do custo e depreciação

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2010 é demonstrado conforme a seguir:

	Saldo em 31/12/09	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/10
Custo:					
Edifícios e benfeitorias	93.161	107	4.422	-	97.690
Instalações e equipamentos de produção	85.159	36.824	8.153	(445)	129.691
Móveis e utensílios	11.258	1.912	(63)	(400)	12.707
Bens de informática	7.747	4.965	1.558	(193)	14.077
Veículos	989	280	-	(52)	1.217
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.305	-	845	-	5.150
Terrenos	28.636	-	-	-	28.636
Obras em andamento	846	15.638	(14.915)	-	1.569
	232.101	**59.726**	**-**	**(1.090)**	**290.737**
Depreciação:					
Edifícios e benfeitorias	(8.146)	(3.394)	-	-	(11.540)
Instalações e equipamentos de produção	(32.635)	(9.864)	-	222	(42.277)
Móveis e utensílios	(6.176)	(1.315)	-	376	(7.115)
Bens de informática	(2.540)	(1.600)	-	143	(3.997)
Veículos	(628)	(96)	-	31	(693)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(565)	(325)	-	-	(890)
	(50.690)	**(16.594)**	**-**	**772**	**(66.512)**
	181.411	**43.132**	**-**	**(318)**	**224.225**

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2009 é demonstrado conforme a seguir:

	Saldo em 01/01/09	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/09
Custo:					
Edifícios e benfeitorias	90.215	7	2.972	(33)	93.161
Instalações e equipamentos de produção	69.639	10.534	5.734	(748)	85.159
Móveis e utensílios	11.176	1.177	45	(1.140)	11.258
Bens de informática	5.856	1.988	145	(242)	7.747
Veículos	928	138	-	(77)	989
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.365	-	1.940	-	4.305
Terrenos	28.636	-	-	-	28.636
Obras em andamento	4.687	7.152	(10.836)	(157)	846
	213.502	**20.996**	**-**	**(2.397)**	**232.101**
Depreciação:					
Edifícios e benfeitorias	(6.196)	(1.952)	-	2	(8.146)
Instalações e equipamentos de produção	(23.689)	(9.500)	-	554	(32.635)
Móveis e utensílios	(6.004)	(1.277)	-	1.105	(6.176)
Bens de informática	(1.531)	(1.173)	-	164	(2.540)
Veículos	(563)	(120)	-	55	(628)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(157)	(408)	-	-	(565)
	(38.140)	**(14.430)**	**-**	**1.880**	**(50.690)**
	175.362	**6.566**	**-**	**(517)**	**181.411**

c) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados como garantia de empréstimos e financiamentos, conforme demonstrados na nota explicativa 16.

d) Custo atribuído (*Deemed Cost*)

A Companhia optou por não remensurar seus bens do ativo imobilizado adotando o custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional; (iii) a Administração revisa frequentemente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.
Para adequação completa de suas práticas contábeis às IFRS, a Companhia apurou e contabilizou os efeitos da correção monetária apurada durante o período em que a economia brasileira ainda era considerada hiper-inflacionária para fins de IFRS (1996 e 1997). Os efeitos são demonstrados como segue:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Correção monetária do imobilizado do período hiperinflacionário	13.308	13.880	14.452
IR e CS sobre correção monetária	(4.525)	(4.719)	(4.914)
Efeito no patrimônio líquido	8.783	9.161	9.538

e) Revisão de vida útil

Em virtude da revisão da vida útil dos itens do ativo imobilizado no exercício de 2010, as taxas de depreciação sofreram as seguintes alterações em relação ao período anterior.

	Taxas de depreciação novas	Taxas de depreciação anteriores
Edifícios e benfeitorias	2 a 6,67%	2%
Instalações e equipamentos de produção	3,3 a 20%	10 e 20%
Móveis e utensílios	5 a 6,67%	10 e 20%
Bens de informática	5 a 33,33%	20%
Veículos	14%	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 a 20%	10 e 18%

f) Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão.

15. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	Consolidado					
			31/12/10	31/12/09	01/01/09	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Taxa de amortização % a.a.
Vida útil definida						
Marcas e patentes (i)	2.296	(1.742)	554	1.870	513	10%
Fundo de comércio (ii)	26.735	(8.832)	17.903	13.588	13.395	20%
Software	23.244	(15.612)	7.632	7.714	6.169	20%
	52.275	**(26.186)**	**26.089**	**23.172**	**20.077**	

(i) Refere-se ao registro das marcas da Companhia, acrescido do custo pela renovação das mesmas junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. A amortização é registrada na rubrica Depreciação e amortização no resultado do exercício.
(ii) Trata-se do registro dos pontos comerciais das lojas próprias que são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. A amortização é registrada na rubrica Depreciação e amortização no resultado do exercício.

b) Movimentação do custo e amortização

A movimentação do intangível consolidado em 31 de dezembro de 2010 é demonstrado conforme a seguir:

	Saldo em 31/12/09	Adições	Transferências	*Impairment*	Saldo em 31/12/10
Custo:					
Marcas e patentes	3.509	544	-	(1.757)	2.296
Fundo de comércio	18.435	8.300	-	-	26.735
Software	20.876	1.492	876	-	23.244
Intangível em andamento	-	876	(876)	-	-
	42.820	**11.212**	**-**	**(1.757)**	**52.275**
Amortização:					
Marcas e patentes	(1.639)	(103)	-	-	(1.742)
Fundo de comércio	(4.847)	(3.985)	-	-	(8.832)
Software	(13.162)	(2.450)	-	-	(15.612)
	(19.648)	**(6.538)**	**-**	**-**	**(26.186)**
	23.172	**4.674**	**-**	**(1.757)**	**26.089**

A movimentação do intangível consolidado em 31 de dezembro de 2009 é demonstrado conforme a seguir:

	Saldo em 01/01/09	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/09
Custo:				
Marcas e patentes	2.052	1.457	-	3.509
Fundo de comércio	15.639	5.238	(2.442)	18.435
Software	17.379	3.498	(1)	20.876
	35.070	**10.193**	**(2.443)**	**42.820**
Amortização:				
Marcas e patentes	(1.539)	(100)	-	(1.639)
Fundo de comércio	(2.244)	(3.178)	575	(4.847)
Software	(11.210)	(1.953)	1	(13.162)
	(14.993)	**(5.231)**	**576**	**(19.648)**
	20.077	**4.962**	**(1.867)**	**23.172**

Continua...

...Continuação

c) Valor recuperável de ativos

Com o intuito de proteger a marca da Companhia, foi adquirida através de sua controlada Garema, no final do ano de 2009, a marca Cristais Hering. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia registrou provisão de perda por desvalorização do valor integral desta marca no montante de R$ 1.757. O montante provisionado refere-se ao valor da marca em 31 de dezembro de 2010, ao custo de aquisição, sendo a provisão reconhecida no grupo de outras despesas operacionais. A provisão será revista anualmente ou no momento em que um fato novo venha demonstrar, expectativa de geração de fluxos de caixa futuros pela utilização ou resultado pelo valor líquido de venda. A marca não está em uso, e não há expectativa de geração de fluxos de caixa futuros pela utilização ou venda da marca.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

a) Saldos

		Ano de		Controladora			Consolidado		
	Encargos anuais	vencimento	Moeda	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Modalidade:									
Capital de giro	Juros de 0,81% a 3,66% mais variação do CDI	2009	R$	-	-	29.536	-	-	29.536
	Juros de 6,75%	2010	R$	681	743	1.109	681	743	1.216
	Juros de 2,5% a 4,5%, mais TJLP	2010	TJLP	-	5.884	7.402	-	5.884	7.402
	Juros de 10,517% mais TR	2009	R$	-	-	12.099	-	-	12.099
	Juros de 98% a 101% do CDI	2010/2013	R$	19.436	34.323	39.034	19.436	34.323	39.034
	Juros de 4,5%, mais variação cambial, mais TJFPE	2010	US$	-	1.399	2.366	-	1.399	2.366
	Juros de 2%, mais variação cambial	2010	US$/R$	-	1.224	8.209	-	1.224	8.209
	Juros de 128,10% do CDI	2010	R$	-	12.095	-	-	12.095	-
	Juros de 7%	2011	R$	14.204	-	-	14.204	-	-
Investimentos:									
BNDES (i)	Juros de 5% a 7%, mais TJLP	2015	TJLP	15.258	18.177	20.514	15.258	18.177	20.514
Eurobônus	Juros de 6% mais variação cambial	2009	US$	-	-	31.320	-	-	30.033
Swap	60% variação do CDI	2009	US$	-	-	(5.325)	-	-	(5.325)
FNE	Juros de 10%	2014	R$	1.258	1.549	-	1.258	1.549	-
FCO	Juros de 10%	2018	R$	3.067	2.164	-	3.067	2.164	-
				53.904	**77.558**	**146.264**	**53.904**	**77.558**	**145.084**
Parcelas circulante				**27.799**	**36.926**	**85.351**	**27.799**	**36.926**	**84.171**
Parcelas não circulante				**26.105**	**40.632**	**60.913**	**26.105**	**40.632**	**60.913**

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDI - Certificado Depósito Interbancário
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
TJFPE - Taxa de Juros Fixa Pré-Embarque
FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste

(i) O saldo do empréstimo captado junto ao BNDES tem prazos de vencimentos até 2015 e é garantido por bens do ativo imobilizado até o montante de R$ 61.445.

As captações ocorridas durante os exercícios de 2009 e 2010, não continham custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2010, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado
2012	11.575
2013	6.728
2014	2.592
2015	5.210
	26.105

b) Garantias

Os financiamentos junto ao BNDES e Banco Nordeste são garantidos por terrenos, benfeitorias e máquinas, conforme demonstrado abaixo:

		Consolidado		
Modalidade de empréstimo	Garantia	31/12/10	31/12/09	01/01/09
BNDES	Terrenos	13.154	13.154	16.424
BNDES	Benfeitorias	42.159	42.159	44.890
Banco Nordeste	Terrenos	157	157	-
Banco Nordeste	Benfeitorias	4.344	4.344	-
Banco Nordeste	Máquinas	1.631	1.631	-
		61.445	**61.445**	**61.314**

Em garantia dos empréstimos e financiamentos, além de alienação de bens, a Companhia ofereceu avais de acionista no valor de R$ 16.516, parte de sua carteira de recebíveis no montante de R$ 2.454 e certas aplicações financeiras que estão classificadas como mantidas até o vencimento R$ 1.257. A execução das garantias pode ocorrer na hipótese de inadimplência no pagamento dos empréstimos.

c) Cláusulas restritivas (*covenants* financeiros)

A Companhia possuía empréstimos e financiamentos junto ao Credit Suisse, cujo saldo em 31 dezembro de 2010 era de R$ 19.436 (R$ 30.249 em 31 de dezembro de 2009). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente e anualmente, sendo que esses índices estão relacionados à relação entre divida líquida e EBITDA e relação entre EBITDA e despesa financeira líquida. Caso esses índices não sejam atingidos, o banco poderá declarar vencido antecipadamente o valor devido. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos. O EBITDA refere-se à sigla em inglês para "Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização".

17. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Controladora e Consolidado					
	Circulante			Não circulante		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
REFIS IV (a)						
Salário Educação	260	263	-	1.245	1.404	-
INSS	2.325	2.126	-	11.278	11.898	-
PIS/COFINS/IOF	4.837	4.506	-	14.577	17.343	-
Outros parcelamentos						
Salário Educação	-	269	469	-	-	249
IOF	-	-	825	-	-	1.855
PIS/COFINS	-	-	1.443	-	-	693
Parcelamento ICMS (b)	682	-	-	1.704	-	-
Paex (c)						
INSS	-	-	2.599	-	-	17.169
Salário Educação	-	-	305	-	-	2.037
PIS/COFINS	-	-	2.563	-	-	17.086
	8.104	**7.164**	**8.204**	**28.804**	**30.645**	**39.089**

(a) REFIS IV - A Companhia formalizou pedido de adesão ao REFIS IV em novembro de 2009 na modalidade de parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09 (REFIS IV), beneficiando-se da redução no saldo de multas e juros incidentes sobre os débitos parcelados nas modalidades PAEX e Outros Parcelamentos até aquela data. Também foram incluídos nesta modalidade débitos tributários e previdenciários não parcelados anteriormente, que eram objetos de discussões administrativas e judiciais.

(b) Parcelamento ICMS - A Companhia formalizou em julho de 2010, junto à Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, pedido de parcelamento de ICMS relativo a créditos sobre materiais intermediários, do período de jan/2005 a dez/2007.

(c) PAEX - Em setembro de 2006, a Companhia aderiu ao parcelamento dos débitos fiscais, conforme MP nº 303/2006 - PAEX, totalizando o valor parcelado, com multa e juros SELIC, no montante de R$ 43.772, com vencimentos até agosto de 2016. Em novembro/09 a Companhia formalizou o pedido de desistência do PAEX para aderir à modalidade de parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09 (REFIS IV).

O saldo remanescente do parcelamento é atualizado com base na taxa SELIC. No ano de 2010 foi efetuado pagamento no montante de R$ 6.924 referente aos impostos parcelados REFIS e R$ 339 referente ao parcelamento de ICMS.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 13
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_DOESC_QUADROS_NOTAS.indd 13 3/3/2011 10:32:34

...Continuação

Em 31 de dezembro de 2010 as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2012	8.135
2013	7.415
2014	3.468
2015	3.127
2016	1.437
2017 a 2024	5.222
	28.804

A manutenção da Companhia nos programas de parcelamentos acima mencionados está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Consolidado					
	Circulante			Não circulante		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
ICMS sobre vendas	6.643	4.737	7.015	-	-	-
PIS e COFINS	3.595	4.450	4.723	-	-	53.950
Imposto de renda e contribuição social	8.673	219	7.836	530	390	250
Outros	1.521	1.885	1.897	-	294	282
	20.432	**11.291**	**21.471**	**530**	**684**	**54.482**

19. OBRIGAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

	Controladora e Consolidado					
	Circulante			Não circulante		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
PRODEC - SC (a)	2.789	2.204	2.065	34.460	34.279	31.099
PRODEC III - SC (b)	-	-	-	6.420	2.685	-
Fomentar - GO (c)	-	-	-	51	51	464
Regime Especial - GO (d)	-	-	-	-	1.843	1.843
PROADI - RN (e)	29	24	6	-	-	-
Produzir (f)	78	-	-	-	-	-
	2.896	**2.228**	**2.071**	**40.931**	**38.858**	**33.406**

Os incentivos fiscais estão demonstrados com os efeitos do ajuste a valor presente, quando aplicável.

(a) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) - destinado a financiar a modernização de empreendimentos que contribuam para geração de empregos e renda à sociedade catarinense e que incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia estadual. A principal obrigação da Companhia por fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, sendo que estes foram devidamente cumpridos ao longo do período em que o incentivo foi usufruído.
O valor contratado em julho de 1999 foi de R$ 67.883, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 120 meses e findou em maio de 2010. A liquidação deste financiamento iniciou-se em julho de 2004 e finda em junho de 2016. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. e atualização monetária de 50% IGPM-FGV ao mês.

(b) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC III) - destinado a financiar a expansão das atividades da Companhia. O valor contratado em fevereiro de 2009 foi de R$ 270.157, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 200 meses e a liberação da primeira parcela ocorreu em novembro de 2009. O prazo de carência para cada parcela liberada é de 48 meses e após este período ocorre a liquidação integral da mesma. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. A principal obrigação da Companhia por fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, que estão sendo cumpridos e comprovados junto à Fazenda Estadual.

(c) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis.
O valor contratado em novembro de 1998 foi de R$ 66.114 para um período de fruição de 240 meses, sendo que sua utilização ocorreu até fevereiro de 2009, quando foi substituído pelo Programa Produzir. O valor do benefício é atualizado à taxa de juros de 0,2% ao mês, não capitalizável, incidente sobre a totalidade do saldo devedor e pago mensalmente. O montante total utilizado pela Companhia em 2009 foi de R$ 3.757, registrado no resultado do exercício na rubrica Deduções sobre Vendas.
A Companhia tinha, por fruição deste incentivo, como principais obrigações a implantação de sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Tais obrigações foram integralmente cumpridas durante todo o período de fruição do incentivo.

(d) Termo de Acordo de Regime Especial, celebrado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás e a Unidade Anápolis - para a implementação de crédito especial para investimento destinado à ampliação do complexo industrial desta unidade.
O referido Termo de Acordo tem por limite de crédito especial o valor de R$ 3.050, sendo que a fruição do benefício encerrou em fevereiro de 2008. Os encargos de financiamento consistem em juros de 0,2% a.a., capitalizáveis e atualização monetária de acordo com o Índice Geral de Preços - IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.
O saldo de R$ 1.843, dado à sua não utilização, será compensado com o total depositado no mesmo valor, conforme registrado na conta do ativo não circulante sob a rubrica "Incentivo TARE 197/06", para garantir sua liquidação.
A Companhia tinha por obrigação, durante a vigência do Termo de Acordo, investimentos no complexo industrial e a geração de emprego, as quais foram devidamente cumpridas.

(e) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte - destinado à formação do ativo circulante da unidade situada no município de Parnamirim.
Pelo contrato firmado o prazo de fruição do incentivo é de 120 meses, sendo que iniciou em outubro de 2001 e finda em setembro de 2021. Não há valor limite neste benefício.
O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. O montante utilizado em 2010 foi de R$ 10.370 (R$ 6.115 em 31 de dezembro de 2009) e está registrado no resultado do exercício na rubrica de Deduções sobre Vendas.
Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR.
Como principal obrigação pela fruição do beneficio a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia.

(f) Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas.
O valor contratado em março de 2009 foi de R$ 68.573, sendo que o início de utilização do benefício se deu em maio de 2009 e finda em outubro de 2018. O total utilizado em 2010 foi de R$ 701 (R$ 677 em 31 de dezembro de 2009), contabilizado nas contas de resultado na rubrica Deduções sobre Vendas.
A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que do imposto a recolher 27% é pago e 73% é o valor do benefício.
De cada parcela liberada efetua-se um depósito de 10% em uma conta corrente administrada pelo Programa Produzir. A amortização da dívida ocorre anualmente, quando é negociado o benefício em troca da quantia depositada ao longo do ano.

As subvenções para investimento e custeio decorrentes dos programas Proadi, Produzir, Fomentar, Tare 221/01, Crédito Outorgado, Pró-Emprego e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela internet são reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções de Vendas (R$ 65.421 em 2010 e R$ 40.145 em 31 de dezembro de 2009) e no grupo Custo dos Produtos Vendidos R$ 7.455 em 2010 (R$ 2.316 em 31 de dezembro de 2009).
A subvenção para investimento decorrente da redução do imposto de renda calculada com base no lucro da exploração, autorizada pela Receita Federal do Brasil em agosto de 2010 foi contabilizada no resultado do exercício, na rubrica Despesas IRPJ, no montante de R$ 2.755. Os incentivos Prodec e Prodec III são reconhecidos no mês seguinte ao de competência, quando da liberação da parcela usufruída, e contabilizados no passivo não circulante tendo em contrapartida a redução, no passivo circulante do débito corrente de ICMS.
Em 2010, os Estados de Goiás e Rio Grande do Norte validaram os investimentos realizados pela Companhia desde o início do aproveitamento dos incentivos fiscais Proadi, Produzir, Fomentar, respectivamente, estabelecendo que as metas previstas/acordadas para os referidos incentivos foram cumpridas rigorosamente.
Com relação ao benefício do Pró-Emprego, concedido pelo Estado de Santa Catarina, restou certificado no ano-calendário de 2010 o cumprimento da totalidade das metas acordadas para o projeto.
Considerando que a Companhia obteve em 2010, a confirmação de que os referidos benefícios fiscais poderiam ser caracterizados como subvenção para investimento, efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento, no montante de R$ 84.252, na conta "reserva de incentivos fiscais", em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (nota explicativa 24). Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OUTRAS PROVISÕES

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.
Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para contingências, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado					
	Circulante			Não circulante		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Provisões para contingências:						
Trabalhistas (a)	914	914	914	4.127	2.644	2.637
Tributárias (b)	-	-	-	496	496	496
Cíveis (c)	-	-	-	1.421	1.384	1.046
Despesas comerciais (d)	8.714	7.140	5.976	-	-	-
Despesas administrativas (e)	2.426	2.264	1.497	5.171	2.224	4.626
Provisão para participação nos resultados	17.719	14.786	9.094	-	-	-
	29.773	**25.104**	**17.481**	**11.215**	**6.748**	**8.805**

(a) Trabalhistas - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconheçam um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R$ 2.000 (R$ 1.740 em 2009).

(b) Tributárias - refere-se às discussões judiciais relativas ao IPTU, para os quais há depósitos judiciais no montante de R$ 496.

Continua...

...Continuação

(c) Cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações vinculadas às operações normais da Companhia, a qual decidiu, com base na opinião de seus assessores legais externos, manter provisão para aquelas contingências cíveis com probabilidade de perda provável.

(d) Provisão para despesas comerciais - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes e fretes sobre vendas.

(e) Provisão despesas administrativas - consiste na provisão para pagamentos de honorários advocatícios e parcela a pagar da contribuição previdência privada HERINGPREVI, referente ao tempo de serviços passados.

Perda Possível - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões contábeis, pois, estas não se constituem em perdas prováveis da Cia. Hering. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R$ 10.977 (R$ 11.339 em 2009).

Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no período:

	Circulante e não circulante				
	Saldo em 31/12/09	Adições	Reversões	Utilização	Saldo em 31/12/10
Provisões para contingências:					
Trabalhistas	3.558	2.446	(148)	(815)	5.041
Tributárias	496	-	-	-	496
Cíveis	1.385	77	-	(40)	1.422
Despesas comerciais	7.139	28.832	(62)	(27.196)	8.713
Despesas administrativas	4.488	13.872	(1.376)	(9.387)	7.597
Provisão para participação nos resultados - PPR	14.786	31.087	(3.814)	(24.340)	17.719
	31.852	**76.314**	**(5.400)**	**(61.778)**	**40.988**

	Circulante e não circulante				
	Saldo em 01/01/09	Adições	Reversões	Utilização	Saldo em 31/12/09
Provisões para contingências:					
Trabalhistas	3.551	1.709	-	(1.702)	3.558
Tributárias	496	-	-	-	496
Cíveis	1.047	341	-	(3)	1.385
Despesas comerciais	5.975	22.409	-	(21.245)	7.139
Despesas administrativas	6.123	8.789	(1.800)	(8.624)	4.488
Provisão para participação nos resultados - PPR	9.094	19.884	(2.000)	(12.192)	14.786
	26.286	**53.132**	**(3.800)**	**(43.766)**	**31.852**

21. PARTES RELACIONADAS

As transações financeiras de empréstimos entre as companhias do grupo e a remuneração da Administração foram realizadas conforme a seguir.

a) Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia provê a seus administradores, benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 27.

Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da Administração, representado por seu conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Honorários da Administração	6.096	4.914
Remuneração variável	4.022	3.759
Benefícios de curto prazo	501	519
Remuneração com base em ações	1.185	650
	11.804	**9.842**

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição.

b) Outras transações com partes relacionadas

As transações referem-se aos contratos de mútuos sobre os quais não há incidência de juros. O prazo de validade destes contratos é indeterminado.

	Controladora					
	Ativo não circulante			Passivo não circulante		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
VH Serviços e Construções S.A.	190	177	168	-	-	-
Têxtil Santa Catarina Ltda.	-	581	577	15	-	-
Garema Malhas Ltda.	47	8	90	-	-	-
HRG Intermediação de Serviços Fin. Ltda.	161	780	385	-	-	-
Investimentos e Participações INPASA	-	70	30	-	-	-
Hering Internacional SAFI	-	-	-	2.585	2.703	3.628
	398	**1.616**	**1.250**	**2.600**	**2.703**	**3.628**

c) Vendas para partes relacionadas

A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. No ano de 2010, estas operações comerciais totalizaram o montante de R$ 18.828 (R$ 6.708 em 2009), do qual R$ 7.014 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2010 (R$ 2.947 em 2009). São fornecidos avais pessoais dos sócios das empresas relacionadas, no montante de R$ 8.700, como forma de garantir os créditos da Companhia. As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010, não há avais e fianças prestados pela Companhia para partes relacionadas.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Bradesco Multi Pensions é uma entidade fechada de previdência privada, que tem como objetivo principal a concessão de benefícios suplementares aos da previdência social, principalmente a planos de aposentadoria, atendendo a todos os funcionários do grupo Hering, que aderirem ao plano. Os planos de previdência complementar oferecido aos funcionários são de benefício definido.

As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não. O plano dá aos funcionários aposentados o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos).

A Companhia determinou que, de acordo com os termos e condições da parte do plano que contem benefícios definidos e de acordo com exigências estatutárias (como exigências de financiamento mínimo) dos planos das respectivas jurisdições, o valor presente de reembolsos ou reduções em contribuições futuras, não é menor que o balanço do valor justo total dos ativos do plano, menos o valor presente total das obrigações.

a) Saldo do plano

	Controladora e Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	17.129	15.357	9.749
Valor justo dos ativos do plano	18.902	18.802	11.822
Déficit (superávit) para planos cobertos	(1.773)	(3.445)	(2.073)

b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	15.357	9.749
Custos do serviço corrente e juros	166	137
Juros sobre obrigação atuarial	1.653	1.196
(Ganho)/perda atuarial	1.203	5.535
Benefícios pagos no ano	(1.250)	(1.260)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	17.129	15.357

c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano

	Controladora e Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	18.802	11.821
Retorno esperado dos ativos do plano	2.103	1.484
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(892)	6.642
Contribuições de patrocinadora	141	115
Benefícios pagos pelo plano	(1.252)	(1.260)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	18.902	18.802

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos.

d) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

	Controladora e Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Custo do serviço corrente	166	137
Juros sobre as obrigações atuariais	1.653	1.196
Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.103)	(1.484)
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	(284)	(151)

e) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Montante acumulado em 1º de janeiro	(3.179)	(2.073)
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	2.095	(1.106)
Montante acumulado em 31 de dezembro	(1.084)	(3.179)

f) Premissas atuariais

(i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Taxa de desconto nominal	10,80%	11,30%	12,90%
Taxa de aumento nominal do salário	6,60%	6,60%	7,10%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	4,50%	5,00%

(ii) Hipóteses usadas para determinar a despesa (receita) a ser reconhecida

	31/12/10	31/12/09
Taxa de desconto nominal	11,30%	12,90%
Taxa de rendimento nominal esperado dos ativos do plano	11,60%	13,00%
Taxa de aumento nominal do salário	6,60%	7,10%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	5,00%

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. As tabelas de mortalidade utilizadas foram AT-83 Male, RRB-1944(MI) e RRB-1944(EI). A idade na data de aposentadoria considerada é de 55 anos, 100% se aposentam na 1ª elegibilidade à aposentadoria antecipada.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 15
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_DOESC_QUADROS_NOTAS.indd 15 3/3/2011 10:32:34

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de Reais)

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédtio de liquidação duvidosa, no montante de R$ 7.695 (R$ 12.361 em dezembro de 2009) representativos de 2,50% do saldo de contas a receber em aberto (4,2% em dezembro de 2009), para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado		
	31/12/10	**31/12/09**	**01/01/09**
Contas a receber	307.680	230.552	179.421
Outras contas a receber	19.017	22.850	33.248
Caixa e equivalentes de caixa	114.549	96.198	65.009
Aplicações financeiras	1.257	6.520	69.070

(ii) Perdas por redução no valor recuperável

O vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras era:

	Consolidado		
Contas a receber	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**
A vencer	300.362	222.015	166.792
De 0 a 30 dias	3.013	2.775	4.119
De 31 a 90 dias	1.027	1.246	1.394
De 91 a 180 dias	1.044	964	3.461
De 181 a 360 dias	853	1.745	2.260
Acima de 360 dias	1.381	1.807	1.395
	307.680	**230.552**	**179.421**

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	Consolidado		
	31/12/10	**31/12/09**	**01/01/09**
Saldo no início do exercício	(12.361)	(7.876)	(5.538)
Adições	(6.304)	(7.045)	(5.902)
Baixas	10.970	2.560	3.564
Saldo no final do exercício	(7.695)	(12.361)	(7.876)

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

(iii) Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

• Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	**31/12/09**	**01/01/09**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**
Instrumentos de taxa variável						
Ativos financeiros	101.318	92.885	119.575	101.318	92.885	122.904
Passivos financeiros	(34.694)	(73.102)	(145.155)	(34.694)	(73.102)	(143.868)
	66.624	**19.783**	**(25.580)**	**66.624**	**19.783**	**(20.964)**
Instrumentos de taxa fixa						
Passivos financeiros	(19.210)	(4.456)	(1.109)	(19.210)	(4.456)	(1.216)
	(19.210)	**(4.456)**	**(1.109)**	**(19.210)**	**(4.456)**	**(1.216)**

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

• Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (notas explicativas 5 e 6) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2010, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2010.

	Consolidado					
	2011	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**Total**
Empréstimos e financiamentos	27.799	11.575	6.728	2.592	5.210	53.904
Fornecedores e outras contas a pagar	117.858	1.243	945	945	79	121.070
	145.657	**12.818**	**7.673**	**3.537**	**5.289**	**174.974**

• Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas na quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€).

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

A exposição cambial da Companhia está assim representada:

	Consolidado		
	31/12/10	**31/12/09**	**01/01/09**
Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5)	6.290	4.634	5.037
Contas a receber (nota explicativa 7)	3.387	3.422	8.001
Adiantamentos a fornecedores	5.654	2.897	8.295
Fornecedores	(11.013)	(8.488)	(4.039)
Empréstimos (nota explicativa 16)	-	(2.623)	(40.608)
	4.318	**(158)**	**(23.314)**

• Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

– exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
– exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
– cumprimento com exigências regulatórias e legais;
– documentação de controles e procedimentos;

Continua...

...Continuação

– exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
– exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
– desenvolvimento de planos de contingência;
– treinamento e desenvolvimento profissional;
– padrões éticos e comerciais;
– mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

b) Instrumentos financeiros - valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia.

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado					
	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	114.549	114.549	96.198	96.198	65.009	65.009
Custo amortizado:						
Aplicações financeiras	1.257	1.257	6.520	6.520	69.070	69.070
Contas a receber e outros recebíveis	305.737	305.737	221.951	221.951	186.231	186.231
Empréstimos e financiamentos	(53.904)	(53.904)	(77.558)	(77.558)	(145.084)	(145.084)
Fornecedores e outras contas a pagar	(121.070)	(121.070)	(64.528)	(64.528)	(28.995)	(28.995)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

Pelas razões anteriormente descritas, os valores justos apresentados foram definidos no nível 3 da hierarquia de valor justo.

c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se:

Geração de Caixa Livre: a Companhia tem como meta a diminuição da necessidade de investimentos em capital de giro, com foco nas contas a receber de clientes e no prazo médio de pagamento a fornecedores. O montante de caixa livre é determinado pelo cálculo que considera EBITDA, itens não caixa, imposto de renda, capital de giro e investimentos.

Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas.

Os indicadores de geração de caixa livre e gestão da dívida em 31 de dezembro de 2010 estão abaixo apresentados:

	Consolidado
Indicadores de Gestão de Capital	**31/12/10**
Dívida Curto Prazo	(27.799)
Dívida Longo Prazo	(26.105)
Total da Dívida	(53.904)
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	115.806
(=) (Endivid. Líquido) Caixa Líquido	61.902
Geração de Caixa Livre (*)	78.598

(*) Geração de Caixa Livre calculado e apresentado no relatório de administração item 7.

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão da dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre.

d) Análise de sensibilidade

(i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2010 a Administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 11,71% (taxa anualizada para o período referência) e TJLP de 6,0%. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

			Consolidado					
			Provável		Possível		Remoto	
Operação	**Valores**	**Risco**	**%**	**R$**	**%**	**R$**	**%**	**R$**
Aplicações financeiras	R$ 101.318*	Baixa CDI	11,71	11.864	8,78	8.898	5,86	5.932

(*) Saldo em 31 de dezembro de 2010 de aplicações em CDB e Operações compromissadas sujeitas à variação do CDI.

			Consolidado					
			Provável		Possível		Remoto	
Operação	**Valores**	**Risco**	**%**	**R$**	**%**	**R$**	**%**	**R$**
Empréstimo - Capital de Giro	R$ 19.436*	Alta CDI	11,71	(2.276)	14,64	(2.845)	17,57	(3.414)
Empréstimo - BNDES	R$ 15.258**	Alta TJLP	6,00	(915)	7,50	(1.144)	9,00	(1.373)

(*) Saldo em 31 de dezembro de 2010 sujeitos à variação do CDI.
(**) Saldo em 31 de dezembro de 2010 sujeitos à variação do TJLP.

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2010 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

		Consolidado					
		Provável		Possível		Remoto	
Operação	**Saldo 31/12/10**	**Taxa**	**Ganho (Perda)**	**Taxa**	**Ganho (Perda)**	**Taxa**	**Ganho (Perda)**
Caixa em moeda estrangeira	6.290	1,6662	-	2,0828	1.573	2,4993	3.145
Contas a receber	3.387	1,6662	-	2,0828	847	2,4993	1.694
Adiantamentos a fornecedores	5.654	1,6662	-	2,0828	1.414	2,4993	2.827
Fornecedores	(11.013)	1,6662	-	2,0828	(2.753)	2,4993	(5.507)

e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. Os contratos se referem a operações de *swap*, bem como contratos futuros de dólar que são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações, exportações e pagamentos de empréstimos e financiamentos.

A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia utilizava como instrumentos derivativos, contrato de *swap* de dólar norte-americano por CDI. Em 31 de dezembro de 2010 não havia operação com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

(i) Cálculo do valor justo

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas podem não indicar, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações. Os valores justos apresentados foram definidos no nível 3 da hierarquia de valor justo.

Os métodos e premissas adotados pela Companhia para estimar a divulgação do valor justo de seus derivativos de *swap* cambial e de taxas de juros foram efetuados com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares informada pelas instituições financeiras contratadas.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 17
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_DOESC_QUADROS_NOTAS.indd 17 3/3/2011 10:32:34

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de Reais)

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto, os quais foram negociados através das instituições financeiras contratadas, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

	Valor de referência (nocional)			Valor justo			Efeito acumulado 2010	2009	1/1/2009
Descrição	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**	**Ganho (perda)**	**Ganho (perda)**	**Ganho (perda)**
Contratos futuros									
a.1 Compromissos de compra									
Moeda estrangeira	-	-	101.660	-	-	105.928	-	-	4.268
b.1 Contratos de "*Swaps*"									
Posição ativa	-	-	30.937	-	-	37.214	-	-	-
Posição passiva	-	-	30.937	-	-	38.678	-	-	(1.464)
Líquido				-	-	(1.464)			
b.2 Contratos de "*Swaps*"									
Posição ativa	-	4.090	8.179	-	3.864	8.179	-	-	-
Posição passiva	-	4.090	8.179	-	3.851	10.615	-	13	(2.436)
Líquido				-	13	(2.436)			
b.3 Contratos de "*Swaps*"									
Posição ativa	-		30.000	-	-	31.826	-	-	-
Posição passiva	-		30.000	-	-	78.887	-	-	(47.061)
Líquido				-	-	(47.061)			

a.1) Contratos futuros - Compra

A Companhia mantinha operações de compra futura de dólares contratadas junto ao Banco Itaú-BBA, sob a modalidade NDF (*Non Deliverable Forward*), no valor de US$ 43,5 milhões (R$ 101.660 em 31 de dezembro de 2008), com objetivo de proteger parcialmente as suas operações de derivativos no curto prazo. Esta operação foi liquidada no vencimento em 1º de julho de 2009 pelo montante de R$ 5.122.

Operações de *Swap*

A Companhia utiliza operações de *swap* para reduzir os custos financeiros de certas operações de financiamento.

b.1) Em dezembro de 2007 a Companhia contratou junto ao Banco Santander, uma operação de *swap* com a finalidade de proteger uma dívida em dólar cujo valor contratado foi de US$ 25,9 milhões transformando a variação cambial em CDI. Desta forma ficou ativa em variação cambial até determinado limite de dólar e em 51% do CDI na posição passiva. Este custo é obtido por conta de verificações semestrais de dólar no período entre abril de 2008 e outubro de 2009. Essa operação foi liquidada no vencimento pelo valor de R$ 1.509.

b.2) No mês de março de 2007, a Cia. Hering contratou junto ao Banco Itaú BBA, um pré-pagamento de exportação ao custo de variação cambial mais 6,5% a.a. no montante de US$ 3,5 milhões, com vencimento em março de 2010. Com objetivo de reduzir o custo da dívida, a Companhia realizou uma operação de *swap* que está referenciada na posição ativa em variação cambial mais 6,5% a.a. e na posição passiva, em variação cambial mais 2% a.a. Essa operação foi liquidada em março de 2010 representando um ganho de R$ 12.

b.3) A Companhia contratou junto ao Banco Credit Suisse, uma operação de CCB (Cédula de Crédito Bancário) no valor de R$ 30.000, à taxa de 120% do CDI. Para reduzir o custo desta operação foi contratada uma operação de *swap*, onde a Companhia fica ativa em 22% do CDI, trazendo o custo líquido da dívida para 98% do CDI. Em contrapartida, a Companhia ficou passiva em dólar, a partir de certos patamares, no período de 1º de abril de 2008 a 1º de outubro de 2010. O vencimento final da operação é 1º de outubro de 2013, contudo a Companhia antecipou a liquidação de algumas verificações encerrando definitivamente a operação em setembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2009, havia apenas a operação de *swap* (b.2) acima mencionada, contratada junto ao Banco Itaú BBA. Em 31 de dezembro de 2010, não havia operações com instrumentos derivativos em aberto.

(ii) Análise de sensibilidade

A Companhia não efetuou a análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros derivativos considerando que não haviam operações desta natureza em aberto em 31 de dezembro de 2010.

(iii) Margens dadas em garantia

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não haviam operações com margens dadas em garantia.

24. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital social

O capital social autorizado é composto por 350.000 mil ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2010, o capital subscrito e integralizado é composto por ações ordinárias distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

		31/12/10
Investimento e Participação INPASA S.A.	14.716.677	9,0%
Ivo Hering	11.768.370	7,2%
Tarpon (Gestora)(**)	9.764.050	6,0%
HSBC (Gestora)(**)	9.634.038	5,9%
Amundi Asset Management (Gestora)(**)	8.133.444	5,0%
Target Investment Fund Ltd	7.837.312	4,8%
Federated Kaufmann Fund (*)	7.382.144	4,5%
Outros	93.486.044	57,6%
	162.722.079	**100%**

(*) Fundos de Investimentos com sede no exterior
(**) Gestores com sede no Brasil

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2010, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de duas novas ações para cada ação ordinária possuída, passando cada uma ação ordinária a ser representada por três novas ações pós-desdobramento.

b) Reserva de capital

Opções de compra de ações outorgadas conforme descritos na nota explicativa 27 são registrados como reservas de capital.

c) Reservas de lucros

• Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício	212.017
Reserva legal 5%	10.601

• Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

• Incentivos fiscais

Referem-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos, representadas pelos incentivos fiscais concedidos a Companhia pelos estados de Goiás (Fomentar/Produzir), Rio Grande do Norte (Proadi) e Santa Catarina (Pró-emprego), no montante de R$ 84.276 e R$ 2.755 decorrente da redução do imposto de renda calculada com base no lucro da exploração. Conforme regulamentação aplicável a esses incentivos, essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

A subvenção para investimento decorrente da redução do imposto de renda calculada com base no lucro da exploração, autorizada pela Receita Federal do Brasil em agosto de 2010 foi contabilizada no resultado do exercício, na rubrica Despesas IRPJ, no montante de R$ 2.755.

d) Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro líquido do exercício	212.017
(+) Ajuste atuarial de plano de pensão	1.084
(+) Ajuste de correção monetária	797
(-) Reserva de lucro - subvenção de investimentos	(31.368)
(-) Reserva legal	(10.601)
Base de cálculo	171.929
Dividendos mínimos obrigatórios creditados aos acionistas (25%)	42.982
Dividendos adicionais propostos pela Administração sujeitos à aprovação da AGO	39.463

Dos dividendos mínimos obrigatórios o montante de R$ 27.120, foi pago durante o exercício de 2010 e o restante foi provisionado em 31 de dezembro de 2010. Em 14 de janeiro de 2011 foram pagos R$ 29.290 correspondente à parte dos dividendos mínimos obrigatórios de 2010, no valor de R$ 15.862, e parte dos dividendos adicionais propostos pela Administração no valor de R$ 13.428. Os dividendos adicionais representam a proposta da Administração para ser deliberada na Assembleia dos acionistas.

Os dividendos e juros sobre capital próprio, calculados por ação, estão apresentados como segue:

Valor total proposto	**Quantidade de ações na data* (em milhares)**	**Montante por ação (R$)**
27.120	54.241	0,50
29.289	162.723	0,18
26.036	162.723	0,16

(*) As ações da Companhia foram desdobradas a partir de outubro de 2010 conforme mencionado na nota explicativa 24.a.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 18
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_DOESC_QUADROS_NOTAS.indd 18 3/3/2011 10:32:34

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de Reais)

e) Outros resultados abrangentes

O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada HeringPrevi.

25. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calcula juros sobre o capital próprio, sendo que no ano de 2010 foi pago aos acionistas o montante de R$ 9.492 referentes ao ano de 2010, e destinado R$ 9.438 para pagamento em 2011. Foram pagos também em 2010, o montante de R$ 6.307 de juros sobre capital próprio correspondentes ao ano de 2009.

26. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia concede a todos os empregados, um bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano. Em 2010, o montante provisionado a título de participação nos resultados foi de R$ 23.364 (R$ 17.874 em 2009). Deste valor o montante de R$ 7.014 já foi pago durante o exercício.

27. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui os seguintes acordos de pagamentos baseados em ações:

a) Primeiro programa de opção de ações

Em reunião realizada em 29 de maio de 2008, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do primeiro programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 532.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R$ 9,61 (nove reais e sessenta e um centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A. Em 28 de maio de 2009 foi cancelado o equivalente a 58.000 opções de compra de ações, em função de mudanças no quadro dos Diretores da Companhia.

b) Segundo programa de opção de ações

Em reunião realizada em 28 de maio de 2009, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do segundo programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 304.048 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R$ 7,18 (sete reais e dezoito centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A.

c) Terceiro programa de opção de ações

Em reunião realizada em 27 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do terceiro programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 184.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R$ 36,67 (trinta e seis reais e sessenta e sete centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A.

Os programas prevêem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições: (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário.

Os programas prevêem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia.

Do número total de 1.020.048 opções de ações outorgadas nos programas, 102.000 opções de ações foram exercidas e convertidas em ações durante o exercício de 2009, 211.012 durante o exercício de 2010 e 58.000 foram canceladas no exercício de 2009. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2010, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 1,20%.

O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A Administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, a Empresa apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o método *Black & Scholes*. O valor justo das opções na data da outorga representou um montante de R$ 3.065 para a 1ª opção, R$ 2.520 para a 2ª opção e R$ 4.559 para a 3ª opção, os quais serão reconhecidos no resultado durante o período que compreende a data da outorga até o prazo máximo de exercício das opções. No ano de 2010 a Companhia reconheceu no resultado um valor de R$ 1.185 (R$ 650 em 2009).

As apurações do valor justo das opções de ações, efetuadas sob o método *Black & Scholes*, consideram as seguintes premissas para sua precificação:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	
Data da avaliação	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	
Quantidade de ações	532.000	304.048	184.000	
Preço de exercício	9,61	7,18	36,67	R$/ação
Preço de fechamento	10,424	11,04	41,50	R$/ação
Volatilidade ao dia	2,67%	4,27%	3,07%	
Volatilidade ao ano	42,46%	67,84%	48,73%	
Dividendos esperados	2,00%	2,47%	1,88%	a.a.
Cupom de IPCA (*)	7,34%	6,57%	6,77%	a.a.
Prazo total	7	7	7	anos
Preço unitário da opção	5,76	8,29	24,78	R$/ação
Preço total	3.065	2.520	4.559	R$ mil

(*) Taxa de juros livre de risco

A taxa de fechamento do preço por ação da Cia. Hering, sob o código HGTX3, relativa à data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa e 27 de maio de 2010 para o 3º programa, foi obtida diretamente do serviço Bloomberg. O preço do fechamento para a data específica é de R$ 10,424 por ação para o 1º programa, R$ 11,040 por ação para o 2º programa e R$ 41,50 para o 3º programa. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) no campo Boletim, Cotações e Volumes, Ajustes do Pregão para a data de 29 de maio de 2008, para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, e 27 de maio de 2010 para o 3º programa. O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada um série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, do período de 30 de maio de 2007 a 29 de maio de 2008 para o 1º programa, do período de 29 de maio de 2008 a 28 de maio de 2009 para o 2º programa, e do período de 28 de maio de 2009 a 27 de maio de 2010 para o 3º programa, do serviço Bloomberg e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das *Stock Options*.

O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir:

	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	676.048	8,98	532.000	9,90	-	-
Opções outorgadas	184.000	36,67	304.048	7,18	532.000	9,61
Opções exercidas	(211.012)	9,57	(102.000)	10,33	-	-
Opções substituídas	-	-	-	-	-	-
Opções expiradas	-	-	-	-	-	-
Desdobramento de ações	1.298.072	5,80	-	-	-	-
Opções canceladas	-	-	(58.000)	9,61	-	-
Opções em circulação no final do exercício	1.947.108	5,80	676.048	8,98	532.000	9,90
Opções exercíveis no final do exercício	-	-	16.500	10,34	-	-

28. RECEITA OPERACIONAL

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receita de venda mercado interno	1.031.894	727.339	1.032.573	727.588
Receita de venda em lojas próprias	197.113	148.290	197.113	148.290
Receita de venda mercado externo	21.954	16.137	21.954	16.137
Receita de *royalties*	11.563	7.814	11.563	7.814
Devoluções	(28.082)	(22.878)	(28.082)	(22.878)
Receita bruta de vendas	**1.234.442**	**876.702**	**1.235.121**	**876.951**
Ajuste a valor presente - Receita	(22.992)	(9.533)	(22.992)	(9.533)
Ajuste a valor presente - ICMS	600	551	600	551
Abatimentos	(3.691)	(2.286)	(3.691)	(2.286)
Impostos sobre as vendas	(195.514)	(144.707)	(195.552)	(144.735)
Deduções da receita	**(221.597)**	**(155.975)**	**(221.635)**	**(156.003)**
Receita líquida	**1.012.845**	**720.727**	**1.013.486**	**720.948**

29. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Despesas variáveis de vendas	66.440	47.726	66.440	47.726
Despesas com pessoal	44.929	36.345	44.929	36.589
Despesas com propaganda e publicidade	19.911	16.872	19.911	17.048
Despesas com locação de imóveis	15.135	12.845	15.135	12.845
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.596)	7.045	(1.596)	7.045
Despesas com mão de obra terceiros e materiais gerais	5.560	5.607	5.560	5.607
Despesas com amostras	4.199	4.026	4.199	4.026
Despesas com viagens e estadias	4.803	3.973	4.803	3.973
Outras despesas	10.714	7.107	10.717	7.154
	170.095	**141.546**	**170.098**	**142.013**

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 19
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_DOESC_QUADROS_NOTAS.indd 19 3/3/2011 10:32:34

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de Reais)

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Despesas com pessoal	6.534	7.881	6.534	7.881
Despesas com mão de obra de terceiros	5.273	5.400	5.273	5.400
Despesas com materias gerais	7.547	5.192	7.547	5.192
Despesas com serviços de terceiros PJ	3.991	2.902	3.991	2.902
Outras despesas	3.432	2.568	3.510	2.796
	26.777	**23.943**	**26.855**	**24.171**

31. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Outras receitas operacionais		
Reversão provisão ações Eletrobrás	1.540	-
Receita venda ações Eletrobrás	1.150	-
Indenização recebida de sinistro	1.568	-
Reversão outras despesas	932	-
Créditos tributários	778	-
Redução multa parcelamento tributário ICMS	390	-
Ganhos referente ao parcelamento tributário - REFIS	-	14.069
Outras	1.415	3.577
	7.773	**17.646**
Outras despesas operacionais		
Parcelamento tributário ICMS	(2.787)	-
Custo venda de investimento ações Eletrobrás	(2.530)	-
Custo referente baixa de imobilizado/intangível	-	(1.429)
Constituições de provisões trabalhistas e cíveis	(2.671)	(2.239)
Realocação de bens do ativo imobilizado	(2.458)	(1.736)
Plano de ações	(823)	(651)
Projeto Museu Hering e Projetos Sociais	(1.373)	-
Provisão perda ações Eletrobrás	(481)	-
Provisão perda intangível	(1.757)	-
Honorários advocatícios	(1.091)	(2.381)
Despesas referente ao parcelamento tributário - REFIS	-	(14.946)
Outras	(1.846)	(1.748)
	(17.817)	**(25.130)**
Outras receitas operacionais líquidas	**(10.044)**	**(7.484)**

32. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	10.499	9.663	10.499	9.695
Juros sobre tributos recuperados	-	1.190	-	1.190
Redução da dívida tributária (REFIS)	-	35.835	-	35.835
Ajuste a valor presente	21.163	8.597	21.163	8.597
Outras receitas	6.525	4.572	6.544	4.698
Variação cambial ativa, líquida	257	7.845	30	5.202
	38.444	**67.702**	**38.236**	**65.217**
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	(7.622)	(10.972)	(7.622)	(10.972)
Encargos financeiros sobre tributos	(8.166)	(7.318)	(8.166)	(7.318)
Ajuste a valor presente	(6.508)	(1.171)	(6.508)	(1.171)
Encargos financeiros sobre tributos (REFIS)	-	(12.110)	-	(12.110)
Outras despesas	(5.513)	(4.603)	(5.829)	(7.205)
Variação cambial passiva, líquida	-	-	-	-
	(27.809)	**(36.174)**	**(28.125)**	**(38.776)**
Resultado financeiro, líquido	**10.635**	**31.528**	**10.111**	**26.441**

33. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Impostos correntes:				
Contribuição social	(12.961)	(6.694)	(12.980)	(6.694)
Imposto de renda	(36.315)	(15.890)	(36.352)	(15.890)
	(49.276)	(22.584)	(49.332)	(22.584)
Impostos diferidos:				
Contribuição social	(1.968)	(6.313)	(1.968)	(6.313)
Imposto de renda	(154)	(19.694)	(154)	(19.694)
	(2.122)	(26.007)	(2.122)	(26.007)

b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido antes de impostos	263.415	186.121	263.467	186.120
Alíquota vigente:	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(89.561)	(63.281)	(89.579)	(63.281)
Efeito fiscal sobre as adições e exclusões:				
Resultado de participação em controladas	(487)	(1.901)	(487)	(1.901)
Juros sobre capital próprio	6.436	7.642	6.436	7.642
Subvenção para investimento (i)	28.646	-	28.646	-
Adições (exclusões) permanentes	3.568	8.949	3.530	8.949
Imposto de renda e contribuição social	(51.398)	(48.591)	(51.454)	(48.591)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(49.276)	(22.584)	(49.332)	(22.584)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(2.122)	(26.007)	(2.122)	(26.007)
Alíquota efetiva	20%	26%	20%	26%

(i) A Companhia obteve no ano-calendário de 2010, a certeza de que os benefícios fiscais FOMENTAR/PRODUZIR, PROADI e Pró-Emprego, poderiam ser caracterizados como subvenção para investimento, e efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento, no montante de R$ 84.252, na conta "reserva de incentivos fiscais", em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse montante registrado como subvenção para investimento foi excluído da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, resultando em uma redução de R$ 28.646 nos impostos correntes.

c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Realização sobre prejuízos fiscais e bases negativas	(4.221)	(9.745)
Reversão (constituição) sobre adições temporárias	1.271	(11.758)
Reversão sobre exclusões temporárias	288	9.007
Baixa referente desistência de processo fiscal	-	(13.373)
Constituição sobre ajustes de transição IFRS-CPCs	540	(138)
	(2.122)	**(26.007)**

34. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora	
	31/12/10	31/12/09
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	212.017	137.530
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	162.442	161.799
Lucro básico por ação - R$	1,3052	0,8500

O lucro básico por ação em 2009 foi, para fins comparativos, recalculado considerando o desdobramento de ações mencionadas na nota explicativa 24.a.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se a opção de compra de ações.

Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados as opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

	Controladora	
	31/12/10	31/12/09
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	212.017	137.530
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	162.442	161.799
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	1.947	2.028
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	164.389	163.827
Lucro diluído por ação - R$	1,2897	0,8395

O lucro diluído por ação em 2009 foi, para fins comparativos, recalculado considerando o desdobramento de ações mencionadas na nota explicativa 24.a.

Continua...

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de Reais)

35. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía 58 (50 em 31 de dezembro de 2009) contratos de locação para suas unidades comerciais e administrativas. Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08 e a norma internacional IAS 17, a Companhia analisou referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, prevêem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Além disso, alguns contratos prevêem o pagamento adicional relativo ao mês de dezembro.

Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação e alguns contratos prevêem reajustes escalonáveis durante o prazo de vigência do contrato.

Os contratos possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, considerando os pagamentos adicionais e os reajustes escalonáveis, estão segregados da seguinte forma:

	Consolidado		
	31/12/10	**31/12/09**	**01/01/09**
Até um ano	10.127	9.565	5.767
Acima de um ano e até cinco anos	16.001	22.594	16.375
Acima de cinco anos	307	663	-
	26.435	**32.822**	**22.142**

A Companhia reconheceu os seguintes valores de despesas com operações de arrendamento mercantil operacional:

	31/12/10	**31/12/09**
Despesas com arrendamento mercantil operacional	16.038	13.496

36. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering, Hering Kids, PUC e Dzarm e Canal: Varejo, Franquias e Lojas Próprias), no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

						Consolidado - 2010
Canal	**Hering**	**Hering Kids**	**PUC**	**dzarm.**	**Outras**	**Total**
Varejo	382.140	70.469	61.698	68.501	22.964	605.772
Franquias	380.339	11.102	30.656	-	-	422.097
Webstore	4.302	393	449	292	-	5.436
Lojas Próprias	174.299	235	5.973	139	-	180.646
Receita bruta mercado interno	**941.080**	**82.199**	**98.776**	**68.932**	**22.964**	**1.213.951**
Receita bruta mercado externo						**21.170**
Receita bruta total						**1.235.121**

						Consolidado - 2009
Canal	**Hering**	**Hering Kids**	**PUC**	**dzarm.**	**Outras**	**Total**
Varejo	271.252	49.183	51.437	54.241	17.999	444.112
Franquias	246.306	9.039	23.514	-	-	278.859
Webstore	2.060	151	41	-	-	2.252
Lojas Próprias	132.983	-	3.362	-	-	136.345
Receita bruta mercado interno	**652.601**	**58.373**	**78.354**	**54.241**	**17.999**	**861.568**
Receita bruta mercado externo						**15.383**
Receita bruta total						**876.951**

As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/10	**31/12/09**
Receita bruta mercado interno	1.213.951	861.568
Receita bruta mercado externo	21.170	15.383
Receita bruta	**1.235.121**	**876.951**
Deduções da receita	(221.635)	(156.003)
Receita líquida	**1.013.486**	**720.948**

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2010 apenas 2,09% do total da receita líquida (saldos da controladora e consolidado).

Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo.

37. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 80.000 para danos materiais, R$ 20.000 para lucros cessantes e R$ 5.000 para responsabilidade civil.

38. EXPLICAÇÃO SOBRE A TRANSIÇÃO PARA AS IFRS E CPCS

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparativas com 31 de dezembro de 2009, são as primeiras demonstrações contábeis elaboradas e apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS na sigla em inglês), que estão previstas no CPC-37.

A Companhia aplicou o CPC-37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas.

Na elaboração destas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com o CPC-37, a Companhia aplicou as isenções obrigatórias e algumas das isenções opcionais à aplicação retroativa completa das normas emitidas pelo CPC, como exposto na norma CPC-37.

As explicações dos efeitos entre as diferenças constantes das demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com os novos CPCs, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e as normas anteriores estão apresentadas abaixo:

A conciliação do resultado e do patrimônio líquido consolidado são assim demonstradas:

		Consolidado
Conciliação do lucro líquido		**31/12/09**
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		**114.554**
- Variação cambial sobre os estoques	(a)	1.070
- Reversão de IR/CS diferidos sobre variação cambial de eurobônus	(b)	22.556
- Ajustes plano de pensão - resultado ano	(c)	151
- Ajustes de depreciação correção monetária	(d)	(377)
- Ajustes de despesas com contratos de aluguel	(e)	(91)
- IR/CS diferidos sobre ajustes		(333)
- Participação acionistas não controladores		(1)
Lucro líquido de acordo com o IFRS e CPCs		**137.529**

		Consolidado	
Conciliação do patrimônio líquido		**31/12/09**	**01/01/09**
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		**316.427**	**242.765**
- Variação cambial sobre os estoques	(a)	643	(427)
- Reversão de IR/CS diferidos sobre variação cambial de eurobônus	(b)	28.463	5.907
- Ajustes plano de pensão - resultado ano	(c)	151	-
- Plano de pensão - ganhos ou perdas atuariais	(c)	3.179	2.073
- Ajustes de correção monetária	(d)	13.880	14.452
- Ajustes de despesas com contratos de aluguel	(e)	(234)	(143)
- IR/CS diferidos sobre ajustes		(4.858)	(4.720)
- Reclassificação dividendos adicionais propostos	(f)	11.759	5.768
- Reclassificação participação acionistas não controladores	(g)	4	5
Patrimônio líquido de acordo com o IFRS e CPCs		**369.414**	**265.680**

Pronunciamentos e interpretações adotados pela Companhia

(a) CPC 16 - Estoques: na aplicação deste pronunciamento a Companhia apurou e excluiu os efeitos cambiais na importação de estoques, a partir do momento que é efetivada a transferência de propriedade.

(b) CPC 32 - Tributos sobre o lucro: na aplicação deste pronunciamento, amparada no item 39, a Companhia efetuou a reversão do imposto de renda diferido sobre diferença temporária surgida em decorrência do empréstimo em moeda estrangeira mantido com sua parte relacionada Hering Overseas, em função dos efeitos da variação cambial sob as séries originais de *Euronotes*, em função de possuir pleno controle sob a periodicidade desta diferença temporária e da remota possibilidade de que esta diferença se reverta no futuro.

(c) CPC 33 - Benefícios a Empregados: sob este pronunciamento a Companhia apurou e contabilizou os efeitos de benefícios de pós-emprego concedidos a empregados sob a forma de plano de pensão de benefício definido.

(d) CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: na adoção deste pronunciamento, considerando a não adoção do custo atribuído para os bens do ativo imobilizado, a Companhia efetuou a correção monetária dos bens do ativo imobilizado existentes nos períodos que a economia caracterizava-se, para fins contábeis, como hiper-inflacionária.

(e) ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil: sob a ótica desta interpretação, a Companhia avaliou os contratos de aluguéis de lojas próprias e verificou a existência de cláusulas contratuais que determinam a realização de pagamentos escalonados durante o período de vigência do contrato. A interpretação determina que essas despesas devem ser contabilizados de forma linear considerando o total dos pagamentos por todo o prazo do contrato. Os montantes correspondentes foram apurados e registrados na data de transição.

(f) ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos: a Companhia procedeu com a reclassificação dos saldos de dividendos de acordo com as disposições contidas nessa interpretação na data de transição e nos períodos posteriores.

(g) CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Define a base para a apresentação de demonstrações financeiras, inclusive as separadas e consolidadas, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades.

Continua...

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 21
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_DOESC_QUADROS_NOTAS.indd 21
3/3/2011 10:32:34

...Continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de Reais)

A aplicação deste pronunciamento resultou nos seguintes impactos para a Companhia:

(i) Alteração da rubrica "ajustes de avaliação patrimonial" para "outros resultados abrangentes";

(ii) Divulgação em nota explicativa das despesas por natureza;

(iii) Apresentação dos saldos de depósitos judicial na Companhia do ativo não circulante;

(iv) Apresentação da parcela correspondente aos não controladores no patrimônio líquido.

Abaixo demonstra-se a conciliação dos balanços consolidados da data de transição para os saldos apresentados em IFRS/CPC:

			Data da transição - 01/01/09		
	Saldos apresentados	Ajustes de transição	Reclassificação	Nota	Saldos ajustados
Ativo					
Circulante	383.676	(427)	(13.707)	(a)/(b)	369.542
Não Circulante	308.465	16.719	16.460		341.644
Realizável a Longo Prazo	126.465	2.267	16.460	(c)/(g)	145.192
Investimentos	1.013	-	-		1.013
Imobilizado	167.079	14.452	(6.169)	(d)	175.362
Intangível	13.908	-	6.169		20.077
Total do ativo	**692.141**	**16.292**	**2.753**		**711.186**
Passivo					
Circulante	206.426	143	(8.958)	(e)/(b)/(f)	197.611
Não Circulante	242.945	(993)	5.943	(b)/(d)	247.895
Participação acionistas não controladores	5	-	(5)	(g)	-
Patrimônio líquido	242.765	17.142	5.773		265.680
Total do passivo	**692.141**	**16.292**	**2.753**		**711.186**

			Data da transição - 31/12/09		
	Saldos apresentados	Ajustes de transição	Reclassificação	Nota	Saldos ajustados
Ativo					
Circulante	433.192	643	(15.169)	(a)/(b)	418.666
Não Circulante	221.515	17.405	17.405		256.325
Realizável a Longo Prazo	29.799	3.525	17.405	(c)/(g)	50.729
Investimentos	1.013	-	-		1.013
Imobilizado	175.245	13.880	(7.714)	(d)	181.411
Intangível	15.458	-	7.714		23.172
Total do ativo	**654.707**	**18.048**	**2.236**		**674.991**
Passivo					
Circulante	190.047	349	(11.896)	(e)/(b)/(f)	178.500
Não Circulante	148.229	(23.525)	2.373	(b)/(d)	127.077
Participação acionistas não controladores	4	-	(4)	(g)	-
Patrimônio líquido	316.427	41.224	11.763		369.414
Total do passivo	**654.707**	**18.048**	**2.236**		**674.991**

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia está apresentando na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2011, em atendimento à instrução normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

Orçamento de capital e capital de giro	R$ mil
I - Investimentos	62.733
Lojas	23.434
Industrial	19.825
Tecnologia da informação	9.271
Logística	8.450
Outros	1.753 II
II - Capital de giro	**55.215**
Total geral	**117.948**
Fontes próprias (Retenção de Lucros)	117.948

DIRETORIA

Fábio Hering - Diretor Presidente
Carlos Tavares D'Amaral - Diretor Administrativo
Frederico de Aguiar Oldani - Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Ronaldo Loos - Diretor Comercial
Marcos Ribeiro Gomes - Diretor de Marketing
Edgar de Oliveira Filho - Diretor Industrial
Moacyr José Matheussi - Diretor de Suprimentos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Hering - Presidente
Fabio Hering - Conselheiro
Nei Schilling Zelmanovits - Conselheiro
Patrick Charles Morin Junior - Conselheiro
Arthur Eduardo Sá de Villemor Negri - Conselheiro
Marcelo Guimarães Lopo Lima - Conselheiro
Marcio Guedes Pereira Junior - Conselheiro

Charles Marold - Contador CRC-SC nº 22.744/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cia. Hering
Blumenau - SC

1. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. Hering ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 2 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

8. Conforme descrito na nota explicativa 2.a, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cia. Hering essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

9. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, conforme demonstrado na nota explicativa 38, foram ajustados para refletir as práticas contábeis vigentes em 2010 e reapresentados para fins de comparação. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 originalmente apresentadas, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 12 de fevereiro de 2010, o qual não conteve nenhuma modificação .

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado.

10. Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela Legislação Societária Brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 23 de fevereiro de 2011

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 F-SC

Marcelo Lima Tonini
Contador CRC 1PR-045569/O-4 T-SC

DOESC – 3COL X 32CM – PÁG. 22
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_DOESC_QUADROS_NOTAS.indd 22 3/3/2011 10:32:34

Cia.Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71
Rua Hermann Hering, 1790 - Bom Retiro
CEP: 89010-900 - Blumenau - Santa Catarina
Telefone: +55 (47) 3321-3544

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2010, a Cia. Hering apresentou mais um ano de resultados expressivos, com uma combinação de (i) crescimento de vendas, (ii) aumento de margens e (iii) ampliação do retorno sobre o capital investido. Encerramos o ano com receita bruta de R$ 1,2 bilhão, montante 40,8% superior em relação a 2009, com crescimento de vendas de dois dígitos em todas as nossas marcas. O EBITDA totalizou R$ 276,5 milhões no ano (+79,0% sobre 2009), com margem EBITDA de 27,3% (+5,9 p.p. sobre 2009).

Com aumento de 44,2% nas vendas, a marca Hering permanece como a principal plataforma de crescimento da Companhia. Seguimos explorando o alto potencial da marca a partir (i) da expansão da rede Hering Store, tanto no aumento do numero de lojas quanto no crescimento de vendas no conceito mesmas lojas, (ii) da distribuição no canal varejo multimarca e (iii) também por meio do promissor canal *online* (www.heringwebstore.com.br). Esse desempenho está relacionado à força da marca Hering, que vem se consolidando como uma solução de vestuário de excelente relação custo-benefício que oferece moda acessível, básicos de qualidade e novidades constantes, mantendo-se fiel ao posicionamento democrático e casual que sempre foi associado à marca. Apesar do forte crescimento registrado desde 2007, estamos confiantes no alto potencial que ainda temos a explorar com a marca Hering.

Na rede Hering Store, finalizamos 2010 com 347 lojas, sendo 71 inaugurações, ou seja, 22 a mais que o previsto no plano de expansão original. Também elaboramos durante o ano um estudo de mercado no qual avaliamos o potencial da rede Hering Store em 604 lojas, levando-se em consideração as atuais premissas socioeconômicas de consumo, distribuição de renda e de penetração da marca. Dessa forma, o potencial tende a ser maior caso haja uma evolução nesses indicadores.

No mercado infantil, desenvolvemos uma nova estratégia de negócios para Hering Kids e PUC. Promovemos ajustes no posicionamento das duas marcas, com mudanças no sortimento de produtos e faixas de preços, de forma a focar a marca Hering Kids nos segmentos '*Value*' e '*Moderate*', em um conceito definido como a versão mini-adulto da Hering. Já na marca PUC reforçamos seu posicionamento nos segmentos '*Better*' e '*Premium*', de forma a explorar a já reconhecida qualidade e design de seus produtos para ocasiões de uso especiais. A nova estratégia também prevê a abertura de quatro lojas piloto Hering Kids, das quais duas já foram inauguradas no 4T10. A avaliação do desempenho das lojas piloto nos dará indicações quanto à viabilidade de uma rede de lojas Hering Kids.

A marca dzarm. também apresentou desempenho positivo em 2010. Dando sequência ao novo posicionamento adotado desde agosto de 2009, a marca apresentou crescimento de 27,1% nas vendas brutas em 2010, demonstrando a assertividade da nova estratégia, que reforça o conceito da dzarm. como uma marca focada no público jovem, com atitude e antenado nas tendências de moda. No 4T10, inauguramos a primeira loja '*flagship*' da marca, com o objetivo de reforçar seu posicionamento e reintroduzir a marca em shoppings centers.

Em 2010, enfrentamos ainda desafios relacionados à produção e à logística. O crescimento de vendas se mostrou superior às nossas expectativas, porém nosso modelo de produção híbrido e flexível mais uma vez nos permitiu atender à demanda do mercado.

Diante de tanta superação e conquistas em 2010, a Cia. Hering segue confiante em relação às perspectivas de crescimento de vendas e de resultado para 2011. Seguiremos com a atual estratégia de negócios, de forma a explorar o potencial de crescimento de nossas quatro marcas, principalmente da marca Hering. Pressões de curto prazo em função da escalada do preço do algodão podem gerar alguma pressão sobre margens nos próximos trimestres. Entretanto, estamos confiantes de que nossas marcas e nosso modelo de negócios serão capazes de gerar crescimento de vendas aliados à melhoria tanto de margens quanto de retorno sobre o capital investido. Nosso objetivo é crescer de forma sustentável, com controle de custos, rigidez na gestão de riscos, cautela aos movimentos do mercado e atenção às oportunidades de negócio.

A Administração

1. DESEMPENHO DE VENDAS

Receita Bruta - R$ mil	2009	2010	Var. 2010/2009
Receita Bruta Total	**876.951**	**1.235.121**	**40,8%**
Mercado Interno	861.568	1.213.951	40,9%
Mercado Externo	15.383	21.170	37,6%
Receita Bruta Mercado Interno	**861.568**	**1.213.951**	**40,9%**
Hering	**652.601**	**941.080**	**44,2%**
Varejo	271.252	382.140	40,9%
Franquias	246.306	380.339	54,4%
Webstore	2.060	4.301	108,8%
Lojas Próprias	132.983	174.299	31,1%
Hering Kids	**58.373**	**82.199**	**40,8%**
Varejo	49.184	70.468	43,3%
Franquias (Hering Store)	9.039	11.102	22,8%
Webstore	151	393	160,9%
Lojas Próprias	-	235	N.D
PUC	**78.354**	**98.776**	**26,1%**
Varejo	51.437	61.698	19,9%
Franquias	23.514	30.657	30,4%
Webstore	41	449	994,4%
Lojas Próprias	3.362	5.973	77,7%
dzarm.	**54.241**	**68.932**	**27,1%**
Varejo	54.241	68.501	26,3%
Franquias	-	-	N.D
Webstore	-	292	N.D
Lojas Próprias	-	139	N.D
Outras	**17.999**	**22.964**	**27,6%**

Receita por Canal (Mercado Interno)	Hering		Hering Kids		PUC		Dzarm.		Total	
	12M09	12M10	12M09	12M10	12M09	12M10	12M09	12M10	12M09	12M10
Varejo Multimarcas	41,6%	40,6%	84,2%	85,7%	65,6%	62,4%	100,0%	99,4%	51,5%	49,9%
Lojas Próprias ou Franquias	58,1%	58,9%	15,5%	13,8%	34,3%	37,1%	-	0,2%	48,2%	49,7%
Webstores	0,3%	0,5%	0,3%	0,5%	0,1%	0,5%	-	0,4%	0,3%	0,4%

No ano de 2010 as quatro marcas da Cia. Hering apresentaram crescimento em vendas de dois dígitos, com destaque para o desempenho da Hering, que representou 76,2% das vendas totais da Empresa.

Marca Hering

A Hering destaca-se por ser uma marca democrática entre os consumidores, com ampla aceitação em todas as classes sociais e faixas etárias, que oferece produtos de qualidade com boa relação custo-benefício. O crescimento expressivo em receita bruta apresentado pela marca de 44,2% em 2010 – é resultado da conjugação dos seguintes fatores:

- Alto valor percebido pelos clientes – marca desejada por oferecer produtos básicos com qualidade e moda acessível, e boa relação custo-benefício;
- Inovação constante – apresentação de seis coleções no ano, divididas em dois ciclos, com lançamento de novidades constantes;
- Expansão da rede de distribuição – com a abertura de 71 lojas Hering Store (próprias e franqueadas), 10 acima da meta revisada para 2010, a marca ampliou sua atuação no mercado brasileiro. A expansão também aumentou a visibilidade e contribuiu para a expansão do varejo multimarcas, com o incremento do número de clientes neste canal de distribuição.
- Campanhas de marketing – a campanha com o conceito "Eu sou, eu uso Hering desde sempre" teve continuidade ao longo do ano, com a participação de celebridades que se identificam com a Hering, reforçando a identidade da marca a partir dos atributos: moda, jovem e acessível.

Marca Hering Kids

A Hering Kids é a extensão da marca Hering, focada no conceito 'mini adulto', que oferece produtos casuais e básicos, com boa relação custo-benefício.

Em 2010, foi elaborado um estudo sobre o potencial do mercado infantil que, além de analisar o comportamento deste segmento no Brasil, identificou oportunidades de crescimento específicas a serem exploradas em cada uma das marcas infantis da Companhia. Em linha com este estudo, foi definida uma nova estratégia para a marca Hering Kids, com foco em ajustes no sortimento de produtos e faixas de preço, suportados por investimentos em campanhas de marketing que reforçam o novo posicionamento.

Em 2010, a marca registrou crescimento de 40,8%, encerrando o ano com uma participação de 6,7% no faturamento total da Companhia. Entre os fatores que contribuíram para esse desempenho destacam-se os primeiros resultados do novo posicionamento, com o lançamento da coleção Alto Verão, no 4T10. Além disso, em 2010 foram inauguradas duas lojas próprias piloto Hering Kids, na cidade de São Paulo. Para o 1S11, está prevista a inauguração de mais duas lojas.

Marca PUC

A marca PUC oferece produtos de alta qualidade, para uso em ocasiões especiais, voltados para o público infantil das classes A e B. Em linha com o estudo realizado sobre o mercado infantil, a PUC manterá o posicionamento nos segmentos *'Better'* e *'Premium'*, com foco na expansão entre as classes onde já possui forte penetração. Para isso, foram promovidos ajustes nos produtos, que ganharam estilo mais *fashion*, conservando, ao mesmo tempo, a imagem colorida e alegre da marca.

As vendas da PUC cresceram 26,1% no ano, representando 8,0% do faturamento total da Empresa. No mesmo período, as lojas PUC foram responsáveis por 37,1% das vendas da marca, com destaque para o '*same store sales*' da rede, que cresceu 13,4% em comparação a 2009.

No resultado do ano, a expansão no número de clientes do varejo multimarcas bem como o aumento do volume de vendas para os mesmos clientes colaboraram para o crescimento de 19,9% das vendas deste canal em 2010.

Marca dzarm.

Com estilo *jeanswear* casual, a marca dzarm. apresenta coleções modernas, que seguem tendências de moda e são focadas no público jovem das classes A e B.

No ano de 2010, a marca apresentou crescimento de 27,1% na receita bruta, reflexo dos resultados da estratégia iniciada em agosto de 2009. No 4T10, também foi inaugurada a primeira loja *flagship* dzarm., com o objetivo de reforçar o posicionamento e reintroduzir a marca em shoppings centers.

Webstore

Em 2010, com o lançamento da loja virtual da marca dzarm., a Cia. Hering consolidou sua operação de *e-commerce*, que engloba todas as quatro marcas e vem registrando resultados significativos em vendas.

As vendas *online* da marca Hering apresentaram o maior crescimento dentre os demais canais de distribuição. Embora pouco representativo em relação ao faturamento total da Companhia, este resultado demonstra o grande potencial de crescimento da *webstore*.

Mercado Internacional

A estratégia de atuação da Cia. Hering no mercado externo é focada na comercialização das marcas Hering, PUC e dzarm. para a América Latina.

A distribuição é feita pela rede de 15 lojas franqueadas (localizadas no Uruguai, Paraguai, Bolívia e Venezuela) e pelos clientes de varejo multimarcas presentes em diversos países latinoamericanos.

Em 2010 as vendas ao mercado externo representaram 1,7% do faturamento total da Companhia.

2. REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A rede de distribuição da Cia. Hering é formada por três canais de venda, que dão capilaridade e garantem a distribuição das marcas em todo o território nacional: i) redes de lojas Hering Store e PUC; ii) lojas de varejo multimarcas; e iii) *webstores*. No exterior, a Empresa comercializa produtos de todas as marcas para franquias e lojas de varejo multimarcas.

Para avaliar o potencial de expansão da rede Hering Store no Brasil, foi elaborado um estudo que teve como base premissas de penetração da marca Hering e dados socioeconômicos recentes como renda, potencial de consumo e distribuição geográfica. A partir dos resultados levantados, o potencial atual da rede foi estimado em 604 lojas. Confirmando o otimismo em relação às perspectivas de crescimento da rede Hering Store, a Companhia adicionou 12 lojas ao plano inicial previsto para 2010, alterando a meta para 337 lojas – número que foi superado em 10 lojas, o que permitiu encerrar o ano com 347 lojas.

No 4T10, foram abertas 44 Hering Stores, totalizando 71 inaugurações no ano. Com isso, a rede finaliza o ano com 347 lojas, sendo 43 próprias. A rede PUC encerra 2010 com 78 lojas, sendo seis próprias. Durante o ano, também foram inauguradas duas lojas próprias piloto Hering Kids e a primeira loja *flagship* dzarm.

Quantidade de Lojas	2009	1T10	2T10	3T10	2010
Hering - Própria	40	40	41	42	43
Hering - Franquia	236	238	251	261	304
Total Hering Store	**276**	**278**	**292**	**303**	**347**
PUC - Própria	6	6	7	7	6
PUC - Franquia	68	67	68	68	72
Total PUC	**74**	**73**	**75**	**75**	**78**
Hering Kids - Própria	-	-	-	-	2
Total Hering Kids	**-**	**-**	**-**	**-**	**2**
dzarm. - Própria	-	-	-	-	1
Total dzarm.	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**
Brasil	350	351	367	378	428
Total Mercado Internacional	15	15	15	15	15
Total	**365**	**366**	**382**	**393**	**443**

O varejo multimarcas garante maior capilaridade de distribuição aos produtos Hering, Hering Kids, PUC e dzarm. em todo o território nacional, ao atingir localidades onde as redes próprias e franqueadas não estão presentes e ao complementar a distribuição nas localidades que já possuem lojas exclusivas das marcas. Ao final de 2010, a Companhia contava com 15.853 clientes, dos quais 12.461 somente da marca Hering.

3. DESEMPENHO DA REDE HERING STORE

A rede Hering Store é o principal canal de distribuição da marca Hering. Composta por lojas próprias e franquias, localizadas nos principais shoppings centers, corredores comerciais e também em bairros, a rede comercializa exclusivamente as linhas de produtos da marca Hering. Além de contar com um projeto arquitetônico inovador que oferece aos consumidores uma experiência de compra diferenciada, o novo formato de loja introduzido em 2007 tem contribuído para melhorar a produtividade das lojas a partir de diversas melhorias técnicas introduzidas. Assim, a rede Hering Store tem se mostrado fundamental para a estratégia de crescimento de vendas e também para o fortalecimento da marca Hering.

Em 2010 o destaque ficou para o crescimento das vendas totais da rede, resultante principalmente do incremento de 24,4% das vendas no conceito 'mesmas lojas' e da abertura de 71 lojas no período.

O crescimento expressivo apresentado nas vendas '*same store sales*' é resultado do aumento no tráfego de clientes nas lojas e, em menor intensidade, do incremento no ticket médio, em decorrência de um melhor mix de venda. O maior tráfego, por sua vez, está relacionado a uma combinação de diversos fatores tais como alto valor percebido da marca Hering, qualidade dos produtos, inovações e experiência de compra diferenciada, que têm contribuído para conquistar novos consumidores para a marca além de atrair os atuais clientes com mais frequência às lojas.

Com a reforma de 35 lojas em 2010 (11 no 4T10), a rede encerra o ano com 87,3% das lojas no novo projeto arquitetônico. A reforma é um importante impulsionador de vendas – lojas reformadas apresentam desempenho superior às unidades ainda no projeto antigo.

O cartão de crédito Hering Store, administrado pela Financeira Losango (pertencente ao Banco HSBC), finalizou o ano com 172,9 mil cartões ativos. A Companhia acredita que este cartão é uma ferramenta adicional para alavancar as vendas, fidelizar clientes e aumentar o ticket médio nas lojas da rede Hering Store.

Desempenho Hering Store	2009	2010	Var.
Número de Lojas	**276**	**347**	**25,7%**
Franquias	236	304	28,8%
Próprias	40	43	7,5%
Faturamento da Rede (R$ mil) *(1)*	**645.999**	**926.021**	**43,3%**
Franquias	512.777	751.722	46,6%
Próprias	133.222	174.299	30,8%
Crescimento *Same Store Sales (2)*	**27,2%**	**24,4%**	**-2,8 p.p.**
Área de Vendas (m²)	35.415	44.815	26,5%
Faturamento (R$ por m²)	19.861	23.638	19,0%
Atendimentos	7.391.080	10.324.417	39,7%
Peças	16.851.285	23.029.290	36,7%
Peças por Atendimento	2,28	2,23	(2,2%)
Preço Médio (R$)	38,34	40,21	4,9%
Ticket Médio (R$)	87,40	89,69	2,6%

(1) Os valores se referem ao faturamento das lojas para o cliente final (conceito sell out).
(2) Comparado a igual período do ano anterior.

4. PROCESSO PRODUTIVO

O modelo de produção híbrido – caracterizado pela combinação de produção própria, terceirizada e *outsourcing* (compra de produto acabado) – garantiu à Cia. Hering flexibilidade e velocidade para atender à demanda do mercado em 2010. Com a adoção deste modelo, a Companhia escolhe a melhor opção entre produzir internamente, terceirizar etapas do processo produtivo ou comprar o produto acabado (*make or buy*). Como consequência, é capaz de reduzir custos com ganho de escala, garantindo mais agilidade aos processos produtivos e mantendo a qualidade dos produtos já reconhecida pelos consumidores das marcas.

Em 2010, foram promovidos investimentos na ampliação e atualização de todos os parques fabris, com o objetivo de garantir o volume de produção para atender à demanda do mercado. Com isso, ao final do ano, foi alcançada a marca de 49,6 milhões de peças produzidas (internamente e por terceirização), sendo que o pico de produção ocorreu no último trimestre, entre os meses de outubro e novembro. Além disso, 9,3 milhões de peças foram adquiridas por *outsourcing*.

A Cia. Hering encerrou 2010 com nove unidades de produção, localizadas em Santa Catarina (5), Rio Grande do Norte (1) e Goiás (3), além de dois centros de distribuição em GO e SC.

Processo Produtivo*	2009	2010	Var.
Produção	**85,3%**	**84,3%**	**-1,0 p.p.**
Interna	47,1%	41,4%	-5,7 p.p.
Terceirização	38,2%	42,9%	4,7 p.p.
Outsourcing	**14,7%**	**15,7%**	**1,0 p.p.**
Mercado Interno	5,5%	3,7%	-1,8 p.p.
Importação	9,2%	12,0%	2,8 p.p.

** Refere-se a volume de peças vendidas.*

5. CONCILIAÇÃO DE ACORDO COM NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE (IFRS)

A Cia. Hering reapresenta os resultados do ano de 2009 de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), conforme determinam as instruções CVM nº 457/07 e CVM nº 485/10.

As tabelas abaixo apresentam as principais conciliações entre as práticas contábeis anteriores e as práticas de acordo com os novos pronunciamentos.

Conciliação do Lucro Líquido

R$ mil	2009
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	**114.554**
- Variação cambial sobre os estoques	1.070
- Ajustes de despesas com contratos de aluguel	(91)
- Ajustes plano de pensão - resultado ano	151
- Ajustes de depreciação correção monetária	(377)
- Reversão de IR/CS diferidos sobre variação cambial de eurobônus	22.556
- IR/CS diferidos sobre ajustes	(333)
- Participação dos acionistas não controladores	(1)
Lucro líquido de acordo com os novos pronunciamentos	**137.529**

Conciliação do Patrimônio Líquido

R$ mil	2009
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	**316.427**
- Variação cambial sobre os estoques	643
- Ajustes de despesas com contratos de aluguel	(234)
- Ajustes plano de pensão - resultado ano	151
- Plano de pensão - ganhos ou perdas atuariais	3.179
- Ajustes de correção monetária	9.161
- Reversão de IR/CS diferidos sobre variação cambial de eurobônus	28.463
- IR/CS diferidos sobre ajustes	(139)
- Reclassificação dividendos adicionais propostos	11.759
- Reclassificação participação acionistas não-controladores	4
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos	**369.414**

Continua...

JRSC – 5COL X 35CM – PÁG. 1
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: JRSC 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_JRSC.indd 1 3/3/2011 10:29:25

Cia.Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71
Rua Hermann Hering, 1790 - Bom Retiro
CEP: 89010-900 - Blumenau - Santa Catarina
Telefone: +55 (47) 3321-3544

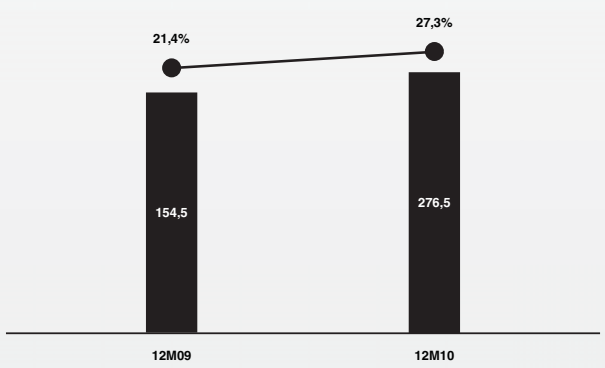
...Continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

R$ mil	12M09	Part. (%)	12M10	Part. (%)
Receita Bruta de Vendas	**876.951**	**121,6%**	**1.235.121**	**121,9%**
Deduções de Venda	(156.003)	(21,6%)	(221.635)	(21,9%)
Deduções de Venda Impostos	(187.167)	(26,0%)	(264.664)	(26,1%)
Ajuste a Valor Presente	(8.981)	(1,2%)	(22.392)	(2,2%)
Deduções de Venda Incentivos	40.145	5,6%	65.421	6,5%
Receita Líquida de Vendas	**720.948**	**100,0%**	**1.013.486**	**100,0%**
Total Custo dos Produtos Vendidos	(369.992)	(51,3%)	(500.529)	(49,4%)
Custo dos Produtos Vendidos	(373.847)	(51,9%)	(514.706)	(50,8%)
Ajuste a Valor Presente	1.539	0,2%	6.722	0,7%
Subvenção para Custeio	2.316	0,3%	7.455	0,7%
Lucro Bruto Caixa	**350.956**	**48,7%**	**512.957**	**50,6%**
Depreciação e Amortização	(10.100)	(1,4%)	(11.025)	(1,1%)
Lucro Bruto	**340.856**	**47,3%**	**501.932**	**49,5%**
Despesas Operacionais	**(206.019)**	**(28,6%)**	**(248.563)**	**(24,5%)**
Vendas	(142.013)	(19,7%)	(170.098)	(16,8%)
Empresa	(101.335)	(14,1%)	(121.401)	(12,0%)
Fixa	(48.578)	(6,7%)	(58.919)	(5,8%)
Variável	(52.757)	(7,3%)	(62.482)	(6,2%)
Lojas	(40.678)	(5,6%)	(48.697)	(4,8%)
Gerais, Administrativas e Rem. dos Administradores	(29.085)	(4,0%)	(32.951)	(3,3%)
Depreciação e Amortização	(9.563)	(1,3%)	(12.106)	(1,2%)
Participação nos Resultados	(17.874)	(2,5%)	(23.364)	(2,3%)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(7.484)	(1,0%)	(10.044)	(1,0%)
Lucro Antes das Financeiras	**134.837**	**18,7%**	**253.369**	**25,0%**
Receitas financeiras	65.217	9,0%	38.236	3,8%
Despesas financeiras	(38.776)	(5,4%)	(28.125)	(2,8%)
Valor justo dos derivativos	24.842	3,4%	(13)	-
Total resultado financeiro	**51.283**	**7,1%**	**10.098**	**1,0%**
Lucro Operacional	**186.120**	**25,8%**	**263.467**	**26,0%**
Impostos Correntes - CSSL e IRPJ	(22.584)	(3,1%)	(49.332)	(4,9%)
Impostos Diferidos - CSSL e IRPJ	(26.007)	(3,6%)	(2.122)	(0,2%)
Lucro Líquido	**137.529**	**19,1%**	**212.013**	**20,9%**
Atribuível aos acionistas da Companhia	137.530	19,1%	212.017	20,9%
Atribuível aos acionistas não controladores	(1)	-	(4)	-
EBITDA	**154.500**	**21,4%**	**276.500**	**27,3%**

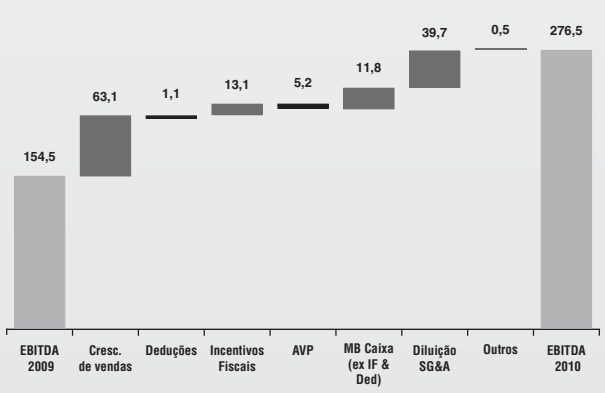
EBITDA (R$ milhões) e Margem EBITDA (%)



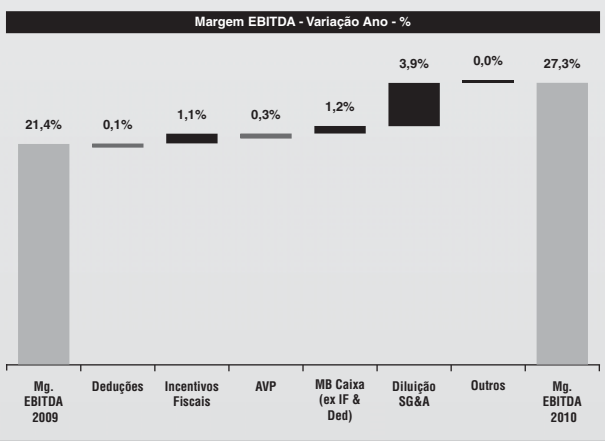
A Cia. Hering registrou no ano de 2010 crescimento expressivo de EBITDA (+79,0%), com incremento de 5,9 pontos percentuais na margem EBITDA. Os principais fatores associados a estes resultados são:

- Crescimento da **receita bruta de vendas**, de 40,8% no ano.
- Crescimento do **lucro bruto**, de 47,3% no ano, com expansão de 2,2 pontos percentuais na margem bruta, principalmente em função da diluição dos custos fixos, da melhoria no mix de produtos, do aumento nos incentivos fiscais e da recuperação de margem nos artigos importados.
- Diluição das **despesas com vendas, gerais e administrativas** em 2010, em função da alta alavancagem operacional associada ao modelo de negócios da Companhia.

EBITDA - Variação Ano - R$ milhões



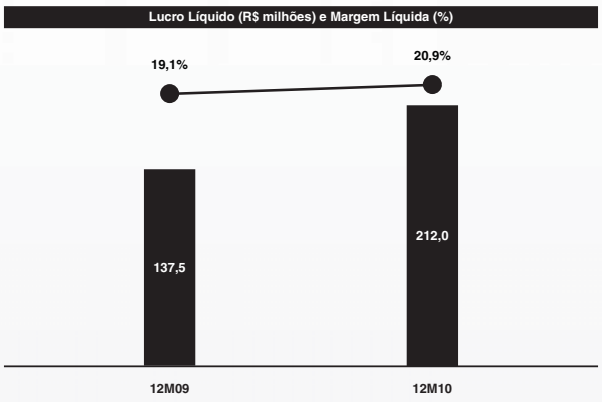
Margem EBITDA - Variação Ano - %



Reconciliação EBITDA

Reconciliação EBITDA - R$ mil	12M09	12M10	Var.
Lucro Líquido	**137.529**	**212.013**	**54,2%**
(–) IR e CSLL	(48.591)	(51.454)	5,9%
(–) Despesa Financeira Líquida	51.283	10.098	(80,3%)
(–) Depreciações e Amortizações	(19.663)	(23.131)	17,6%
(=) EBITDA	**154.500**	**276.500**	**79,0%**
Margem EBITDA	**21,4%**	**27,3%**	**5,9 p.p.**

Lucro Líquido (R$ milhões) e Margem Líquida (%)



A Cia. Hering registrou crescimento de lucro líquido de 54,2%, com incremento de 1,8 ponto percentual na margem líquida. Os principais fatores associados a estes resultados são:

- Melhor desempenho operacional no ano, refletido nos crescimentos tanto de EBITDA quanto de margem EBITDA no período;
- Crescimento da receita financeira no ano de 2010, principalmente em função do aumento da receita de AVP (Ajuste a Valor Presente), mas que no 4T10 apresentou decréscimo de R$ 19,5 milhões em relação ao 4T09 em função da receita financeira não-recorrente de R$ 23,7 milhões no 4T09, como consequência da adesão da Companhia ao REFIS IV.
- Menor incidência de imposto de renda e contribuição social, em função da constituição de subvenções para investimentos no 4T10 que deixaram de compor a base de cálculo destes tributos nesse período.

7. GERAÇÃO DE CAIXA

No ano de 2010, a Cia. Hering registrou redução de R$ 3,1 milhões na geração de caixa livre. Apesar dos crescimentos expressivos no EBITDA, a geração de caixa livre foi afetada pelo maior volume de investimentos (CAPEX), pela recomposição de estoques em função dos mesmos estarem em patamares muito baixos ao longo dos últimos trimestres e pelo aumento do estoque de matérias-primas em função da antecipação da compra de fios no 4T10.

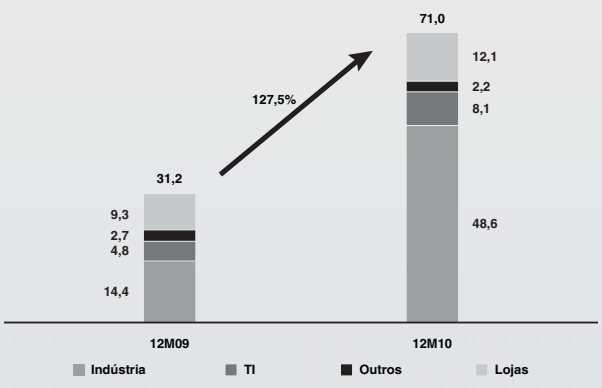
DFC Gerencial - Consolidado (R$ mil)	12M09	12M10	Var.
EBITDA	**154.500**	**276.500**	**122.000**
Itens Não caixa	27.400	3.086	(24.314)
IR&CS Corrente	(22.584)	(49.332)	(26.748)
Investimento em Capital de Giro	**(46.343)**	**(82.027)**	**(35.684)**
Redução (Aumento) em contas a receber de clientes	(45.710)	(79.965)	(34.255)
(Aumento) nos estoques	(15.080)	(86.674)	(71.594)
(Redução) em Impostos diferidos - REFIS	31.773	-	(31.773)
Aumento em fornecedores	36.372	54.700	18.328
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(67.856)	10.827	78.683
Outros	14.158	19.085	4.927
CapEx	**(31.229)**	**(69.629)**	**(38.400)**
Geração de Caixa Livre	**81.744**	**78.598**	**(3.146)**

Conciliação DFC Gerencial e Contábil	12M09	12M10	Var.
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (contábil)	**92.910**	**157.763**	**64.853**
Ajuste - Itens Financeiros alocados ao caixa operacional	**20.063**	**(9.536)**	**(29.599)**
Variações monetária, cambial e juros não realizados	(11.005)	(6.308)	4.697
Resultado Financeiro	(2.073)	(10.111)	(8.038)
Caixa Pago (Recebido) em Operações de Derivativos	21.850	-	(21.850)
Juros pagos por empréstimos	11.291	6.883	(4.408)
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades de Investimento	**(31.229)**	**(69.629)**	**(38.400)**
Geração de Caixa Livre	**81.744**	**78.598**	**(3.146)**

8. INVESTIMENTOS

No ano de 2010, além dos R$ 48,6 milhões destinados à área industrial, R$ 12,1 milhões foram investidos nas lojas, sendo 99,0% em abertura de lojas e 1,0% em reformas das lojas próprias da rede.

Investimentos (R$ milhões)



9. ENDIVIDAMENTO

Em 2010, a redução da dívida total da Cia. Hering foi de R$ 23,7 milhões, em linha com a estratégia adotada de não renovar empréstimos e financiamentos bancários com juros elevados e concentrar foco nas operações que apresentam condições de prazo e taxas de juros mais atrativas.

Em função da geração de caixa operacional, a Companhia encerrou o ano de 2010 com R$ 115,8 milhões em caixa e aplicações financeiras e um caixa líquido de R$ 61,9 milhões. O plano de investimentos para 2011 bem como as necessidades de recursos para capital de giro será financiado a partir do caixa disponível, da geração de caixa futura bem como da contratação de novos financiamentos atrelados a investimentos produtivos.

Endividamento - R$ mil	31/12/09	Part. (%)	31/12/10	Part. (%)
Curto Prazo	(36.926)	48%	(27.799)	52%
Longo Prazo	(40.632)	52%	(26.105)	48%
Total da Dívida	**(77.558)**	**100%**	**(53.904)**	**100%**
(–) Caixa e Aplicações Financeiras	102.718		115.806	
(=) (Endivid. Líquido) Caixa Líquido	**25.160**		**61.902**	

10. RECONHECIMENTOS

Em 2010, a Cia. Hering recebeu importantes premiações que refletem o reconhecimento do mercado à sua atuação:

– Empresa do Ano, pela Revista Exame: a Cia. Hering foi escolhida a empresa do ano entre as melhores de 18 setores da economia, na premiação Melhores e Maiores promovida anualmente pela Revista Exame. Também recebeu o título de melhor empresa do setor têxtil.

– Prêmio Abrasca de Criação de Valor: a Companhia conquistou o prêmio destaque de criação de valor oferecido pela Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), dentre as 14 empresas escolhidas em seus respectivos segmentos.

– Prêmio 100 Melhores Empresas em Cidadania Corporativa: a Cia. Hering recebeu o prêmio promovido pela "Gestão & RH Editora", como uma das 50 melhores do país, destacando-se no pilar de Responsabilidade Social.

Além destes, outros prêmios também foram importantes para destacar o bom desempenho da Companhia: i) "Empresas mais Admiradas do Brasil" (Revista Carta Capital); ii) marcas brasileiras mais valiosas 2010 (*BrandAnalytics*); iii) prêmio "Melhor Franquia do Brasil 2010", no segmento de Vestuário, Calçados e Acessórios para a Hering Store, (Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios – Ed.Globo); iv) prêmio Top of Mind.

11. AVISOS AOS ACIONISTAS E PAGAMENTO DE DIVIDENDOS E JCP

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/10/2010, foi aprovado o desdobramento das ações da Companhia, mediante a emissão de 02 (duas) novas ações para cada ação existente, passando o capital social a ser representado por 162.722.079 ações ordinárias.

Em 2010, foi aprovada a distribuição de dividendos e JCP referentes ao exercício no montante total de R$ 56,4 milhões (R$ 0,68 por ação).

12. COLABORADORES

Na Cia. Hering, os colaboradores são reconhecidos como um dos pilares de valor da Empresa, que investe na capacitação e no desenvolvimento profissional de sua equipe. Em 2010, além de promover a disseminação do novo momento do negócio, esse posicionamento assegurou promoções internas, alinhamento, comprometimento e qualificação necessários à superação de desafios presentes e futuros. A Companhia finalizou o ano com 7.939 colaboradores e fortaleceu sua imagem como uma empresa de oportunidades.

13. PERSPECTIVAS

A Cia. Hering segue confiante em relação às perspectivas de crescimento para 2011. O ambiente macroeconômico segue propício e a estimativa é de um cenário positivo tanto para o varejo como para a Cia. Hering. A Empresa continuará focada em explorar o potencial de crescimento orgânico de suas marcas dentro do atual modelo de negócios.

A marca Hering continuará sendo a principal alavanca de crescimento, com ações voltadas tanto para o aumento de vendas da rede Hering Store quanto do canal varejo multimarcas. Na rede de lojas, as perspectivas de crescimento se realizarão com a aceleração do plano de expansão da rede Hering Store e com o incremento das vendas na base atual de lojas.

Entendemos que, diante das condições econômicas e demográficas atuais, a rede Hering Store apresenta um potencial de 604 lojas. Atentos a esse cenário nosso plano é alcançar 418 lojas Hering Store ao final de 2011.

Quantidade de Lojas	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
Hering Store	151	181	230	276	347	418

** estimado*

Ainda que a marca Hering e a rede Hering Store permaneçam sendo as principais alavancas de crescimento em 2011, também temos planos para explorar o nosso potencial no mercado infantil com as marcas Hering Kids e PUC, além das perspectivas criadas para a marca dzarm., a partir do reposicionamento iniciado em meados de 2009.

Com o lançamento da coleção Alto Verão, no 4T10, detectamos os primeiros resultados positivos da estratégia para as marcas Hering Kids e PUC. Neste sentido, daremos continuidade ao reposicionamento de ambas as marcas, com ajustes no sortimento de produtos e faixas de preço, suportados por investimentos em campanhas de marketing. Com duas lojas inauguradas no 2S10, a rede Hering Kids contará com mais duas novas lojas no 1S11, para então avaliarmos a performance do formato de lojas exclusivas.

Na marca dzarm., daremos continuidade à execução do plano estratégico de reposicionamento, com o lançamento de coleções alinhadas ao conceito *casual jeans* e de campanhas de marketing associando celebridades jovens à marca.

Diante dos bons resultados já alcançados pelas *webstores*, reavaliaremos o formato do *business online* para melhor explorar o potencial deste canal.

Desafios quanto à pressão de custos de matéria-prima são esperados, podendo influenciar a margem bruta nos próximos trimestres. Ainda assim, as perspectivas para 2011 seguem positivas pois acreditamos que nossa alavancagem operacional será suficiente para manter a margem EBITDA nos mesmos níveis de 2010. Continuaremos acreditando em nosso potencial de crescimento orgânico, combinado com um modelo de negócios que gera alto retorno sobre o capital investido, o que tem permitido à Cia. Hering registrar crescimento, acompanhado sempre de incremento de margem e rentabilidade.

14. AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2010 a Companhia contratou seus auditores independentes para projeto de assessoria no planejamento, a implementação e treinamento para a harmonização das normas contábeis brasileiras com as normas contábeis internacionais (IFRS), sendo R$ 200 mil o valor contratado para este serviço.

15. ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Continua...

JRSC – 5COL X 35CM – PÁG. 2
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: JRSC 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_JRSC.indd 2
3/3/2011 10:29:37

Cia.Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71
Rua Hermann Hering, 1790 - Bom Retiro
CEP: 89010-900 - Blumenau - Santa Catarina
Telefone: +55 (47) 3321-3544

...Continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	Controladora BR-GAAP 31/12/10	31/12/09	01/01/09	Consolidado IFRS/CPC 31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	110.901	92.642	62.698	114.549	96.198	65.009
Aplicações financeiras	6	394	5.800	37.344	394	5.800	37.344
Contas a receber de clientes	7	295.422	215.451	169.745	295.422	215.457	169.747
Estoques	9	176.692	90.018	74.938	176.692	90.018	74.938
Impostos a recuperar	10	6.985	4.306	5.369	7.015	4.336	5.394
Outras contas a receber	8	10.139	6.318	16.169	10.315	6.494	16.484
Despesas antecipadas		340	363	626	339	363	626
		600.873	**414.898**	**366.889**	**604.726**	**418.666**	**369.542**
Não circulante							
Realizável em longo prazo							
Partes relacionadas	21	398	1.616	1.250	-	130	90
Aplicações financeiras	6	863	720	28.397	863	720	31.726
Impostos a recuperar	10	8.048	4.807	4.303	8.190	4.975	4.472
Empréstimos compulsórios	12	58	4.530	2.756	85	4.557	2.756
Impostos diferidos	11	18.041	20.546	87.311	18.041	20.546	87.311
Plano de pensão	22	1.773	3.445	2.073	1.773	3.445	2.073
Outras contas a receber	8	8.680	16.334	16.707	8.702	16.356	16.764
		37.861	**51.998**	**142.797**	**37.654**	**50.729**	**145.192**
Investimentos							
Empresas controladas	13	5.229	6.731	10.444	-	-	-
Outros investimentos		-	988	988	8	1.013	1.013
Imobilizado	14	**224.225**	**181.411**	**175.362**	**224.226**	**181.411**	**175.362**
Intangível	15	**26.089**	**21.807**	**20.077**	**26.089**	**23.172**	**20.077**
		255.543	**210.937**	**206.871**	**250.323**	**205.596**	**196.452**
		894.277	**677.833**	**716.557**	**892.703**	**674.991**	**711.186**

Passivo	Nota	Controladora BR-GAAP 31/12/10	31/12/09	01/01/09	Consolidado IFRS/CPC 31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante							
Financiamentos e empréstimos	16	27.799	36.926	85.351	27.799	36.926	84.171
Fornecedores		108.770	54.070	17.698	108.770	54.070	17.698
Salários e encargos sociais		26.707	20.591	20.297	26.708	20.600	20.318
Parcelamentos tributários e previdenciários	17	8.104	7.164	8.204	8.104	7.164	8.204
Imposto de renda e contribuição social	18	8.660	219	7.836	8.673	219	7.836
Obrigações tributárias	18	11.757	11.067	13.624	11.759	11.072	13.635
Provisões para contingências e outras provisões	20	29.773	25.104	17.481	29.773	25.104	17.481
Obrigações por incentivos fiscais	19	2.896	2.228	2.071	2.896	2.228	2.071
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	25	14.883	14.557	4.810	14.883	14.557	4.810
Outras contas a pagar		7.947	5.645	21.133	9.088	6.560	21.387
		247.296	**177.571**	**198.505**	**248.453**	**178.500**	**197.611**
Não circulante							
Financiamentos e empréstimos	16	26.105	40.632	60.913	26.105	40.632	60.913
Partes relacionadas	21	2.600	2.703	3.628	-	-	-
Parcelamentos tributários e previdenciários	17	28.804	30.645	39.089	28.804	30.645	39.089
Obrigações tributárias	18	530	684	54.482	530	684	54.482
Impostos diferidos	11	5.229	5.612	14.597	5.229	5.612	14.597
Provisões para contingências e outras provisões	20	11.215	6.748	8.805	11.215	6.748	8.805
Obrigações por incentivos fiscais	19	40.931	38.858	33.406	40.931	38.858	33.406
Outras contas a pagar		3.343	4.970	37.457	3.212	3.898	36.603
		118.757	**130.852**	**252.377**	**116.026**	**127.077**	**247.895**
Patrimônio líquido							
Capital social	24	226.293	223.845	223.220	226.293	223.845	223.220
Reserva de capital		2.091	906	256	2.091	906	256
Reserva de lucros		251.593	91.676	19.289	251.593	91.676	19.289
Ajuste de avaliação patrimonial		8.784	9.161	9.538	8.784	9.161	9.538
Dividendos adicionais propostos		39.463	11.759	5.768	39.463	11.759	5.768
Lucros acumulados		-	32.063	7.604	-	32.063	7.604
Atribuído aos acionistas controladores		528.224	369.410	265.675	528.224	369.410	265.675
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	4	5
		528.224	**369.410**	**265.675**	**528.224**	**369.414**	**265.680**
		894.277	**677.833**	**716.557**	**892.703**	**674.991**	**711.186**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)*

	Nota	Controladora BR-GAAP 31/12/10	31/12/09	Consolidado IFRS/CPC 31/12/10	31/12/09
Receita operacional líquida	28	**1.012.845**	**720.727**	**1.013.486**	**720.948**
Custo dos produtos vendidos		**(511.554)**	**(380.092)**	**(511.554)**	**(380.092)**
Lucro bruto		**501.291**	**340.635**	**501.932**	**340.856**
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	29	(170.095)	(141.546)	(170.098)	(142.013)
Administrativas e gerais	30	(26.777)	(23.943)	(26.855)	(24.171)
Honorários da administração	21	(6.083)	(4.902)	(6.096)	(4.914)
Depreciação e amortização		(12.106)	(9.563)	(12.106)	(9.563)
Participação nos resultados	26	(23.364)	(17.874)	(23.364)	(17.874)
Outras despesas operacionais íquidas	31	(8.522)	(7.466)	(10.044)	(7.484)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		**254.344**	**135.341**	**253.369**	**134.837**
Receitas financeiras	32	38.444	67.702	38.236	65.217
Despesas financeiras	32	(27.809)	(36.174)	(28.125)	(38.776)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos, líquido		(13)	24.842	(13)	24.842
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**10.622**	**56.370**	**10.098**	**51.283**
Equivalência patrimonial	13	(1.324)	(2.947)	-	-
Variação cambial sobre investimentos no exterior	13	(227)	(2.643)	-	-
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		**263.415**	**186.121**	**263.467**	**186.120**
Imposto de renda e contribuição social correntes	33	(49.276)	(22.584)	(49.332)	(22.584)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33	(2.122)	(26.007)	(2.122)	(26.007)
Lucro líquido do exercício		**212.017**	**137.530**	**212.013**	**137.529**
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		212.017	137.530	212.017	137.530
Não controladores		-	-	(4)	(1)
Lucro por ação - R$					
Básico	34	1,3052	0,8500		
Díluído	34	1,2897	0,8459		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora BR-GAAP 31/12/10	31/12/09	Consolidado IFRS/CPC 31/12/10	31/12/09
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**212.017**	**137.530**	**212.017**	**137.530**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	2.122	26.007	2.122	26.007
Variações monetária, cambial e juros não realizados	6.183	10.010	6.308	11.005
Depreciação e amortização	23.131	19.663	23.131	19.663
Provisão créditos liquidação duvidosa	(4.666)	4.485	(4.666)	4.485
Resultado na venda de ativos permanentes	112	2.382	144	2.382
Plano de opção de compra de ações	1.185	650	1.185	650
Provisão para *impairment* de intangível	-	-	1.757	-
Equivalência patrimonial e variação cambial sobre investimentos	1.551	5.590	-	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	(4)	(1)
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) em contas a receber de clientes	(75.305)	(50.191)	(75.299)	(50.195)
(Aumento) nos estoques	(86.674)	(15.080)	(86.674)	(15.080)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(5.920)	559	(5.894)	555
Redução em impostos diferidos	-	31.773	-	31.773
Redução em outros ativos	7.908	8.447	7.920	8.594
Aumento em fornecedores	54.700	36.372	54.700	36.372
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	16.851	(42.333)	17.072	(41.683)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	10.830	(67.847)	10.827	(67.856)
Juros pagos por empréstimos	(6.883)	(11.341)	(6.883)	(11.291)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**157.142**	**96.676**	**157.763**	**92.910**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de investimento	(989)	(1.661)	-	-
Recebimento na venda de investimento	1.178	-	1.178	-
Aquisições de ativo imobilizado	(59.726)	(20.996)	(59.726)	(20.996)
Adições de ativo intangível	(10.819)	(8.828)	(11.211)	(10.193)
Partes relacionadas	1.218	(366)	130	(40)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(69.138)**	**(31.851)**	**(69.629)**	**(31.229)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	2.448	625	2.448	625
Aplicações financeiras	5.263	59.221	5.263	62.550
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(54.415)	(26.428)	(54.415)	(26.428)
Empréstimos tomados	16.180	17.093	16.180	17.093
Pagamentos de empréstimos	(39.259)	(85.392)	(39.259)	(84.332)
Partes relacionadas	38	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(69.745)**	**(34.881)**	**(69.783)**	**(30.492)**
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**18.259**	**29.944**	**18.351**	**31.189**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	92.642	62.698	96.198	65.009
No fim do exercício	110.901	92.642	114.549	96.198
	18.259	**29.944**	**18.351**	**31.189**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora BR-GAAP 31/12/10	31/12/09	Consolidado IFRS/CPC 31/12/10	31/12/09
Receitas				
Vendas de mercadoria	1.234.442	876.702	1.235.121	876.951
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.596	(7.045)	1.596	(7.045)
Resultados não operacionais	(1.351)	(403)	(3.108)	(403)
	1.234.687	**869.254**	**1.233.609**	**869.503**
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Matérias-primas consumidas	(248.814)	(168.450)	(248.814)	(168.450)
Custos das mercadorias vendidas	(137.145)	(89.406)	(137.145)	(89.406)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(216.254)	(192.432)	(216.332)	(192.788)
	(602.213)	**(450.288)**	**(602.291)**	**(450.644)**
Retenções				
Depreciação e amortização	(23.131)	(19.663)	(23.131)	(19.663)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**609.343**	**399.303**	**608.187**	**399.196**
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial e variação cambial sobre investimentos	(1.551)	(5.590)	-	-
Receitas financeiras	40.898	89.200	39.121	87.468
Aluguéis e *royalties*	3.011	1.256	3.011	1.256
	42.358	**84.866**	**42.132**	**88.724**
Valor adicionado total a distribuir	**651.701**	**484.169**	**650.319**	**487.920**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	137.292	111.237	137.304	111.419
Benefícios	19.074	14.355	19.076	14.398
FGTS	9.097	7.575	9.097	7.586
	165.463	**133.167**	**165.477**	**133.403**
Tributos				
Federais	184.865	157.096	184.946	157.250
Estaduais	50.948	42.982	50.948	42.982
Municipais	829	721	843	726
	236.642	**200.799**	**236.737**	**200.958**
Remuneração do capital de terceiros				
Juros	8.141	11.693	8.141	11.693
Aluguéis	16.675	14.091	16.675	14.091
Outros	12.763	(13.110)	11.272	(9.754)
	37.579	**12.674**	**36.088**	**16.030**
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos e juros sobre o capital próprio	42.982	30.408	42.982	30.408
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	39.463	11.759	39.463	11.759
Lucros retidos	129.572	95.362	129.572	95.362

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(Em milhares de Reais)*

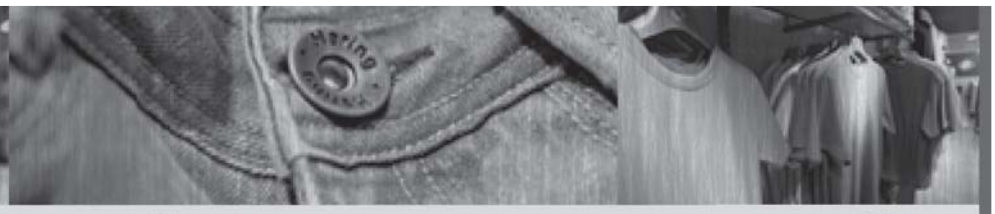
	Controladora BR-GAAP 31/12/10	31/12/09	Consolidado IFRS/CPC 31/12/10	31/12/09
Lucro líquido do período	**212.017**	**137.530**	**212.013**	**137.529**
Outros resultados abrangentes	**(2.095)**	**1.106**	**(2.095)**	**1.106**
Plano de pensão benefícios a empregados	(2.095)	1.106	(2.095)	1.106
Resultado abrangente do período	**209.922**	**138.636**	**209.918**	**138.635**
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Atribuído a sócios da Companhia controladora	**209.922**	**138.636**	**209.922**	**138.636**
Atribuído a sócios não controladores	**-**	**-**	**(4)**	**(1)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

JRSC – 5COL X 35CM – PÁG. 3
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: JRSC 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
perfran 11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_JRSC.indd 3 3/3/2011 10:29:44

Cia.Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71
Rua Hermann Hering, 1790 - Bom Retiro
CEP: 89010-900 - Blumenau - Santa Catarina
Telefone: +55 (47) 3321-3544



...Continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora											
				Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros ou prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes		Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros					Total		
Saldos em 1 de janeiro de 2009	**223.220**	**256**	**929**	**1.736**	**16.624**	**5.768**	**7.604**	**9.538**	**-**	**265.675**	**5**	**265.680**
Aumento de capital	625	-	-	-	-	-	-	-	-	625	-	625
Ajuste atuarial de plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	1.106	1.106	-	1.106
Tranferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	1.106	-	(1.106)	-	-	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	650	-	-	-	-	-	-	-	650	-	650
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	377	(377)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos 2008	-	-	-	-	-	(5.768)	-	-	-	(5.768)	-	(5.768)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	137.530	-	-	137.530	-	137.530
Destinações:												
Reserva legal (nota explicativa 24.c)	-	-	-	5.728	-	-	(5.728)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (nota explicativa 25)	-	-	-	-	-	-	(30.408)	-	-	(30.408)	-	(30.408)
Dividendos e juros sobre capital próprio adicionais propostos	-	-	-	-	-	11.759	(11.759)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.c)	-	-	-	-	66.659	-	(66.659)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**223.845**	**906**	**929**	**7.464**	**83.283**	**11.759**	**32.063**	**9.161**	**-**	**369.410**	**4**	**369.414**
Aumento de capital	2.448	-	-	-	-	-	-	-	-	2.448	-	2.448
Ajuste atuarial de plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.095)	(2.095)	-	(2.095)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	(2.095)	-	2.095	-	-	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	1.185	-	-	-	-	-	-	-	1.185	-	1.185
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	377	(377)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos 2009	-	-	-	-	-	(11.759)	-	-	-	(11.759)	-	(11.759)
Constituição de reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.c)	-	-	55.663	-	(55.663)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	212.017	-	-	212.017	(4)	212.013
Destinações:												
Reserva legal (nota explicativa 24.c)	-	-	-	10.601	-	-	(10.601)	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.c)	-	-	31.368	-	-	-	(31.368)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.d e 25)	-	-	-	-	-	-	(42.982)	-	-	(42.982)	-	(42.982)
Dividendos e juros sobre capital próprio adicionais propostos (nota explicativa 24.d)	-	-	-	-	-	39.463	(39.463)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.c)	-	-	-	-	117.948	-	(117.948)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**226.293**	**2.091**	**87.960**	**18.065**	**145.568**	**39.463**	**-**	**8.784**	**-**	**528.224**	**-**	**528.224**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(Em milhares de Reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Norte, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral.

As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGTX3.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)
As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Cia. Hering, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Cia. Hering e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 foi aplicado.

A Companhia estabeleceu 1º de janeiro de 2009 como "data de transição" para a adoção das novas práticas contábeis, emitidas em 2009 e cuja adoção mandatória para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e representa a data-base em que a Companhia e suas controladas prepararam seus balanços patrimoniais ajustados por esses novos dispositivos contábeis.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM nº 609/09 (CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os pronunciamentos foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, as informações contábeis, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis emitidas pelo CPC.

Uma explicação de como a transição para as normas IFRS e CPCs afetou a posição patrimonial e financeira, o desempenho financeiro da Companhia está apresentada na nota explicativa 38.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2011.

b) Base de mensuração
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- o ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPCs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 11 - Realização de imposto de renda diferido

Nota 20 - Provisão para contingências e outras provisões

Nota 22 - Benefícios a empregados

Nota 23 - Valorização de instrumentos financeiros

Nota 27 - Mensuração de pagamento baseado em ações

Nota 35 - Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas IFRS e normas CPCs, exceto nos casos indicados em contrário.

a) Base de consolidação
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

		Participação (%)		
	País	2010	2009	01/01/09
Têxtil Santa Catarina Ltda.	Brasil	100	100	100
VH Serviços e Construções S.A.	Brasil	94,16	94,16	94,16
Garema Malhas Ltda.	Brasil	100	100	100
HRG Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.	Brasil	99,99	99,99	99,99
Hering Internacional SAFI	Uruguai	100	100	100
Hering Overseas Ltda.	Ilhas Cayman	100	100	100

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

O saldo de investimento da controlada Hering Overseas, está sendo apresentado líquido de itens monetários conforme previsto no CPC 02 (R1) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10, parágrafo 17, considerando que a liquidação não está planejada nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível. Para fins de apresentação, os saldos comparativos estão sendo reapresentados, seguindo essa prática.

b) Moeda estrangeira
A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros
(i) Ativos financeiros não derivativos
A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento
Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras.

(ii) Passivos financeiros não derivativos
A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia utiliza instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

d) Caixa e equivalentes de caixa
Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

e) Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa nº 07), incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Estoques
Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g) Imobilizado
(i) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez opção de não utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado, tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores, já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que: (i) os controles internos de ativo na área de ativo imobilizado já compreendiam na data de transição (1º de janeiro de 2009) revisões periódicas quanto a melhor estimativa de vida útil; e (ii) os procedimentos de valorização dos ativos imobilizados conforme as práticas contábeis anteriores foram revisados e confirmados quanto à aderência aos requisitos de valorização do CPC 27 (IAS 16), inclusive, não indexação em períodos onde a economia do país foi considerada hiper-inflacionária.

Continua...

JRSC – 5COL X 35CM – PÁG. 4
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: JRSC 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
peiran 11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_JRSC.indd 4 3/3/2011 10:29:49

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(Em milhares de Reais)*

Além disto, a Companhia entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

(ii) Depreciação
A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o período corrente estão demonstradas abaixo:

Descrição do Grupo	Vida útil (em anos)
Edifícios e benfeitorias	15 a 50
Instalações e equipamentos de produção	5 a 30
Móveis e utensílios	15 a 20
Bens de Informática	15 a 20
Veículos	7
Benfeitorias em imovéis de terceiros	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(iii) Custos subsequentes
O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível

(i) Composição
A Companhia possui marcas e patentes, fundo de comércio e software como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Amortização
Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	10 anos
Fundo de comércio	5 anos
Software	5 anos

(iii) Gastos subsequentes
Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)
Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Arrendamento mercantil
A Companhia possui contratos de aluguel de lojas, onde atua como arrendadora. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não transfere substancialmente os riscos e benefícios do ativo alugado ao arrendatário.

k) Benefícios a empregados

(i) Planos de benefícios definido
Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível a Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

(ii) Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(iii) Transações de pagamento baseado em ações
Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

l) Provisões
Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

m) Ajuste a valor presente
As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,838% a.m. que representa o custo médio de captação da Companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 90 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 45 dias. O incentivo fiscal "PRODECIII ", para os quais há incidência de juros de 4% a.a. foram ajustados a valor presente pela taxa média de captação da Companhia.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo e a sua reversão são registrados no resultado financeiro.

n) Capital social
Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

o) Receita operacional - Venda de produtos
A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

p) Subvenção e assistência governamentais
As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 19. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade no regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas, nos custos dos produtos vendidos e os valores que foram financiados são registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

q) Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

r) Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

s) Resultado por ação
O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

t) Informação por segmento
Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na nota 36.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos
O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(ii) Derivativos
O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Os métodos e premissas adotados pela Companhia para estimar a divulgação do valor justo de seus derivativos estão descritos abaixo:

Operações de *forward*: Determinação das curvas de mercado que impactam estes instrumentos conforme posição informada pelas instituições financeiras contratadas.

Swap cambial e de taxas de juros: Estimados com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares informada pelas instituições financeiras contratadas.

Para operações de *swap* com componente de opções foi utilizado o modelo *Black & Scholes* suportado por laudo de empresas terceirizadas especializadas no cálculo de valor justo dessas operações.

(iii) Passivos financeiros não derivativos
O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iv) Transações de pagamentos baseado em ações
O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula *Black-Scholes*.

Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 27).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

		Controladora			Consolidado		
Circulante	Rendimentos	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Caixa e bancos		8.158	5.124	6.138	8.198	5.199	6.138
Caixa e bancos - Moeda estrangeira		2.682	1.153	2.726	6.290	4.634	5.037
Aplicações financeiras:							
Renda fixa - CDB	100% a 110% da variação do CDI	43.241	32.775	13.198	43.241	32.775	13.198
Renda fixa - Operações compromissadas	100,2% a 104,5% da variação do CDI	56.820	53.590	40.636	56.820	53.590	40.636
		110.901	**92.642**	**62.698**	**114.549**	**96.198**	**65.009**

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23 d.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		Controladora			Consolidado		
Circulante	Rendimentos	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Renda fixa - CDB	100% a 110% da variação do CDI	394	5.800	16.067	394	5.800	16.067
Renda fixa - Operações compromissadas	104,5% da variação do CDI	-	-	21.277	-	-	21.277
		394	**5.800**	**37.344**	**394**	**5.800**	**37.344**
Não circulante							
Fundo de renda fixa	8,0% a.a.	-	-	-	-	-	3.329
Renda fixa - CDB	100% a 110% da variação do CDI	863	720	28.397	863	720	28.397
		863	**720**	**28.397**	**863**	**720**	**31.726**

Refere-se à aplicação em Certificado de Depósito Bancários - CDB que serão mantidas até o vencimento. Parte dessas aplicações financeiras está vinculada a operações de empréstimos realizadas pela Companhia.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23 d.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado		
Circulante	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
No país	304.293	227.124	171.418	304.293	227.130	171.420
No exterior	3.387	3.422	8.001	3.387	3.422	8.001
	307.680	**230.546**	**179.419**	**307.680**	**230.552**	**179.421**
Ajuste a valor presente	(4.563)	(2.734)	(1.798)	(4.563)	(2.734)	(1.798)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.695)	(12.361)	(7.876)	(7.695)	(12.361)	(7.876)
	295.422	**215.451**	**169.745**	**295.422**	**215.457**	**169.747**

A realização do valor do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 90 dias.

A exposição da companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 23 a.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

				Circulante		
	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Adiantamento a fornecedores externos	5.503	1.921	8.296	5.503	1.921	8.296
Adiantamento a fornecedores internos	1.833	1.232	2.692	1.833	1.232	2.692
Contas a receber pela venda de imobilizado	611	971	532	611	971	532
Adiantamento a funcionários	1.886	1.610	1.476	1.886	1.610	1.476
Indenização seguros	-	-	2.500	-	-	2.500
Outros	306	584	673	482	760	988
	10.139	**6.318**	**16.169**	**10.315**	**6.494**	**16.484**

Continua...

JRSC – 5COL X 35CM – PÁG. 5

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: JRSC 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran 11 3885.9696

[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_JRSC.indd 5 3/3/2011 10:29:54

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(Em milhares de Reais)*

	Não circulante					
	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Fomentar - Bolsa Garantia	1.053	1.053	1.372	1.053	1.053	1.372
Depósito Tare 197/06 (nota explicativa 19.d)	-	1.843	1.843	-	1.843	1.843
Depósitos Judiciais						
COFINS 1% (a)	-	6.066	5.146	-	6.066	5.146
INSS	1.326	1.320	692	1.326	1.320	692
Outros	484	474	440	484	474	440
IPTU	496	496	496	496	496	496
Depósitos trabalhistas						
Garantia para reclamatórias trabalhistas	2.967	2.480	3.645	2.967	2.480	3.645
Contas a receber pela venda de imobilizado	1.781	2.279	2.668	1.781	2.279	2.668
Outros	573	323	405	594	345	462
	8.680	**16.334**	**16.707**	**8.701**	**16.356**	**16.764**

(a) Esses depósitos foram levantados em dezembro de 2010.

9. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Produtos acabados	32.762	23.773	25.966
Produtos para revenda	36.795	15.248	10.196
Produtos em elaboração	38.965	20.103	13.238
Estoque em poder de terceiros	13.913	6.937	4.740
Matérias-primas e almoxarifado	54.830	24.198	21.043
Provisão para ajuste a valor de realização	(573)	(241)	(245)
	176.692	**90.018**	**74.938**

Em 2010, matérias-primas e materiais secundários de produção, reconhecidos nos custos dos produtos vendidos, totalizavam R$ 330.800 (R$ 220.348 em 2009). O aumento dos estoques em 2009 com relação a 1º de janeiro de 2009 se deu para o atendimento da demanda prevista e pedidos em carteira para o primeiro semestre de 2010. O aumento dos estoques observado em 2010 deu-se, principalmente, para atendimento de pedidos em carteira para 2011 e também em função de compra adicional de estoques de fios como parte da estratégia de gerenciamento de estoques.

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização.

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia possui créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado a seguir:

	Circulante					
	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
IPI (a)	955	749	2.356	955	749	2.356
ICMS a recuperar	5.054	3.040	2.443	5.054	3.040	2.444
Outros	976	517	570	1.006	547	594
	6.985	**4.306**	**5.369**	**7.015**	**4.336**	**5.394**

	Não circulante					
	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
INCRA (b)	601	601	601	601	601	601
IPTU (c)	817	1.098	1.368	817	1.098	1.368
ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado	6.630	3.079	2.334	6.630	3.079	2.334
Outros	-	29	-	142	197	169
	8.048	**4.807**	**4.303**	**8.190**	**4.975**	**4.472**

(a) IPI - origina-se do saldo credor de IPI relativo à aquisição de matérias-primas, materiais intermediários e materiais de embalagem, em função da não tributação do IPI (tributado à alíquota zero) sobre artigos do vestuário. O saldo está sendo utilizado para compensação/quitação de PIS e COFINS. Não há atualização monetária por se tratar de crédito escritural.

(b) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - a Cia. Hering registrou em 2007 o crédito fiscal referente ao INCRA, devido ao ganho de ação judicial que visava à declaração de inexigibilidade da contribuição ao INCRA, com trânsito julgado em 21 de novembro de 2006.

(c) Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) - a Cia. Hering registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade nas exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Composição e movimentação das diferenças temporárias

A Companhia possui créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social de exercícios anteriores, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias. Os impostos diferidos estão demonstrados como a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativo			
Prejuízos fiscais e base negativa	-	4.220	59.113
Ajuste a valor presente - clientes	1.551	930	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosos	2.616	4.203	2.678
Provisão para despesas administrativas	1.263	1.871	1.816
Provisão para PPR	6.024	5.027	3.092
Provisão para despesas variáveis de vendas	2.585	2.156	1.824
Provisão riscos civeis e trabalhistas	2.197	1.681	1.564
Tributos com exigibilidade suspensa	1.247	-	15.404
Provisão para investimentos	-	-	553
Outras diferenças temporárias	558	458	1.267
Total do ativo	**18.041**	**20.546**	**87.311**
Passivo			
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(705)	(674)	(2.280)
Tributos com exigibilidade suspensa (reversão)	-	-	(7.403)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(4.524)	(4.719)	(4.914)
Outras diferenças temporárias	-	(219)	-
Total do passivo	**(5.229)**	**(5.612)**	**(14.597)**

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensadas com lucros tributáveis.

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b) Movimentação dos impostos diferidos no período

	Controladora e Consolidado				
	Saldo em 01/01/09	Movimentação	Saldo em 31/12/09	Movimentação	Saldo em 31/12/10
Prejuízos fiscais e base negativa	59.113	(54.893)	4.220	(4.220)	-
Tributos com exigibilidade suspensa	15.404	(15.404)	-	1.247	1.247
Ajuste a valor presente - clientes	-	930	930	621	1.551
Provisões temporárias	12.794	2.602	15.396	(153)	15.243
Total do ativo	**87.311**	**(66.765)**	**20.546**	**(2.505)**	**18.041**
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(2.280)	1.606	(674)	(31)	(705)
Tributos com exigibilidade suspensa (reversão)	(7.403)	7.403	-	-	-
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(4.914)	195	(4.719)	195	(4.524)
Outras diferenças temporárias	-	(219)	(219)	219	-
Total do passivo	**(14.597)**	**8.985**	**(5.612)**	**383**	**(5.229)**
Líquido	**72.714**	**(57.780)**	**14.934**	**(2.122)**	**12.812**

No ano de 2009, a Companhia aderiu ao REFIS IV e utilizou prejuízos fiscais para a compensação de parte dos débitos apurados no montante de R$ 31.773.

12. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Em função de ação judicial transitada em julgada, a Companhia no ano 2000, relativo ao período 1987 a 1994, e em 2001, para o período 1977 a 1986, constituiu créditos decorrentes de diferenças do pagamento de juros e atualização monetária sobre o Empréstimo Compulsório efetuado em favor da Eletrobrás. Os valores incontroversos que a Companhia estimava receber em decorrência da ação judicial foram realizados em abril de 2007 e janeiro de 2010, restando ainda em poder da Companhia parcela remanescente de 2.159 ações de emissão da Eletrobrás (ELET6), no montante de R$ 57. A Companhia permanece com a ação de execução judicial contra à Eletrobrás, buscando a realização de valores cujos montantes ainda não foram definidos pela Justiça Federal.

13. INVESTIMENTOS

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício.

	Têxtil Santa Catarina Ltda.	VH Serviços e Construções S.A.	Garema Malhas Ltda.	HRG Interm. de Serviços Financeiros Ltda.	Hering Internacional S.A. - SAFI	Hering Overseas Ltd.	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Total de ativos circulante e não circulante	**164**	**193**	**23**	**68**	**7.662**	**5.764**	**13.874**	**15.684**	**50.373**
Total de passivos circulante e não circulante	**-**	**190**	**47**	**174**	**6.619**	**1.745**	**8.775**	**10.020**	**40.780**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	164	3	(24)	(106)	1.043	4.019	5.099	5.664	9.593
Receitas líquidas do período	-	-	-	641	-	-	641	221	513
Resultado do período	(28)	(73)	(1.812)	576	43	(34)	(1.328)	(2.948)	(924)
Participação no capital em %	100,00%	94,16%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	-	-	-
Saldo no início do período	(388)	71	1.380	(683)	1.045	4.235	5.660	9.589	8.030
Aumento de capital	581	-	407	-	-	-	988	1.661	-
Equivalência patrimonial - Resultado	(28)	(69)	(1.812)	576	43	(34)	(1.324)	(2.947)	(922)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	-	(44)	(183)	(227)	(2.643)	2.481
Investimento pela equivalência patrimonial	165	2	(25)	(107)	1.044	4.018	5.097	5.660	9.589

Durante o exercício não foram recebidos dividendos das investidas. O total dos investimentos com valores negativos em função do passivo a descoberto das controladas no montante de R$ 132 (R$ 1.071 em 2009 e R$ 855 em 2008), foi classificado na rubrica de passivo a descoberto no passivo não circulante.

Conforme orientado pelo CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, parágrafo 15, o investimento mantido na controlada Hering Overseas está apresentado pelo valor líquido de um empréstimo devido pela Companhia àquela empresa pois foi considerado, em essência, como parte do investimento líquido. Essa apresentação foi efetuada considerando, principalmente, que a liquidação não está planejada nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível.

14. ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

	Consolidado				
			31/12/10	31/12/09	01/01/09
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	97.690	(11.540)	86.150	85.015	84.019
Instalações e equipamentos de produção	129.691	(42.277)	87.414	52.524	45.950
Móveis e utensílios	12.707	(7.115)	5.592	5.082	5.172
Bens de informática	14.077	(3.997)	10.080	5.207	4.325
Veículos	1.217	(693)	524	361	365
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5.150	(890)	4.260	3.740	2.208
Terrenos	28.636	-	28.636	28.636	28.636
Obras em andamento	1.569	-	1.569	846	4.687
	290.737	**(66.512)**	**224.225**	**181.411**	**175.362**

b) Movimentação do custo e depreciação

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2010 é demonstrado conforme a seguir:

	Saldo em 31/12/09	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/10
Custo:					
Edifícios e benfeitorias	93.161	107	4.422	-	97.690
Instalações e equipamentos de produção	85.159	36.824	8.153	(445)	129.691
Móveis e utensílios	11.258	1.912	(63)	(400)	12.707
Bens de informática	7.747	4.965	1.558	(193)	14.077
Veículos	989	280	-	(52)	1.217
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.305	-	845	-	5.150
Terrenos	28.636	-	-	-	28.636
Obras em andamento	846	15.638	(14.915)	-	1.569
	232.101	**59.726**	**-**	**(1.090)**	**290.737**
Depreciação:					
Edifícios e benfeitorias	(8.146)	(3.394)	-	-	(11.540)
Instalações e equipamentos de produção	(32.635)	(9.864)	-	222	(42.277)
Móveis e utensílios	(6.176)	(1.315)	-	376	(7.115)
Bens de informática	(2.540)	(1.600)	-	143	(3.997)
Veículos	(628)	(96)	-	31	(693)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(565)	(325)	-	-	(890)
	(50.690)	**(16.594)**	**-**	**772**	**(66.512)**
	181.411	**43.132**	**-**	**(318)**	**224.225**

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2009 é demonstrado conforme a seguir:

	Saldo em 01/01/09	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/09
Custo:					
Edifícios e benfeitorias	90.215	7	2.972	(33)	93.161
Instalações e equipamentos de produção	69.639	10.534	5.734	(748)	85.159
Móveis e utensílios	11.176	1.177	45	(1.140)	11.258
Bens de informática	5.856	1.988	145	(242)	7.747
Veículos	928	138	-	(77)	989
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.365	-	1.940	-	4.305
Terrenos	28.636	-	-	-	28.636
Obras em andamento	4.687	7.152	(10.836)	(157)	846
	213.502	**20.996**	**-**	**(2.397)**	**232.101**
Depreciação:					
Edifícios e benfeitorias	(6.196)	(1.952)	-	2	(8.146)
Instalações e equipamentos de produção	(23.689)	(9.500)	-	554	(32.635)
Móveis e utensílios	(6.004)	(1.277)	-	1.105	(6.176)
Bens de informática	(1.531)	(1.173)	-	164	(2.540)
Veículos	(563)	(120)	-	55	(628)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(157)	(408)	-	-	(565)
	(38.140)	**(14.430)**	**-**	**1.880**	**(50.690)**
	175.362	**6.566**	**-**	**(517)**	**181.411**

c) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados como garantia de empréstimos e financiamentos, conforme demonstrados na nota explicativa 16.

d) Custo atribuído (*Deemed Cost*)

A Companhia optou por não remensurar seus bens do ativo imobilizado adotando o custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional; (iii) a Administração revisa

frequentemente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Para adequação completa de suas práticas contábeis às IFRS, a Companhia apurou e contabilizou os efeitos da correção monetária apurada durante o período em que a economia brasileira ainda era considerada hiper-inflacionária para fins de IFRS (1996 e 1997). Os efeitos são demonstrados como segue:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Correção monetária do imobilizado do período hiperinflacionário	13.308	13.880	14.452
IR e CS sobre correção monetária	(4.525)	(4.719)	(4.914)
Efeito no patrimônio líquido	8.783	9.161	9.538

e) Revisão de vida útil

Em virtude da revisão da vida útil dos itens do ativo imobilizado no exercício de 2010, as taxas de depreciação sofreram as seguintes alterações em relação ao período anterior.

	Taxas de depreciação novas	Taxas de depreciação anteriores
Edifícios e benfeitorias	2 a 6,67%	2%
Instalações e equipamentos de produção	3,3 a 20%	10 e 20%
Móveis e utensílios	5 a 6,67%	10 e 20%
Bens de informática	5 a 33,33%	20%
Veículos	14%	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 a 20%	10 e 18%

f) Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão.

15. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	Consolidado					
			31/12/10	31/12/09	01/01/09	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Taxa de amortização % a.a.
Vida útil definida						
Marcas e patentes (i)	2.296	(1.742)	554	1.870	513	10%
Fundo de comércio (ii)	26.735	(8.832)	17.903	13.588	13.395	20%
Software	23.244	(15.612)	7.632	7.714	6.169	20%
	52.275	**(26.186)**	**26.089**	**23.172**	**20.077**	

(i) Refere-se ao registro das marcas da Companhia, acrescido do custo pela renovação das mesmas junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. A amortização é registrada na rubrica Depreciação e amortização no resultado do exercício.

(ii) Trata-se do registro dos pontos comerciais das lojas próprias que são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. A amortização é registrada na rubrica Depreciação e amortização no resultado do exercício.

b) Movimentação do custo e amortização

A movimentação do intangível consolidado em 31 de dezembro de 2010 é demonstrado conforme a seguir:

	Saldo em 31/12/09	Adições	Transferências	*Impairment*	Saldo em 31/12/10
Custo:					
Marcas e patentes	3.509	544	-	(1.757)	2.296
Fundo de comércio	18.435	8.300	-	-	26.735
Software	20.876	1.492	876	-	23.244
Intangível em andamento	-	876	(876)	-	-
	42.820	**11.212**	**-**	**(1.757)**	**52.275**
Amortização:					
Marcas e patentes	(1.639)	(103)	-	-	(1.742)
Fundo de comércio	(4.847)	(3.985)	-	-	(8.832)
Software	(13.162)	(2.450)	-	-	(15.612)
	(19.648)	**(6.538)**	**-**	**-**	**(26.186)**
	23.172	**4.674**	**-**	**(1.757)**	**26.089**

JRSC – 5COL X 35CM – PÁG. 6
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: JRSC 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_JRSC.indd 6 3/3/2011 10:29:59

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(Em milhares de Reais)*

A movimentação do intangível consolidado em 31 de dezembro de 2009 é demonstrado conforme a seguir:

	Saldo em 01/01/09	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/09
Custo:				
Marcas e patentes	2.052	1.457	-	3.509
Fundo de comércio	15.639	5.238	(2.442)	18.435
Software	17.379	3.498	(1)	20.876
	35.070	**10.193**	**(2.443)**	**42.820**
Amortização:				
Marcas e patentes	(1.539)	(100)	-	(1.639)
Fundo de comércio	(2.244)	(3.178)	575	(4.847)
Software	(11.210)	(1.953)	1	(13.162)
	(14.993)	**(5.231)**	**576**	**(19.648)**
	20.077	**4.962**	**(1.867)**	**23.172**

c) Valor recuperável de ativos

Com o intuito de proteger a marca da Companhia, foi adquirida através de sua controlada Garema, no final do ano de 2009, a marca Cristais Hering. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia registrou provisão de perda por desvalorização do valor integral desta marca no montante de R$ 1.757. O montante provisionado refere-se ao valor da marca em 31 de dezembro de 2010, ao custo de aquisição, sendo a provisão reconhecida no grupo de outras despesas operacionais. A provisão será revista anualmente ou no momento em que um fato novo venha demonstrar, expectativa de geração de fluxos de caixa futuros pela utilização ou resultado pelo valor líquido de venda. A marca não está em uso, e não há expectativa de geração de fluxos de caixa futuros pela utilização ou venda da marca.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

a) Saldos

	Encargos anuais	Ano de vencimento	Moeda	Controladora 31/12/10	Controladora 31/12/09	Controladora 01/01/09	Consolidado 31/12/10	Consolidado 31/12/09	Consolidado 01/01/09
Modalidade:									
Capital de giro	Juros de 0,81% a 3,66% mais variação do CDI	2009	R$	-	-	29.536	-	-	29.536
	Juros de 6,75%	2010	R$	681	743	1.109	681	743	1.216
	Juros de 2,5% a 4,5%, mais TJLP	2010	TJLP	-	5.884	7.402	-	5.884	7.402
	Juros de 10,517% mais TR	2009	R$	-	-	12.099	-	-	12.099
	Juros de 98% a 101% do CDI	2010/2013	R$	19.436	34.323	39.034	19.436	34.323	39.034
	Juros de 4,5%, mais variação cambial, mais TJFPE	2010	US$	-	1.399	2.366	-	1.399	2.366
	Juros de 2%, mais variação cambial	2010	US$/R$	-	1.224	8.209	-	1.224	8.209
	Juros de 128,10% do CDI	2010	R$	-	12.095	-	-	12.095	-
	Juros de 7%	2011	R$	14.204	-	-	14.204	-	-
Investimentos:									
BNDES (i)	Juros de 5% a 7%, mais TJLP	2015	TJLP	15.258	18.177	20.514	15.258	18.177	20.514
Eurobônus	Juros de 6% mais variação cambial	2009	US$	-	-	31.320	-	-	30.033
Swap	60% variação do CDI	2009	US$	-	-	(5.325)	-	-	(5.325)
FNE	Juros de 10%	2014	R$	1.258	1.549	-	1.258	1.549	-
FCO	Juros de 10%	2018	R$	3.067	2.164	-	3.067	2.164	-
				53.904	**77.558**	**146.264**	**53.904**	**77.558**	**145.084**
Parcelas circulante				**27.799**	**36.926**	**85.351**	**27.799**	**36.926**	**84.171**
Parcelas não circulante				**26.105**	**40.632**	**60.913**	**26.105**	**40.632**	**60.913**

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
TJFPE - Taxa de Juros Fixa Pré-Embarque
CDI - Certificado Depósito Interbancário
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste

(i) O saldo do empréstimo captado junto ao BNDES tem prazos de vencimentos até 2015 e é garantido por bens do ativo imobilizado até o montante de R$ 61.445.

As captações ocorridas durante os exercícios de 2009 e 2010, não continham custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2010, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado
2012	11.575
2013	6.728
2014	2.592
2015	5.210
	26.105

b) Garantias

Os financiamentos junto ao BNDES e Banco Nordeste são garantidos por terrenos, benfeitorias e máquinas, conforme demonstrado abaixo:

		Consolidado		
Modalidade de empréstimo	**Garantia**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**
BNDES	Terrenos	13.154	13.154	16.424
BNDES	Benfeitorias	42.159	42.159	44.890
Banco Nordeste	Terrenos	157	157	-
Banco Nordeste	Benfeitorias	4.344	4.344	-
Banco Nordeste	Máquinas	1.631	1.631	-
		61.445	**61.445**	**61.314**

Em garantia dos empréstimos e financiamentos, além de alienação de bens, a Companhia ofereceu avais de acionista no valor de R$ 16.516, parte de sua carteira de recebíveis no montante de R$ 2.454 e certas aplicações financeiras que estão classificadas como mantidas até o vencimento R$ 1.257. A execução das garantias pode ocorrer na hipótese de inadimplência no pagamento dos empréstimos.

c) Cláusulas restritivas (*covenants* financeiros)

A Companhia possuía empréstimos e financiamentos junto ao Credit Suisse, cujo saldo em 31 dezembro de 2010 era de R$ 19.436 (R$ 30.249 em 31 de dezembro de 2009). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente e anualmente, sendo que esses índices estão relacionados à relação entre divida líquida e EBITDA e relação entre EBITDA e despesa financeira líquida. Caso esses índices não sejam atingidos, o banco poderá declarar vencido antecipadamente o valor devido. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos em contrato foram atingidos. O EBITDA refere-se à sigla em inglês para "Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização".

17. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Controladora e Consolidado					
	Circulante			Não circulante		
	31/12/10	**31/12/09**	**01/01/09**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**
REFIS IV (a)						
Salário Educação	260	263	-	1.245	1.404	-
INSS	2.325	2.126	-	11.278	11.898	-
PIS/COFINS/IOF	4.837	4.506	-	14.577	17.343	-
Outros parcelamentos						
Salário Educação	-	269	469	-	-	249
IOF	-	-	825	-	-	1.855
PIS/COFINS	-	-	1.443	-	-	693
Parcelamento ICMS (b)	682	-	-	1.704	-	-
Paex (c)						
INSS	-	-	2.599	-	-	17.169
Salário Educação	-	-	305	-	-	2.037
PIS/COFINS	-	-	2.563	-	-	17.086
	8.104	**7.164**	**8.204**	**28.804**	**30.645**	**39.089**

(a) REFIS IV - A Companhia formalizou pedido de adesão ao REFIS IV em novembro de 2009 na modalidade de parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09 (REFIS IV), beneficiando-se da redução no saldo de multas e juros incidentes sobre os débitos parcelados nas modalidades PAEX e Outros Parcelamentos até aquela data. Também foram incluídos nesta modalidade débitos tributários e previdenciários não parcelados anteriormente, que eram objetos de discussões administrativas e judiciais.

(b) Parcelamento ICMS - A Companhia formalizou em julho de 2010, junto à Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, pedido de parcelamento de ICMS relativo a créditos sobre materiais intermediários, do período de jan/2005 a dez/2007.

(c) PAEX - Em setembro de 2006, a Companhia aderiu ao parcelamento dos débitos fiscais, conforme MP nº 303/2006 - PAEX, totalizando o valor parcelado, com multa e juros SELIC, no montante de R$ 43.772, com vencimentos até agosto de 2016. Em novembro/09 a Companhia formalizou o pedido de desistência do PAEX para aderir à modalidade de parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09 (REFIS IV).

O saldo remanescente do parcelamento é atualizado com base na taxa SELIC. No ano de 2010 foi efetuado pagamento no montante de R$ 6.924 referente aos impostos parcelados REFIS e R$ 339 referente ao parcelamento de ICMS.

Em 31 de dezembro de 2010 as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2012	8.135
2013	7.415
2014	3.468
2015	3.127
2016	1.437
2017 a 2024	5.222
	28.804

A manutenção da Companhia nos programas de parcelamentos acima mencionados está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Consolidado					
	Circulante			Não circulante		
	31/12/10	**31/12/09**	**01/01/09**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**
ICMS sobre vendas	6.643	4.737	7.015	-	-	-
PIS e COFINS	3.595	4.450	4.723	-	-	53.950
Imposto de renda e contribuição social	8.673	219	7.836	530	390	250
Outros	1.521	1.885	1.897	-	294	282
	20.432	**11.291**	**21.471**	**530**	**684**	**54.482**

19. OBRIGAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

	Controladora e Consolidado					
	Circulante			Não circulante		
	31/12/10	**31/12/09**	**01/01/09**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**
PRODEC - SC (a)	2.789	2.204	2.065	34.460	34.279	31.099
PRODEC III - SC (b)	-	-	-	6.420	2.685	-
Fomentar - GO (c)	-	-	-	51	51	464
Regime Especial - GO (d)	-	-	-	-	1.843	1.843
PROADI - RN (e)	29	24	6	-	-	-
Produzir (f)	78	-	-	-	-	-
	2.896	**2.228**	**2.071**	**40.931**	**38.858**	**33.406**

Os incentivos fiscais estão demonstrados com os efeitos do ajuste a valor presente, quando aplicável.

(a) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) - destinado a financiar a modernização de empreendimentos que contribuam para geração de empregos e renda à sociedade catarinense e que incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia estadual. A principal obrigação da Companhia por fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, sendo que estes foram devidamente cumpridos ao longo do período em que o incentivo foi usufruído.
O valor contratado em julho de 1999 foi de R$ 67.883, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 120 meses e findou em maio de 2010. A liquidação deste financiamento iniciou-se em julho de 2004 e finda em junho de 2016. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. e atualização monetária de 50% IGPM-FGV ao mês.

(b) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC III) - destinado a financiar a expansão das atividades da Companhia. O valor contratado em fevereiro de 2009 foi de R$ 270.157, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 200 meses e a liberação da primeira parcela ocorreu em novembro de 2009. O prazo de carência para cada parcela liberada é de 48 meses e após este período ocorre a liquidação integral da mesma. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. A principal obrigação da Companhia por fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, que estão sendo cumpridos e comprovados junto à Fazenda Estadual.

(c) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis.
O valor contratado em novembro de 1998 foi de R$ 66.114 para um período de fruição de 240 meses, sendo que sua utilização ocorreu até fevereiro de 2009, quando foi substituído pelo Programa Produzir. O valor do benefício é atualizado à taxa de juros de 0,2% ao mês, não capitalizável, incidente sobre a totalidade do saldo devedor e pago mensalmente. O montante total utilizado pela Companhia em 2009 foi de R$ 3.757, registrado no resultado do exercício na rubrica Deduções sobre Vendas.
A Companhia tinha, por fruição deste incentivo, como principais obrigações a implantação de sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Tais obrigações foram integralmente cumpridas durante todo o período de fruição do incentivo.

(d) Termo de Acordo de Regime Especial, celebrado entre a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás e a Unidade Anápolis - para a implementação de crédito especial para investimento destinado à ampliação do complexo industrial desta unidade.
O referido Termo de Acordo tem por limite de crédito especial o valor de R$ 3.050, sendo que a fruição do benefício encerrou em fevereiro de 2008. Os encargos de financiamento consistem em juros de 0,2% a.a., capitalizáveis e atualização monetária de acordo com o Índice Geral de Preços - IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.
O saldo de R$ 1.843, dado à sua não utilização, será compensado com o total depositado no mesmo valor, conforme registrado na conta do ativo não circulante sob a rubrica "Incentivo TARE 197/06", para garantir sua liquidação.
A Companhia tinha por obrigação, durante a vigência do Termo de Acordo, investimentos no complexo industrial e a geração de emprego, as quais foram devidamente cumpridas.

(e) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte - destinado à formação do ativo circulante da unidade situada no município de Parnamirim.
Pelo contrato firmado o prazo de fruição do incentivo é de 120 meses, sendo que iniciou em outubro de 2001 e finda em setembro de 2021. Não há valor limite neste benefício.
O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. O montante utilizado em 2010 foi de R$ 10.370 (R$ 6.115 em 31 de dezembro de 2009) e está registrado no resultado do exercício na rubrica de Deduções sobre Vendas.
Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR.
Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia.

(f) Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas.
O valor contratado em março de 2009 foi de R$ 68.573, sendo que o início de utilização do benefício se deu em maio de 2009 e finda em outubro de 2018. O total utilizado em 2010 foi de R$ 701 (R$ 677 em 31 de dezembro de 2009), contabilizado nas contas de resultado na rubrica Deduções sobre Vendas.
A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que do imposto a recolher 27% é pago e 73% é o valor do benefício.
De cada parcela liberada efetua-se um depósito de 10% em uma conta corrente administrada pelo Programa Produzir. A amortização da divida ocorre anualmente, quando é negociado o benefício em troca da quantia depositada ao longo do ano.

As subvenções para investimento e custeio decorrentes dos programas Proadi, Produzir, Fomentar, Tare 221/01, Crédito Outorgado, Pró-Emprego e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela internet são reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções de Vendas (R$ 65.421 em 2010 e R$ 40.145 em 31 de dezembro de 2009) e no grupo Custo dos Produtos Vendidos R$ 7.455 em 2010 (R$ 2.316 em 31 de dezembro de 2009). A subvenção para investimento decorrente da redução do imposto de renda calculada com base no lucro da exploração, autorizada pela Receita Federal do Brasil em agosto de 2010 foi contabilizada no resultado do exercício, na rubrica Despesas IRPJ, no montante de R$ 2.755. Os incentivos Prodec e Prodec III são reconhecidos no mês seguinte ao de competência, quando da liberação da parcela usufruída, e contabilizados no passivo não circulante tendo em contrapartida a redução, no passivo circulante do débito corrente de ICMS.

Em 2010, os Estados de Goiás e Rio Grande do Norte validaram os investimentos realizados pela Companhia desde o início do aproveitamento dos incentivos fiscais Proadi, Produzir, Fomentar, respectivamente, estabelecendo que as metas previstas/acordadas para os referidos incentivos foram cumpridas rigorosamente.

Com relação ao benefício do Pró-Emprego, concedido pelo Estado de Santa Catarina, restou certificado no ano-calendário de 2010 o cumprimento da totalidade das metas acordadas para o projeto.

Considerando que a Companhia obteve em 2010, a confirmação de que os referidos benefícios fiscais poderiam ser caracterizados como subvenção para investimento, efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento, no montante de R$ 84.252, na conta "reserva de incentivos fiscais", em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (nota explicativa 24). Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OUTRAS PROVISÕES

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para contingências, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado					
	Circulante			Não circulante		
	31/12/10	**31/12/09**	**01/01/09**	**31/12/10**	**31/12/09**	**01/01/09**
Provisões para contingências:						
Trabalhistas (a)	914	914	914	4.127	2.644	2.637
Tributárias (b)	-	-	-	496	496	496
Cíveis (c)	-	-	-	1.421	1.384	1.046
Despesas comerciais (d)	8.714	7.140	5.976	-	-	-
Despesas administrativas (e)	2.426	2.264	1.497	5.171	2.224	4.626
Provisão para participação nos resultados	17.719	14.786	9.094	-	-	-
	29.773	**25.104**	**17.481**	**11.215**	**6.748**	**8.805**

(a) Trabalhistas - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconheçam um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R$ 2.000 (R$ 1.740 em 2009).

(b) Tributárias - refere-se às discussões judiciais relativas ao IPTU, para os quais há depósitos judiciais no montante de R$ 496.

(c) Cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações vinculadas às operações normais da Companhia, a qual decidiu, com base na opinião de seus assessores legais externos, manter provisão para aquelas contingências cíveis com probabilidade de perda provável.

(d) Provisão para despesas comerciais - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes e fretes sobre vendas.

(e) Provisão despesas administrativas - consiste na provisão para pagamentos de honorários advocatícios e parcela a pagar da contribuição previdência privada HERINGPREVI, referente ao tempo de serviços passados.

Perda Possível - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões contábeis, pois, estas não se constituem em perdas prováveis da Cia. Hering. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R$ 10.977 (R$ 11.339 em 2009).

Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no período:

	Circulante e não circulante				
	Saldo em 31/12/09	Adições	Reversões	Utilização	Saldo em 31/12/10
Provisões para contingências:					
Trabalhistas	3.558	2.446	(148)	(815)	5.041
Tributárias	496	-	-	-	496
Cíveis	1.385	77	-	(40)	1.422
Despesas comerciais	7.139	28.832	(62)	(27.196)	8.713
Despesas administrativas	4.488	13.872	(1.376)	(9.387)	7.597
Provisão para participação nos resultados - PPR	14.786	31.087	(3.814)	(24.340)	17.719
	31.852	**76.314**	**(5.400)**	**(61.778)**	**40.988**

JRSC – 5COL X 35CM – PÁG. 7
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: JRSC 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_JRSC.indd 7 3/3/2011 10:30:04

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(Em milhares de Reais)*

	Circulante e não circulante				
	Saldo em 01/01/09	Adições	Reversões	Utilização	Saldo em 31/12/09
Provisões para contingências:					
Trabalhistas	3.551	1.709	-	(1.702)	3.558
Tributárias	496	-	-	-	496
Cíveis	1.047	341	-	(3)	1.385
Despesas comerciais	5.975	22.409	-	(21.245)	7.139
Despesas administrativas	6.123	8.789	(1.800)	(8.624)	4.488
Provisão para participação nos resultados - PPR	9.094	19.884	(2.000)	(12.192)	14.786
	26.286	**53.132**	**(3.800)**	**(43.766)**	**31.852**

21. PARTES RELACIONADAS

As transações financeiras de empréstimos entre as companhias do grupo e a remuneração da Administração foram realizadas conforme a seguir.

a) Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia provê a seus administradores, benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 27.

Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da Administração, representado por seu conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Honorários da Administração	6.096	4.914
Remuneração variável	4.022	3.759
Benefícios de curto prazo	501	519
Remuneração com base em ações	1.185	650
	11.804	**9.842**

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição.

b) Outras transações com partes relacionadas

As transações referem-se aos contratos de mútuos sobre os quais não há incidência de juros. O prazo de validade destes contratos é indeterminado.

	Controladora					
	Ativo não circulante			Passivo não circulante		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
VH Serviços e Construções S.A.	190	177	168	-	-	-
Têxtil Santa Catarina Ltda.	-	581	577	15	-	-
Garema Malhas Ltda.	47	8	90	-	-	-
HRG Intermediação de Serviços Fin. Ltda.	161	780	385	-	-	-
Investimentos e Participações INPASA	-	70	30	-	-	-
Hering Internacional SAFI	-	-	-	2.585	2.703	3.628
	398	**1.616**	**1.250**	**2.600**	**2.703**	**3.628**

c) Vendas para partes relacionadas

A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. No ano de 2010, estas operações comerciais totalizaram o montante de R$ 18.828 (R$ 6.708 em 2009), do qual R$ 7.014 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2010 (R$ 2.947 em 2009). São fornecidos avais pessoais dos sócios das empresas relacionadas, no montante de R$ 8.700, como forma de garantir os créditos da Companhia. As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010, não há avais e fianças prestados pela Companhia para partes relacionadas.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Bradesco Multi Pensions é uma entidade fechada de previdência privada, que tem como objetivo principal a concessão de benefícios suplementares aos da previdência social, principalmente a planos de aposentadoria, atendendo a todos os funcionários do grupo Hering, que aderirem ao plano. Os planos de previdência complementar oferecido aos funcionários são de benefício definido.

As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não. O plano dá aos funcionários aposentados o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos).

A Companhia determinou que, de acordo com os termos e condições da parte do plano que contem benefícios definidos e de acordo com exigências estatutárias (como exigências de financiamento mínimo) dos planos das respectivas jurisdições, o valor presente de reembolsos ou reduções em contribuições futuras, não é menor que o balanço do valor justo total dos ativos do plano, menos o valor presente total das obrigações.

a) Saldo do plano

	Controladora e Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	17.129	15.357	9.749
Valor justo dos ativos do plano	18.902	18.802	11.822
Déficit (superávit) para planos cobertos	(1.773)	(3.445)	(2.073)

b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	15.357	9.749
Custos do serviço corrente e juros	166	137
Juros sobre obrigação atuarial	1.653	1.196
(Ganho)/perda atuarial	1.203	5.535
Benefícios pagos no ano	(1.250)	(1.260)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	17.129	15.357

c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano

	Controladora e Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	18.802	11.821
Retorno esperado dos ativos do plano	2.103	1.484
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(892)	6.642
Contribuições de patrocinadora	141	115
Benefícios pagos pelo plano	(1.252)	(1.260)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	18.902	18.802

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos.

d) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

	Controladora e Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Custo do serviço corrente	166	137
Juros sobre as obrigações atuariais	1.653	1.196
Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.103)	(1.484)
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	(284)	(151)

e) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Montante acumulado em 1º de janeiro	(3.179)	(2.073)
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	2.095	(1.106)
Montante acumulado em 31 de dezembro	(1.084)	(3.179)

f) Premissas atuariais

(i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Taxa de desconto nominal	10,80%	11,30%	12,90%
Taxa de aumento nominal do salário	6,60%	6,60%	7,10%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	4,50%	5,00%

(ii) Hipóteses usadas para determinar a despesa (receita) a ser reconhecida

	31/12/10	31/12/09
Taxa de desconto nominal	11,30%	12,90%
Taxa de rendimento nominal esperado dos ativos do plano	11,60%	13,00%
Taxa de aumento nominal do salário	6,60%	7,10%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	5,00%

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. As tabelas de mortalidade utilizadas foram AT-83 Male, RRB-1944(MI) e RRB-1944(EI). A idade na data de aposentadoria considerada é de 55 anos, 100% se aposentam na 1ª elegibilidade à aposentadoria antecipada.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédtio de liquidação duvidosa, no montante de R$ 7.695 (R$ 12.361 em dezembro de 2009) representativos de 2,50% do saldo de contas a receber em aberto (4,2% em dezembro de 2009), para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Contas a receber	307.680	230.552	179.421
Outras contas a receber	19.017	22.850	33.248
Caixa e equivalentes de caixa	114.549	96.198	65.009
Aplicações financeiras	1.257	6.520	69.070

(ii) Perdas por redução no valor recuperável

O vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras era:

	Consolidado		
Contas a receber	31/12/10	31/12/09	01/01/09
A vencer	300.362	222.015	166.792
De 0 a 30 dias	3.013	2.775	4.119
De 31 a 90 dias	1.027	1.246	1.394
De 91 a 180 dias	1.044	964	3.461
De 181 a 360 dias	853	1.745	2.260
Acima de 360 dias	1.381	1.807	1.395
	307.680	**230.552**	**179.421**

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo no início do exercício	(12.361)	(7.876)	(5.538)
Adições	(6.304)	(7.045)	(5.902)
Baixas	10.970	2.560	3.564
Saldo no final do exercício	(7.695)	(12.361)	(7.876)

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

(iii) Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

• Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Instrumentos de taxa variável						
Ativos financeiros	101.318	92.885	119.575	101.318	92.885	122.904
Passivos financeiros	(34.694)	(73.102)	(145.155)	(34.694)	(73.102)	(143.868)
	66.624	**19.783**	**(25.580)**	**66.624**	**19.783**	**(20.964)**
Instrumentos de taxa fixa						
Passivos financeiros	(19.210)	(4.456)	(1.109)	(19.210)	(4.456)	(1.216)
	(19.210)	**(4.456)**	**(1.109)**	**(19.210)**	**(4.456)**	**(1.216)**

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

• Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (notas explicativas 5 e 6) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2010, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2010.

	Consolidado					
	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Empréstimos e financiamentos	27.799	11.575	6.728	2.592	5.210	53.904
Fornecedores e outras contas a pagar	117.858	1.243	945	945	79	121.070
	145.657	**12.818**	**7.673**	**3.537**	**5.289**	**174.974**

• Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas na quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (**€**).

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

A exposição cambial da Companhia está assim representada:

	Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5)	6.290	4.634	5.037
Contas a receber (nota explicativa 7)	3.387	3.422	8.001
Adiantamentos a fornecedores	5.654	2.897	8.295
Fornecedores	(11.013)	(8.488)	(4.039)
Empréstimos (nota explicativa 16)	-	(2.623)	(40.608)
	4.318	**(158)**	**(23.314)**

• Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

b) Instrumentos financeiros - valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia.

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado					
	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	114.549	114.549	96.198	96.198	65.009	65.009
Custo amortizado:						
Aplicações financeiras	1.257	1.257	6.520	6.520	69.070	69.070
Contas a receber e outros recebíveis	305.737	305.737	221.951	221.951	186.231	186.231
Empréstimos e financiamentos	(53.904)	(53.904)	(77.558)	(77.558)	(145.084)	(145.084)
Fornecedores e outras contas a pagar	(121.070)	(121.070)	(64.528)	(64.528)	(28.995)	(28.995)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

Pelas razões anteriormente descritas, os valores justos apresentados foram definidos no nível 3 da hierarquia de valor justo.

c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se:

Geração de Caixa Livre: a Companhia tem como meta a diminuição da necessidade de investimentos em capital de giro, com foco nas contas a receber de clientes e no prazo médio de pagamento a fornecedores. O montante de caixa livre é determinado pelo cálculo que considera EBITDA, itens não caixa, imposto de renda, capital de giro e investimentos.

Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas.

Os indicadores de geração de caixa livre e gestão da dívida em 31 de dezembro de 2010 estão abaixo apresentados:

Continua...

JRSC – 5COL X 35CM – PÁG. 8
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: JRSC 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_JRSC.indd 8 3/3/2011 10:30:09

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(Em milhares de Reais)*

Indicadores de Gestão de Capital	Consolidado 31/12/10
Dívida Curto Prazo	(27.799)
Dívida Longo Prazo	(26.105)
Total da Dívida	(53.904)
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	115.806
(=) (Endivid. Líquido) Caixa Líquido	61.902
Geração de Caixa Livre (*)	78.598

(*) Geração de Caixa Livre calculado e apresentado no relatório de administração item 7.

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão da dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre.

d) Análise de sensibilidade

(i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2010 a Administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 11,71% (taxa anualizada para o período referência) e TJLP de 6,0%. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

			Consolidado					
			Provável		Possível		Remoto	
Operação	Valores	Risco	%	R$	%	R$	%	R$
Aplicações financeiras	R$ 101.318*	Baixa CDI	11,71	11.864	8,78	8.898	5,86	5.932

(*) Saldo em 31 de dezembro de 2010 de aplicações em CDB e Operações compromissadas sujeitas à variação do CDI.

			Consolidado					
			Provável		Possível		Remoto	
Operação	Valores	Risco	%	R$	%	R$	%	R$
Empréstimo - Capital de Giro	R$ 19.436*	Alta CDI	11,71	(2.276)	14,64	(2.845)	17,57	(3.414)
Empréstimo - BNDES	R$ 15.258**	Alta TJLP	6,00	(915)	7,50	(1.144)	9,00	(1.373)

(*) Saldo em 31 de dezembro de 2010 sujeitos à variação do CDI.
(**) Saldo em 31 de dezembro de 2010 sujeitos à variação do TJLP.

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2010 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

			Consolidado					
			Provável		Possível		Remoto	
Operação	Saldo 31/12/10	Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)
Caixa em moeda estrangeira	6.290	1,6662	-	2,0828	1.573	2,4993	3.145
Contas a receber	3.387	1,6662	-	2,0828	847	2,4993	1.694
Adiantamentos a fornecedores	5.654	1,6662	-	2,0828	1.414	2,4993	2.827
Fornecedores	(11.013)	1,6662	-	2,0828	(2.753)	2,4993	(5.507)

e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. Os contratos se referem a operações de *swap*, bem como contratos futuros de dólar que são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações, exportações e pagamentos de empréstimos e financiamentos.

A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia utilizava como instrumentos derivativos, contrato de *swap* de dólar norte-americano por CDI. Em 31 de dezembro de 2010 não havia operação com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

(i) Cálculo do valor justo

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas podem não indicar, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações. Os valores justos apresentados foram definidos no nível 3 da hierarquia de valor justo.

Os métodos e premissas adotados pela Companhia para estimar a divulgação do valor justo de seus derivativos de *swap* cambial e de taxas de juros foram efetuados com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares informada pelas instituições financeiras contratadas.

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto, os quais foram negociados através das instituições financeiras contratadas, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

							Efeito acumulado		
							2010	2009	1/1/2009
	Valor de referência (nocional)			Valor justo			Ganho	Ganho	Ganho
Descrição	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	(perda)	(perda)	(perda)
Contratos futuros									
a.1 Compromissos de compra									
Moeda estrangeira	-	-	101.660	-	-	105.928	-	-	4.268
b.1 Contratos de "*Swaps*"									
Posição ativa	-	-	30.937	-	-	37.214	-	-	-
Posição passiva	-	-	30.937	-	-	38.678	-	-	(1.464)
Líquido				-	-	(1.464)			
b.2 Contratos de "*Swaps*"									
Posição ativa	-	4.090	8.179	-	3.864	8.179	-	-	-
Posição passiva	-	4.090	8.179	-	3.851	10.615	-	13	(2.436)
Líquido				-	13	(2.436)			
b.3 Contratos de "*Swaps*"									
Posição ativa	-		30.000	-	-	31.826	-	-	-
Posição passiva	-		30.000	-	-	78.887	-	-	(47.061)
Líquido				-	-	(47.061)			

a.1) Contratos futuros - Compra

A Companhia mantinha operações de compra futura de dólares contratadas junto ao Banco Itaú-BBA, sob a modalidade NDF (*Non Deliverable Forward*), no valor de US$ 43,5 milhões (R$ 101.660 em 31 de dezembro de 2008), com objetivo de proteger parcialmente as suas operações de derivativos no curto prazo. Esta operação foi liquidada no vencimento em 1º de julho de 2009 pelo montante de R$ 5.122.

Operações de *Swap*

A Companhia utiliza operações de *swap* para reduzir os custos financeiros de certas operações de financiamento.

b.1) Em dezembro de 2007 a Companhia contratou junto ao Banco Santander, uma operação de *swap* com a finalidade de proteger uma dívida em dólar cujo valor contratado foi de US$ 25,9 milhões transformando a variação cambial em CDI. Desta forma ficou ativa em variação cambial até determinado limite de dólar e em 51% do CDI na posição passiva. Este custo é obtido por conta de verificações semestrais de dólar no período entre abril de 2008 e outubro de 2009. Essa operação foi liquidada no vencimento pelo valor de R$ 1.509.

b.2) No mês de março de 2007, a Cia. Hering contratou junto ao Banco Itaú BBA, um pré-pagamento de exportação ao custo de variação cambial mais 6,5% a.a. no montante de US$ 3,5 milhões, com vencimento em março de 2010. Com objetivo de reduzir o custo da dívida, a Companhia realizou uma operação de *swap* que está referenciada na posição ativa em variação cambial mais 6,5% a.a. e na posição passiva, em variação cambial mais 2% a.a. Essa operação foi liquidada em março de 2010 representando um ganho de R$ 12.

b.3) A Companhia contratou junto ao Banco Credit Suisse, uma operação de CCB (Cédula de Crédito Bancário) no valor de R$ 30.000, à taxa de 120% do CDI. Para reduzir o custo desta operação foi contratada uma operação de *swap*, onde a Companhia fica ativa em 22% do CDI, trazendo o custo líquido da dívida para 98% do CDI. Em contrapartida, a Companhia ficou passiva em dólar, a partir de certos patamares, no período de 1º de abril de 2008 a 1º de outubro de 2010. O vencimento final da operação é 1º de outubro de 2013, contudo a Companhia antecipou a liquidação de algumas verificações encerrando definitivamente a operação em setembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2009, havia apenas a operação de *swap* (b.2) acima mencionada, contratada junto ao Banco Itaú BBA. Em 31 de dezembro de 2010, não havia operações com instrumentos derivativos em aberto.

(ii) Análise de sensibilidade

A Companhia não efetuou a análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros derivativos considerando que não haviam operações desta natureza em aberto em 31 de dezembro de 2010.

(iii) Margens dadas em garantia

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não haviam operações com margens dadas em garantia.

24. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital social

O capital social autorizado é composto por 350.000 mil ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2010, o capital subscrito e integralizado é composto por ações ordinárias distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

	31/12/10	
Investimento e Participação INPASA S.A.	14.716.677	9,0%
Ivo Hering	11.768.370	7,2%
Tarpon (Gestora)(**)	9.764.050	6,0%
HSBC (Gestora)(**)	9.634.038	5,9%
Amundi Asset Management (Gestora)(**)	8.133.444	5,0%
Target Investment Fund Ltd	7.837.312	4,8%
Federated Kaufmann Fund (*)	7.382.144	4,5%
Outros	93.486.044	57,6%
	162.722.079	**100%**

(*) Fundos de Investimentos com sede no exterior
(**) Gestores com sede no Brasil

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2010, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de duas novas ações para cada ação ordinária possuída, passando cada uma ação ordinária a ser representada por três novas ações pós-desdobramento.

b) Reserva de capital

Opções de compra de ações outorgadas conforme descritos na nota explicativa 27 são registrados como reservas de capital.

c) Reservas de lucros

• Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício	212.017
Reserva legal 5%	10.601

• Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

• Incentivos fiscais

Referem-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos, representadas pelos incentivos fiscais concedidos a Companhia pelos estados de Goiás (Fomentar/Produzir), Rio Grande do Norte (Proadi) e Santa Catarina (Pró-emprego), no montante de R$ 84.276 e R$ 2.755 decorrente da redução do imposto de renda calculada com base no lucro da exploração. Conforme regulamentação aplicável a esses incentivos, essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

A subvenção para investimento decorrente da redução do imposto de renda calculada com base no lucro da exploração, autorizada pela Receita Federal do Brasil em agosto de 2010 foi contabilizada no resultado do exercício, na rubrica Despesas IRPJ, no montante de R$ 2.755.

d) Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro líquido do exercício	212.017
(+) Ajuste atuarial de plano de pensão	1.084
(+) Ajuste de correção monetária	797
(-) Reserva de lucro - subvenção de investimentos	(31.368)
(-) Reserva legal	(10.601)
Base de cálculo	171.929
Dividendos mínimos obrigatórios creditados aos acionistas (25%)	42.982
Dividendos adicionais propostos pela Administração sujeitos à aprovação da AGO	39.463

Dos dividendos mínimos obrigatórios o montante de R$ 27.120, foi pago durante o exercício de 2010 e o restante foi provisionado em 31 de dezembro de 2010. Em 14 de janeiro de 2011 foram pagos R$ 29.290 correspondente à parte dos dividendos mínimos obrigatórios de 2010, no valor de R$ 15.862, e parte dos dividendos adicionais propostos pela Administração no valor de R$ 13.428. Os dividendos adicionais representam a proposta da Administração para ser deliberada na Assembleia dos acionistas.

Os dividendos e juros sobre capital próprio, calculados por ação, estão apresentados como segue:

Valor total proposto	Quantidade de ações na data* (em milhares)	Montante por ação (R$)
27.120	54.241	0,50
29.289	162.723	0,18
26.036	162.723	0,16

(*) As ações da Companhia foram desdobradas a partir de outubro de 2010 conforme mencionado na nota explicativa 24.a.

e) Outros resultados abrangentes

O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada HeringPrevi.

25. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calcula juros sobre o capital próprio, sendo que no ano de 2010 foi pago aos acionistas o montante de R$ 9.492 referentes ao ano de 2010, e destinado R$ 9.438 para pagamento em 2011. Foram pagos também em 2010, o montante de R$ 6.307 de juros sobre capital próprio correspondentes ao ano de 2009.

26. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia concede a todos os empregados, um bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano. Em 2010, o montante provisionado a título de participação nos resultados foi de R$ 23.364 (R$ 17.874 em 2009). Deste valor o montante de R$ 7.014 já foi pago durante o exercício.

27. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui os seguintes acordos de pagamentos baseados em ações:

a) Primeiro programa de opção de ações

Em reunião realizada em 29 de maio de 2008, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do primeiro programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 532.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R$ 9,61 (nove reais e sessenta e um centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A. Em 28 de maio de 2009 foi cancelado o equivalente a 58.000 opções de compra de ações, em função de mudanças no quadro dos Diretores da Companhia.

b) Segundo programa de opção de ações

Em reunião realizada em 28 de maio de 2009, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do segundo programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 304.048 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R$ 7,18 (sete reais e dezoito centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A.

c) Terceiro programa de opção de ações

Em reunião realizada em 27 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do terceiro programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 184.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R$ 36,67 (trinta e seis reais e sessenta e sete centavos) por ação, que serão atualizadas pela variação do IPC-A.

Os programas prevêem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições: (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário.

Os programas prevêem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia.

Do número total de 1.020.048 opções de ações outorgadas nos programas, 102.000 opções de ações foram exercidas e convertidas em ações durante o exercício de 2009, 211.012 durante o exercício de 2010 e 58.000 foram canceladas no exercício de 2009. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2010, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 1,20%.

JRSC – 5COL X 35CM – PÁG. 9
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: JRSC 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
peiran 11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_JRSC.indd 9 3/3/2011 10:30:14

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(Em milhares de Reais)*

O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A Administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, a Empresa apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o método *Black & Scholes*. O valor justo das opções na data da outorga representou um montante de R$ 3.065 para a 1ª opção, R$ 2.520 para a 2ª opção e R$ 4.559 para a 3ª opção, os quais serão reconhecidos no resultado durante o período que compreende a data da outorga até o prazo máximo de exercício das opções. No ano de 2010 a Companhia reconheceu no resultado um valor de R$ 1.185 (R$ 650 em 2009).

As apurações do valor justo das opções de ações, efetuadas sob o método *Black & Scholes*, consideram as seguintes premissas para sua precificação:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	
Data da avaliação	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	
Quantidade de ações	532.000	304.048	184.000	
Preço de exercício	9,61	7,18	36,67	R$/ação
Preço de fechamento	10,424	11,04	41,50	R$/ação
Volatilidade ao dia	2,67%	4,27%	3,07%	
Volatilidade ao ano	42,46%	67,84%	48,73%	
Dividendos esperados	2,00%	2,47%	1,88%	a.a.
Cupom de IPCA (*)	7,34%	6,57%	6,77%	a.a.
Prazo total	7	7	7	anos
Preço unitário da opção	5,76	8,29	24,78	R$/ação
Preço total	3.065	2.520	4.559	R$ mil

(*) Taxa de juros livre de risco

A taxa de fechamento do preço por ação da Cia. Hering, sob o código HGTX3, relativa à data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa e 27 de maio de 2010 para o 3º programa, foi obtida diretamente do serviço Bloomberg. O preço do fechamento para a data específica é de R$ 10,424 por ação para o 1º programa, R$ 11,040 por ação para o 2º programa e R$ 41,50 para o 3º programa. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) no campo Boletim, Cotações e Volumes, Ajustes do Pregão para a data de 29 de maio de 2008, para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, e 27 de maio de 2010 para o 3º programa. O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada um série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, do período de 30 de maio de 2007 a 29 de maio de 2008 para o 1º programa, do período de 29 de maio de 2008 a 28 de maio de 2009 para o 2º programa, e do período de 28 de maio de 2009 a 27 de maio de 2010 para o 3º programa, do serviço Bloomberg e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das *Stock Options*.

O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir:

	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	676.048	8,98	532.000	9,90	-	-
Opções outorgadas	184.000	36,67	304.048	7,18	532.000	9,61
Opções exercidas	(211.012)	9,57	(102.000)	10,33	-	-
Opções substituídas	-	-	-	-	-	-
Opções expiradas	-	-	-	-	-	-
Desdobramento de ações	1.298.072	5,80	-	-	-	-
Opções canceladas	-	-	(58.000)	9,61	-	-
Opções em circulação no final do exercício	1.947.108	5,80	676.048	8,98	532.000	9,90
Opções exercíveis no final do exercício	-	-	16.500	10,34	-	-

28. RECEITA OPERACIONAL

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receita de venda mercado interno	1.031.894	727.339	1.032.573	727.588
Receita de venda em lojas próprias	197.113	148.290	197.113	148.290
Receita de venda mercado externo	21.954	16.137	21.954	16.137
Receita de *royalties*	11.563	7.814	11.563	7.814
Devoluções	(28.082)	(22.878)	(28.082)	(22.878)
Receita bruta de vendas	**1.234.442**	**876.702**	**1.235.121**	**876.951**
Ajuste a valor presente - Receita	(22.992)	(9.533)	(22.992)	(9.533)
Ajuste a valor presente - ICMS	600	551	600	551
Abatimentos	(3.691)	(2.286)	(3.691)	(2.286)
Impostos sobre as vendas	(195.514)	(144.707)	(195.552)	(144.735)
Deduções da receita	**(221.597)**	**(155.975)**	**(221.635)**	**(156.003)**
Receita líquida	**1.012.845**	**720.727**	**1.013.486**	**720.948**

29. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Despesas variáveis de vendas	66.440	47.726	66.440	47.726
Despesas com pessoal	44.929	36.345	44.929	36.589
Despesas com propaganda e publicidade	19.911	16.872	19.911	17.048
Despesas com locação de imóveis	15.135	12.845	15.135	12.845
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.596)	7.045	(1.596)	7.045
Despesas com mão de obra terceiros e materiais gerais	5.560	5.607	5.560	5.607
Despesas com amostras	4.199	4.026	4.199	4.026
Despesas com viagens e estadias	4.803	3.973	4.803	3.973
Outras despesas	10.714	7.107	10.717	7.154
	170.095	**141.546**	**170.098**	**142.013**

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Despesas com pessoal	6.534	7.881	6.534	7.881
Despesas com mão de obra de terceiros	5.273	5.400	5.273	5.400
Despesas com materias gerais	7.547	5.192	7.547	5.192
Despesas com serviços de terceiros PJ	3.991	2.902	3.991	2.902
Outras despesas	3.432	2.568	3.510	2.796
	26.777	**23.943**	**26.855**	**24.171**

31. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Outras receitas operacionais		
Reversão provisão ações Eletrobrás	1.540	-
Receita venda ações Eletrobrás	1.150	-
Indenização recebida de sinistro	1.568	-
Reversão outras despesas	932	-
Créditos tributários	778	-
Redução multa parcelamento tributário ICMS	390	-
Ganhos referente ao parcelamento tributário - REFIS	-	14.069
Outras	1.415	3.577
	7.773	**17.646**
Outras despesas operacionais		
Parcelamento tributário ICMS	(2.787)	-
Custo venda de investimento ações Eletrobrás	(2.530)	-
Custo referente baixa de imobilizado/intangível	-	(1.429)
Constituições de provisões trabalhistas e cíveis	(2.671)	(2.239)
Realocação de bens do ativo imobilizado	(2.458)	(1.736)
Plano de ações	(823)	(651)
Projeto Museu Hering e Projetos Sociais	(1.373)	-
Provisão perda ações Eletrobrás	(481)	-
Provisão perda intangível	(1.757)	-
Honorários advocatícios	(1.091)	(2.381)
Despesas referente ao parcelamento tributário - REFIS	-	(14.946)
Outras	(1.846)	(1.748)
	(17.817)	**(25.130)**
Outras receitas operacionais líquidas	**(10.044)**	**(7.484)**

32. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	10.499	9.663	10.499	9.695
Juros sobre tributos recuperados	-	1.190	-	1.190
Redução da dívida tributária (REFIS)	-	35.835	-	35.835
Ajuste a valor presente	21.163	8.597	21.163	8.597
Outras receitas	6.525	4.572	6.544	4.698
Variação cambial ativa, líquida	257	7.845	30	5.202
	38.444	**67.702**	**38.236**	**65.217**
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	(7.622)	(10.972)	(7.622)	(10.972)
Encargos financeiros sobre tributos	(8.166)	(7.318)	(8.166)	(7.318)
Ajuste a valor presente	(6.508)	(1.171)	(6.508)	(1.171)
Encargos financeiros sobre tributos (REFIS)	-	(12.110)	-	(12.110)
Outras despesas	(5.513)	(4.603)	(5.829)	(7.205)
Variação cambial passiva, líquida	-	-	-	-
	(27.809)	**(36.174)**	**(28.125)**	**(38.776)**
Resultado financeiro, líquido	**10.635**	**31.528**	**10.111**	**26.441**

33. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Impostos correntes:				
Contribuição social	(12.961)	(6.694)	(12.980)	(6.694)
Imposto de renda	(36.315)	(15.890)	(36.352)	(15.890)
	(49.276)	(22.584)	(49.332)	(22.584)
Impostos diferidos:				
Contribuição social	(1.968)	(6.313)	(1.968)	(6.313)
Imposto de renda	(154)	(19.694)	(154)	(19.694)
	(2.122)	(26.007)	(2.122)	(26.007)

b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido antes de impostos	263.415	186.121	263.467	186.120
Alíquota vigente:	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(89.561)	(63.281)	(89.579)	(63.281)
Efeito fiscal sobre as adições e exclusões:				
Resultado de participação em controladas	(487)	(1.901)	(487)	(1.901)
Juros sobre capital próprio	6.436	7.642	6.436	7.642
Subvenção para investimento (i)	28.646	-	28.646	-
Adições (exclusões) permanentes	3.568	8.949	3.530	8.949
Imposto de renda e contribuição social	(51.398)	(48.591)	(51.454)	(48.591)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(49.276)	(22.584)	(49.332)	(22.584)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(2.122)	(26.007)	(2.122)	(26.007)
Alíquota efetiva	20%	26%	20%	26%

(i) A Companhia obteve no ano-calendário de 2010, a certeza de que os benefícios fiscais FOMENTAR/PRODUZIR, PROADI e Pró-Emprego, poderiam ser caracterizados como subvenção para investimento, e efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento, no montante de R$ 84.252, na conta "reserva de incentivos fiscais", em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse montante registrado como subvenção para investimento foi excluído da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, resultando em uma redução de R$ 28.646 nos impostos correntes.

c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Realização sobre prejuízos fiscais e bases negativas	(4.221)	(9.745)
Reversão (constituição) sobre adições temporárias	1.271	(11.758)
Reversão sobre exclusões temporárias	288	9.007
Baixa referente desistência de processo fiscal	-	(13.373)
Constituição sobre ajustes de transição IFRS-CPCs	540	(138)
	(2.122)	**(26.007)**

34. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora	
	31/12/10	31/12/09
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	212.017	137.530
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	162.442	161.799
Lucro básico por ação - R$	1,3052	0,8500

O lucro básico por ação em 2009 foi, para fins comparativos, recalculado considerando o desdobramento de ações mencionadas na nota explicativa 24.a.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se a opção de compra de ações.

Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados as opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

	Controladora	
	31/12/10	31/12/09
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	212.017	137.530
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	162.442	161.799
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	1.947	2.028
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	164.389	163.827
Lucro diluído por ação - R$	1,2897	0,8395

O lucro diluído por ação em 2009 foi, para fins comparativos, recalculado considerando o desdobramento de ações mencionadas na nota explicativa 24.a.

35. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía 58 (50 em 31 de dezembro de 2009) contratos de locação para suas unidades comerciais e administrativas. Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08 e a norma internacional IAS 17, a Companhia analisou referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, prevêem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Além disso, alguns contratos prevêem o pagamento adicional relativo ao mês de dezembro.

Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação e alguns contratos prevêem reajustes escalonáveis durante o prazo de vigência do contrato.

Os contratos possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, considerando os pagamentos adicionais e os reajustes escalonáveis, estão segregados da seguinte forma:

	Consolidado		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Até um ano	10.127	9.565	5.767
Acima de um ano e até cinco anos	16.001	22.594	16.375
Acima de cinco anos	307	663	-
	26.435	**32.822**	**22.142**

A Companhia reconheceu os seguintes valores de despesas com operações de arrendamento mercantil operacional:

	31/12/10	31/12/09
Despesas com arrendamento mercantil operacional	16.038	13.496

36. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering, Hering Kids, PUC e Dzarm e Canal: Varejo, Franquias e Lojas Próprias), no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

						Consolidado - 2010
Canal	Hering	Hering Kids	PUC	dzarm.	Outras	Total
Varejo	382.140	70.469	61.698	68.501	22.964	605.772
Franquias	380.339	11.102	30.656	-	-	422.097
Webstore	4.302	393	449	292	-	5.436
Lojas Próprias	174.299	235	5.973	139	-	180.646
Receita bruta mercado interno	**941.080**	**82.199**	**98.776**	**68.932**	**22.964**	**1.213.951**
Receita bruta mercado externo						**21.170**
Receita bruta total						**1.235.121**

						Consolidado - 2009
Canal	Hering	Hering Kids	PUC	dzarm.	Outras	Total
Varejo	271.252	49.183	51.437	54.241	17.999	444.112
Franquias	246.306	9.039	23.514	-	-	278.859
Webstore	2.060	151	41	-	-	2.252
Lojas Próprias	132.983	-	3.362	-	-	136.345
Receita bruta mercado interno	**652.601**	**58.373**	**78.354**	**54.241**	**17.999**	**861.568**
Receita bruta mercado externo						**15.383**
Receita bruta total						**876.951**

As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/10	31/12/09
Receita bruta mercado interno	1.213.951	861.568
Receita bruta mercado externo	21.170	15.383
Receita bruta	**1.235.121**	**876.951**
Deduções da receita	(221.635)	(156.003)
Receita líquida	**1.013.486**	**720.948**

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2010 apenas 2,09% do total da receita líquida (saldos da controladora e consolidado).

Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo.

Continua...

JRSC – 5COL X 35CM – PÁG. 10
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: JRSC 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_JRSC.indd 10 3/3/2011 10:30:19

Cia.Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71
Rua Hermann Hering, 1790 - Bom Retiro
CEP: 89010-900 - Blumenau - Santa Catarina
Telefone: +55 (47) 3321-3544

...Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 *(Em milhares de Reais)*

37. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 80.000 para danos materiais, R$ 20.000 para lucros cessantes e R$ 5.000 para responsabilidade civil.

38. EXPLICAÇÃO SOBRE A TRANSIÇÃO PARA AS IFRS E CPCS

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparativas com 31 de dezembro de 2009, são as primeiras demonstrações contábeis elaboradas e apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS na sigla em inglês), que estão previstas no CPC-37.

A Companhia aplicou o CPC-37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro, na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas.

Na elaboração destas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com o CPC-37, a Companhia aplicou as isenções obrigatórias e algumas das isenções opcionais à aplicação retroativa completa das normas emitidas pelo CPC, como exposto na norma CPC-37.

As explicações dos efeitos entre as diferenças constantes das demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com os novos CPCs, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e as normas anteriores estão apresentadas abaixo:

A conciliação do resultado e do patrimônio líquido consolidado são assim demonstradas:

		Consolidado
Conciliação do lucro líquido		**31/12/09**
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		**114.554**
- Variação cambial sobre os estoques	(a)	1.070
- Reversão de IR/CS diferidos sobre variação cambial de eurobônus	(b)	22.556
- Ajustes plano de pensão - resultado ano	(c)	151
- Ajustes de depreciação correção monetária	(d)	(377)
- Ajustes de despesas com contratos de aluguel	(e)	(91)
- IR/CS diferidos sobre ajustes		(333)
- Participação acionistas não controladores		(1)
Lucro líquido de acordo com o IFRS e CPCs		**137.529**

			Consolidado
Conciliação do patrimônio líquido		**31/12/09**	**01/01/09**
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		**316.427**	**242.765**
- Variação cambial sobre os estoques	(a)	643	(427)
- Reversão de IR/CS diferidos sobre variação cambial de eurobônus	(b)	28.463	5.907
- Ajustes plano de pensão - resultado ano	(c)	151	-
- Plano de pensão - ganhos ou perdas atuariais	(c)	3.179	2.073
- Ajustes de correção monetária	(d)	13.880	14.452
- Ajustes de despesas com contratos de aluguel	(e)	(234)	(143)
- IR/CS diferidos sobre ajustes		(4.858)	(4.720)
- Reclassificação dividendos adicionais propostos	(f)	11.759	5.768
- Reclassificação participação acionistas não controladores	(g)	4	5
Patrimônio líquido de acordo com o IFRS e CPCs		**369.414**	**265.680**

Pronunciamentos e interpretações adotados pela Companhia

(a) CPC 16 - Estoques: na aplicação deste pronunciamento a Companhia apurou e excluiu os efeitos cambiais na importação de estoques, a partir do momento que é efetivada a transferência de propriedade.

(b) CPC 32 - Tributos sobre o lucro: na aplicação deste pronunciamento, amparada no item 39, a Companhia efetuou a reversão do imposto de renda diferido sobre diferença temporária surgida em decorrência do empréstimo em moeda estrangeira mantido com sua parte relacionada Hering Overseas, em função dos efeitos da variação cambial sob as séries originais de Euronotes, em função de possuir pleno controle sob a periodicidade desta diferença temporária e da remota possibilidade de que esta diferença se reverta no futuro.

(c) CPC 33 - Benefícios a Empregados: sob este pronunciamento a Companhia apurou e contabilizou os efeitos de benefícios de pós-emprego concedidos a empregados sob a forma de plano de pensão de benefício definido.

(d) CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: na adoção deste pronunciamento, considerando a não adoção do custo atribuído para os bens do ativo imobilizado, a Companhia efetuou a correção monetária dos bens do ativo imobilizado existentes nos períodos que a economia caracterizava-se, para fins contábeis, como hiper-inflacionária.

(e) ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil: sob a ótica desta interpretação, a Companhia avaliou os contratos de aluguéis de lojas próprias e verificou a existência de cláusulas contratuais que determinam a realização de pagamentos escalonados durante o período de vigência do contrato. A interpretação determina que essas despesas devem ser contabilizados de forma linear considerando o total dos pagamentos por todo o prazo do contrato. Os montantes correspondentes foram apurados e registrados na data de transição.

(f) ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos: a Companhia procedeu com a reclassificação dos saldos de dividendos de acordo com as disposições contidas nessa interpretação na data de transição e nos períodos posteriores.

(g) CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Define a base para a apresentação de demonstrações financeiras, inclusive as separadas e consolidadas, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades.

A aplicação deste pronunciamento resultou nos seguintes impactos para a Companhia:

(i) Alteração da rubrica "ajustes de avaliação patrimonial" para "outros resultados abrangentes";

(ii) Divulgação em nota explicativa das despesas por natureza;

(iii) Apresentação dos saldos de depósitos judicial na Companhia do ativo não circulante;

(iv) Apresentação da parcela correspondente aos não controladores no patrimônio líquido.

Abaixo demonstra-se a conciliação dos balanços consolidados da data de transição para os saldos apresentados em IFRS/CPC:

					Data da transição - 01/01/09
	Saldos apresentados	Ajustes de transição	Reclassificação	Nota	Saldos ajustados
Ativo					
Circulante	383.676	(427)	(13.707)	(a)/(b)	369.542
Não Circulante	308.465	16.719	16.460		341.644
Realizável a Longo Prazo	126.465	2.267	16.460	(c)/(g)	145.192
Investimentos	1.013	-	-		1.013
Imobilizado	167.079	14.452	(6.169)	(d)	175.362
Intangível	13.908	-	6.169		20.077
Total do ativo	**692.141**	**16.292**	**2.753**		**711.186**

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

DIRETORIA

Fábio Hering	-	Diretor Presidente
Carlos Tavares D'Amaral	-	Diretor Administrativo
Frederico de Aguiar Oldani	-	Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Ronaldo Loos	-	Diretor Comercial
Marcos Ribeiro Gomes	-	Diretor de Marketing
Edgar de Oliveira Filho	-	Diretor Industrial
Moacyr José Matheussi	-	Diretor de Suprimentos

					Data da transição - 01/01/09
	Saldos apresentados	Ajustes de transição	Reclassificação	Nota	Saldos ajustados
Passivo					
Circulante	206.426	143	(8.958)	(e)/(b)/(f)	197.611
Não Circulante	242.945	(993)	5.943	(b)/(d)	247.895
Participação acionistas não controladores	5	-	(5)	(g)	-
Patrimônio líquido	242.765	17.142	5.773		265.680
Total do passivo	**692.141**	**16.292**	**2.753**		**711.186**

					Data da transição - 31/12/09
	Saldos apresentados	Ajustes de transição	Reclassificação	Nota	Saldos ajustados
Ativo					
Circulante	433.192	643	(15.169)	(a)/(b)	418.666
Não Circulante	221.515	17.405	17.405		256.325
Realizável a Longo Prazo	29.799	3.525	17.405	(c)/(g)	50.729
Investimentos	1.013	-	-		1.013
Imobilizado	175.245	13.880	(7.714)	(d)	181.411
Intangível	15.458	-	7.714		23.172
Total do ativo	**654.707**	**18.048**	**2.236**		**674.991**
Passivo					
Circulante	190.047	349	(11.896)	(e)/(b)/(f)	178.500
Não Circulante	148.229	(23.525)	2.373	(b)/(d)	127.077
Participação acionistas não controladores	4	-	(4)	(g)	-
Patrimônio líquido	316.427	41.224	11.763		369.414
Total do passivo	**654.707**	**18.048**	**2.236**		**674.991**

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia está apresentando na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2011, em atendimento à instrução normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

Orçamento de capital e capital de giro	R$ mil
I - Investimentos	**62.733**
Lojas	23.434
Industrial	19.825
Tecnologia da informação	9.271
Logística	8.450
Outros	1.753 II
II - Capital de giro	**55.215**
Total geral	**117.948**
Fontes próprias (Retenção de Lucros)	117.948

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Hering	-	Presidente
Fabio Hering	-	Conselheiro
Nei Schilling Zelmanovits	-	Conselheiro
Patrick Charles Morin Junior	-	Conselheiro
Arthur Eduardo Sá de Villemor Negri	-	Conselheiro
Marcelo Guimarães Lopo Lima	-	Conselheiro
Marcio Guedes Pereira Junior	-	Conselheiro

Charles Marold - Contador CRC-SC nº 22.744/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cia. Hering
Blumenau - SC

1. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. Hering ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 2 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

8. Conforme descrito na nota explicativa 2.a, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cia. Hering essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

9. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, conforme demonstrado na nota explicativa 38, foram ajustados para refletir as práticas contábeis vigentes em 2010 e reapresentados para fins de comparação. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 originalmente apresentadas, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 12 de fevereiro de 2010, o qual não conteve nenhuma modificação.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado.

10. Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela Legislação Societária Brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 23 de fevereiro de 2011

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6 F-SC

Marcelo Lima Tonini
Contador CRC 1PR-045569/O-4 T-SC

JRSC – 5COL X 29CM – PÁG. 11
HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: JRSC 15H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO
pefran 11 3885.9696
[20929]-hering_legal_bal_Anual_31-12-10_JRSC.indd 11 3/3/2011 10:30:24